



Jonathan Duarte da Silva

**Paisagem e Patrimônio: uma análise das potencialidades
turísticas do município de Magé, RJ**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. João Rua

Rio de Janeiro
Abril de 2017



Jonathan Duarte da Silva

**Paisagem e Patrimônio: uma análise das potencialidades
turísticas do município de Magé, RJ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. João Rua

Orientador

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-Rio

Prof. Gáucio José Marafon

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-Rio

Prof. Miguel Ângelo Campos Ribeiro

Instituto de Geografia – UERJ

Profª Monica Herz

Vice-Decana de Pós Graduação do Centro de
Ciências Sociais - PUC-Rio

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2017

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da Universidade, do autor e do orientador.

Jonathan Duarte da Silva

Bacharel e licenciado em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio (2014). Possui domínios adicionais nas áreas de Questões Ambientais e Estudos Afro-brasileiros pela mesma instituição. Participou do Programa de Educação Tutorial da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (PET/MEC-SeSU). Concluiu o curso técnico de Gestão em Turismo e Hospitalidade no Centro Integrado de Estudos em Turismo e Hotelaria – CIETH (2015). Tem interesse pela área de Geografia aplicada ao Turismo.

Ficha Catalográfica

Silva, Jonathan Duarte da

Paisagem e Patrimônio: uma análise das potencialidades turísticas do município de Magé, RJ / Jonathan Duarte da Silva ; orientador: João Rua. – 2017.

125 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, 2017.

Inclui bibliografia

1. Geografia – Teses. 2. Espaço. 3. Paisagem. 4. Patrimônio. 5. Potencialidades turísticas. 6. Magé. I. Rua, João. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Geografia e Meio Ambiente. III. Título.

CDD: 910

Para minha família, Tania, Nathália e Patrícia,
pelo apoio e carinho de sempre.

Agradecimentos

À minha família, que de uma forma ou de outra me estimulou e me ajudou no que foi preciso para continuar a desenvolver a minha pesquisa. Minha tia, Tania Maria, por seu jeito carinhoso e eficaz de se expressar e de se comportar. Minha irmã, Nathália Duarte, por estar sempre ao meu lado quando preciso. Minha namorada, Patrícia Barroso, pelas palavras de apoio e companheirismo, sem os seus estímulos ficaria difícil seguir em frente.

Aos meus amigos e colegas de Mestrado pelas dicas dadas e pelos auxílios oferecidos ao longo destes anos de curso, em especial à Aline Furtado, Eduardo Pinheiro, Fábio Nascimento, Igor Lourenço, Jéssica dos Santos, Luciana Almeida e Luciene Lima.

Ao meu orientador, João Rua, por ter me conduzido tão brilhantemente à realização deste trabalho. Sempre demonstrando sensatez e compreensão com as situações mais adversas.

Aos professores que participaram da Comissão examinadora, por terem me fornecido sugestões ímpares e valiosas para a minha pesquisa.

Aos professores das disciplinas que realizei ao longo do Mestrado, Alexandro Solórzano, Álvaro Ferreira, João Rua, Luiz Felipe e Luciano Ximenes, pelos ensinamentos e exposição de conteúdos enriquecedores.

À PUC-Rio, por ter me ajudado no que foi preciso e, principalmente, por ter me fornecido a honra de estudar e conviver com pessoas incríveis e inteligentes.

Ao guia de turismo Lúcio Amorim, por ter me guiado pelo município de Magé, RJ. As suas informações e contatos me esclareceram muitas dúvidas, assim como me proporcionaram um conhecimento esplêndido dos distritos do município.

À Nancy Lessa, por ter aberto as portas de seu hotel com muito carinho e atenção, nos mostrando cada detalhe de seu meio de hospedagem.

À Magé, por ter me garantido momentos maravilhosos, desde conversas com moradores locais ao vislumbamento da natureza típica de nosso ecossistema de Mata Atlântica.

Resumo

Silva, Jonathan Duarte da; Rua, João. **Paisagem e Patrimônio: uma análise das potencialidades turísticas do município de Magé, RJ.** Rio de Janeiro, 2017. 125p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente trabalho tem como objetivo analisar, através do espaço e da paisagem, as diferentes potencialidades turísticas do município de Magé, na Baixada Fluminense do estado do Rio de Janeiro. O processo de turistificação que vem ocorrendo pelo estado, alterando as paisagens e resignificando os patrimônios existentes em atrativos turísticos, nos chama atenção, e o município de Magé está inserido no bojo desse processo. Compreender as mudanças que estão ocorrendo e que ainda podem vir a ocorrer no espaço mageense, por causa do turismo incipiente que vem sendo realizado no município, é fundamental para uma análise geográfica e, com o intuito de dar um suporte teórico-conceitual, utilizaremos, na pesquisa, o espaço, a paisagem, o turismo, o patrimônio e a potencialidade turística. Magé possui inúmeros atrativos naturais, diversos pontos turísticos histórico-culturais que juntos compõem o patrimônio do município. Os seus patrimônios vão desde cachoeiras, rios e extensas áreas de Mata Atlântica, às construções humanas que expressam a cultura de um povo e as suas diferentes formas de apropriação do solo. Notórias igrejas seculares e muitos monumentos religiosos, que vencem o desgaste do tempo e as depredações causadas pela população, vêm testemunhar o tipo de prática sociocultural que veio sendo realizada neste espaço ao longo dos anos. A presença dos escravos, a vida do jogador de futebol Garrincha e a lenda da árvore Mirindiba são mais alguns dos elementos que marcam a história e as paisagens de Magé. O turismo histórico-cultural, religioso e ecológico se destaca nessa área. Todos esses bens patrimoniais de Magé indicam potencialidades turísticas que são assim percebidos pelos agentes do turismo como geração de riqueza para si e para o município.

Palavras-Chave

Espaço; Paisagem; Patrimônio; Potencialidades Turísticas; Magé

Abstract

Silva, Jonathan Duarte da; Rua, João (Advisor). **Landscape and Heritage: an analysis of the tourist potentialities of the municipality of Magé, RJ.** Rio de Janeiro, 2017. 125p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The present work analyze, through space and landscape, the different tourist potentialities of the municipality of Magé, in Baixada Fluminense of the state of Rio de Janeiro. The process of tourism that has been taking place by the state, altering the landscapes and redefining the existing patrimony in tourist attractions, calls us attention, and the municipality of Magé is inserted in the core of this process. Understanding the changes that are occurring and that may still occur in the Mageense space, due to the incipient tourism that is being carried out in the municipality, is fundamental for a geographic analysis and, with the intention of giving a theoretical-conceptual support, we will use, in the research, space, landscape, tourism, heritage and tourism potential. Magé has numerous natural attractions, several historical-cultural sights that together make up the municipality's heritage. Its heritage ranges from waterfalls, rivers and extensive areas of the Atlantic Forest to human constructions that express the culture of a people and their different forms of land appropriation. Notorious secular churches and many religious monuments, which overcome the time wear and the depredations caused by the population, come to witness the kind of sociocultural practice that has been taking place in this space over the years. The presence of the slaves, the life of soccer player Garrincha and the legend of the tree Mirindiba are some of the elements that mark the history and landscapes of Magé. Historical-cultural, religious and ecological tourism stands out in this area. All these patrimonial assets of Magé indicate tourist potentialities that are perceived by the agents of tourism as a generation of wealth for themselves and for the municipality.

Keywords

Space; Landscape; Heritage; Touristic Potentialities; Magé

Sumário

1.	Introdução	13
2.	O conceito de espaço e paisagem como reveladores da complexidade multidimensional do turismo	28
2.1.	O espaço como conceito-chave para os estudos geográficos aplicados ao Turismo	30
2.2.	As (in)visibilidades da paisagem	39
3.	O processo de formação e constituição dos patrimônios histórico-culturais do município de Magé, RJ: o turismo como horizonte	54
3.1.	Aspectos históricos da configuração espacial de Magé: dos engenhos de açúcar à primeira estrada de ferro do Brasil	61
3.2.	Os patrimônios de Magé como potencialidades turísticas	67
4.	Rascunhando caminhos para o turismo em Magé	90
5.	Considerações finais	110
6.	Referências bibliográficas	115
	Apêndices	122

Lista de figuras

Figura 1 - Mapa de localização do município de Magé no estado do Rio de Janeiro	15
Figura 2 - Áreas Turísticas no estado do Rio de Janeiro	16
Gráfico 1 - Panorama das atividades econômicas do município de Magé, RJ	19
Figuras 3 e 4 - Reservatório de água do século XVIII encontrado na floresta próximo à Capela do Nosso Senhor do Bonfim (1776) no 1º Distrito de Magé, o distrito sede do município	44
Figura 5 - A lenda da árvore/índia Mirindiba, uma forma de se compreender as simbologias da paisagem no 1º Distrito de Magé, RJ	45
Figura 6 - Panfleto de divulgação dos atrativos turísticos do município de Magé, RJ	47
Figura 7 - Inauguração da primeira estrada de ferro de Mauá, em 1854	63
Figura 8 - Réplica da locomotiva <i>Baroneza</i> depredada	66
Figura 9 - Píer do Porto de Mauá	67
Figura 10 - Igreja Nossa Senhora da Piedade, 1º Distrito de Magé, Distrito Sede	69
Figura 11 - Poço Bento, 1º Distrito de Magé, Distrito Sede	69
Figura 12 - Cachoeira do Monjolo, 2º Distrito de Magé, Santo Aleixo	73
Figura 13 - 1ª Fábrica Têxtil do Brasil, 2º Distrito de Magé, Santo Aleixo	74
Figura 14 - Em Abril de 1950, os operários da Fábrica Têxtil fizeram uma homenagem à Othon L. Bezerra de Mello, 2º Distrito de Magé, Santo Aleixo	75
Figura 15 - Entrada da antiga Fábrica Têxtil que hoje atende a lavanderia da rede Othon de hotéis, 2º Distrito de Magé, Santo Aleixo	76
Figura 16 - Túmulo do jogador de futebol brasileiro, Mané Garrincha. 6º Distrito de Magé, Vila Inhomirim	79
Figura 17 - Entrada da casa da Sra. Sandra, neta do jogador Garrincha, 6º Distrito de Magé, Vila Inhomirim	79

Figura 18 - Espaço que homenageia Mané Garrincha, 6º Distrito de Magé, Vila Inhomirim	80
Figura 19 - Caminho do Ouro, 6º Distrito de Magé, Vila Inhomirim	81
Figuras 20 e 21 - Entrada da senzala/porão na figura da esquerda e material de construção disposto na senzala/porão onde se observa uma única entrada de ar e luz obstruída por um pedaço de madeira na figura da direita, 6º Distrito de Magé, Vila Inhomirim	83
Figuras 22 e 23 - Ambas as fotografias revelam a entrada e o interior da agência Mirindiba Tour, 5º Distrito de Magé, Guia de Pacobaíba	91
Figura 24 - O guia de turismo, Lúcio Amorim, em sua agência de viagens, 5º Distrito de Magé, Guia de Pacobaíba	91
Figura 25 - Vendedor ambulante em seu carrinho similar à locomotiva <i>Baroneza</i> da estação de trem Guia de Pacobaíba, 5º Distrito de Magé, Guia de Pacobaíba	96
Figura 26 - Espaço Acqua Hotel em Mauá, 5º Distrito de Magé, Guia de Pacobaíba	97

Lista de tabelas

Tabela 1 - Panorama das atividades econômicas do município de Magé, RJ	19
Tabela 2 - Os patrimônios, indeferidos, de Magé em processos de tombamento	60

Abreviaturas e siglas

COMTUR	Conselho Municipal de Turismo de Magé, RJ
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEPAC	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
NEGEF	Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Introdução

O interesse da Geografia no estudo do turismo reflete a relevância social, política, cultural e econômica que esta atividade ganhou nos últimos tempos. Além de ser um grande elemento que pode permitir o desenvolvimento econômico de localidades em diferentes escalas, o que é pertinente aos estudos geográficos, é entendido como uma necessidade social imposta pelos atuais padrões de sociabilidade, refletindo seu caráter político e cultural, tornando-o objeto de estudo importante para a Geografia. No entanto, destacamos como o principal fator para o crescimento dos estudos geográficos, o caráter espacial desta atividade.

Distintas manifestações e expressões do turismo sobre o espaço apoiam-se nos deslocamentos necessários à sua prática, provocando modificações nos espaços emissores e receptores e nos próprios espaços de deslocamento (CRUZ, 1999). Enquanto atividade econômica, consolida-se a partir do século XX, convertendo o espaço em objeto de consumo, com algumas de suas porções sendo apropriadas para o desenvolvimento e ampliação da atividade. As discussões sobre o espaço se revelam necessárias tanto para a compreensão dos agentes que atuam sobre ele, quanto pela análise e compreensão da organização atual, pois o turismo transforma, cria e altera o espaço no qual ele se insere.

As necessidades do turismo são permeadas de ações e intenções que contribuem para a constituição de objetos espaciais e irão provocar transformações no espaço, alterando formas e funções da paisagem, a fim de atender as demandas das atividades turísticas.

Assim, o presente trabalho de pesquisa tem por finalidade analisar, através do espaço e da paisagem, as diferentes potencialidades turísticas do município de Magé, RJ.

O início dos anos 90 do século XX vem passando por um amplo processo de retomada das atividades econômicas em diferentes setores, como o naval e o de serviços, em especial ligados ao turismo (DAVIDOVICH, 1998). Alterações espaciais carregadas de dinamismo, através da ampliação e melhoria da infraestrutura das rodovias, permitindo conexões mais ágeis e trocas econômicas

entre a região metropolitana e o interior do Estado, partindo da constituição de eixos de desenvolvimento.

O estado do Rio de Janeiro tem papel de destaque na economia brasileira e possui, segundo o *Caderno de Turismo do Estado do Rio de Janeiro* elaborado pelo grupo de pesquisa NEGEF da UERJ, o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) do país, chegando a R\$ 275 bilhões em 2006. Segundo o IBGE, no ano de 2013, o Rio de Janeiro continua na mesma posição, chegando a 462 bilhões de reais, só perdendo em posição para o estado de São Paulo. O que nos evidencia um contínuo aumento do PIB do Rio de Janeiro ao longo dos anos. A economia do estado é diversificada, mas sua principal atividade está ligada essencialmente à prestação de serviços. Apesar de sua diversificação espacial, a atividade econômica está concentrada na Região Metropolitana.

Embora a periferia da Região Metropolitana, a Baixada Fluminense, em comparação com outras áreas, ainda não tenha a prática turística de peso na dinâmica local, ela possui grande potencial de crescimento. Com isso, constata-se a necessidade de se estudar a Baixada Fluminense, e o município de Magé (figura 1), em particular, como uma área de alto potencial turístico, apesar de pouco valorizada até o presente momento e relegada em relação às outras regiões do estado do Rio de Janeiro já consideradas potencialmente turísticas, como a região serrana, dos lagos e da costa verde.

Neste sentido, este trabalho de pesquisa tem como objeto o processo de turistificação como potencializador dos patrimônios presentes na paisagem do município de Magé, RJ.

Notoriamente, a Baixada Fluminense possui um agregado de estigmas e preconceitos que não valorizam a região. A imagem que se tem da Baixada é a da violência constante; da pobreza em larga escala; da ausência e/ou da precariedade de recursos; da mobilidade urbana prejudicada pela falta de interesse das autoridades políticas locais de investir em obras de infraestrutura viária, como também no aumento da frota e na substituição de ônibus antigos. Este cenário atual, e que perdura há anos, não favorece as atividades turísticas locais, assim como, e até mais importante, não contribui para o bem-estar e para a qualidade de vida da população.

A carência de obras sobre a área de estudo, na Geografia, nos instiga a querer pesquisar mais sobre as características, processos e fenômenos existentes

em Magé, a fim de produzirmos, cada vez mais, material científico capaz de suprir as necessidades de conhecimento do local e do seu entorno.

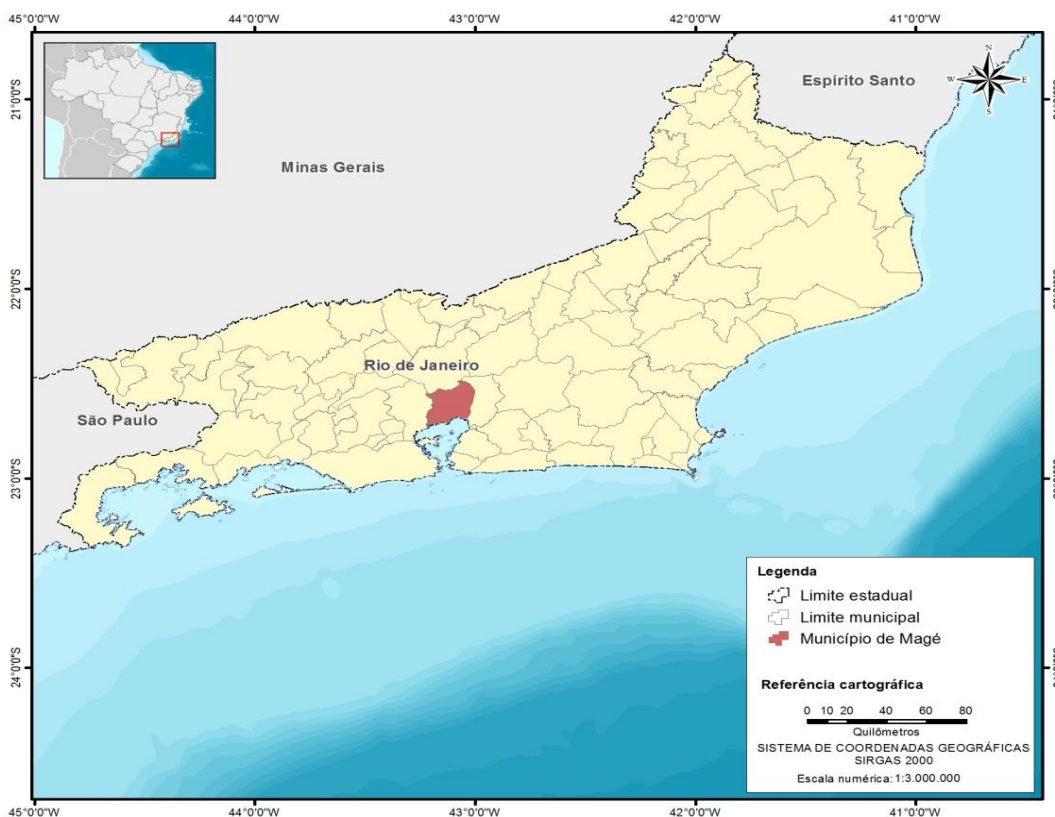


Figura 1: Mapa de localização do município de Magé, no estado do Rio de Janeiro.

Fonte: elaborado por Maria Luciene da Silva Lima e Jonathan Duarte da Silva.

Em decorrência de muitas obras científicas relacionadas ao turismo não terem o teor crítico e reflexivo necessário, buscamos aqui apresentar uma contribuição que leve em consideração tais necessidades. O turismo vem sendo tratado, por muitos autores, como uma atividade que apenas gera bem-estar, lucro e prazer, sendo que a realidade, para além dessa “propaganda” turística, é muito mais contraditória e conflituosa, gerando situações de tensão entre diferentes grupos sociais, principalmente quando envolve as comunidades locais.

Tendo em vista que o *Caderno de Turismo do Estado do Rio de Janeiro*, de iniciativa da Câmara de Cultura, Turismo e Esportes do Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado Jornalista Roberto Marinho, de 2010, em seu mapa das Áreas Turísticas do estado do Rio de Janeiro (figura 2) não nos registra nenhuma atratividade turística no município de Magé, como também em diversas agências e operadoras de viagens não há produção e venda de roteiros

Mapa das Áreas Turísticas

Projeção Geográfica Datum WGS84
Base Cartográfica IBGE 1:50.000
Modificado por NEGEF, 2009

Legenda

Áreas Turísticas

- Baixada Fluminense
- Diversificada
- Ecoturismo Nordeste
- Praia
- Praia e Ecoturismo
- Praia e Rural
- Serra de Turismo Consolidado
- Serra de Turismo Não Consolidado
- Serra e Mar
- Serrania da Mantiqueira
- Vale do Café
- Áreas de Turismo Híbrido

Marcas Turísticas Secundárias

- Aventura
- Ecológico
- Estância Hidromineral
- Histórico
- Religioso
- Rural

O motivo que nos leva a pesquisar e a estudar as dinâmicas que ocorrem dentro e fora do município de Magé e, por sua vez, a escolha do mesmo como rebatimento espacial de pesquisa, consiste no fato de Magé ser um importante espaço de exemplificação do processo de “turistificação”, tendo em vista as recentes iniciativas de promoção e desenvolvimento do turismo, como também as suas diversas riquezas patrimoniais, existentes em toda a sua dimensão territorial, e a sua história de ocupação da paisagem e produção do espaço, pois a mesma coincide não só com a história do estado do Rio de Janeiro, como também com a do Brasil, o que o torna alvo de interesse de investigação científica.

Por ser um município limítrofe ao de Guapimirim, onde sempre tive casa de veraneio, Magé me fascina, além dos fatos já explicitados acima, pelas características biofísicas serem análogas com as de Guapimirim. As florestas e as cachoeiras são deslumbrantes. A beleza da natureza sempre foi algo que me fascinou e assim continua.

Ter conhecido um grande amigo de Magé em um curso de turismo que fiz no Rio de Janeiro, fez com que ao ouvir as suas falas, sempre entusiasmadas, sobre o município, me despertasse interesse em saber um pouco mais sobre a história e a geografia de Magé. Como guia de turismo, esse meu amigo, Lúcio Amorim, conversava comigo assuntos relacionados ao turismo e às possíveis realizações da atividade no município. Com isso, passei a estudar, cada vez mais, Magé e o fenômeno do turismo. Espero, com essa pesquisa, gerar uma boa contribuição para a ciência e para a sociedade.

Como resultado de inúmeras pesquisas, importantes fatos e acontecimentos históricos deixaram suas marcas nas paisagens de Magé, como a construção da primeira ferrovia do Brasil pelo Barão de Mauá, o caminho do ouro, a passagem e a operação de um milagre pelo padre José de Anchieta, dentre outros.

É neste sentido que a paisagem surge como categoria fundamental para compreendermos a construção das simbologias que representam os comportamentos humanos baseados em suas crenças, valores e intencionalidades. As paisagens são construídas em momentos e de formas diferentes, pois como são representação de uma determinada cultura, ou um *mix* delas, são diversificadas e estão em constante evolução.

De acordo com Cosgrove (1998), a cultura é definida em relação às forças materiais reais e as relações sociais que aquelas forças evocam e, ainda, abordada como processo, através dos quais os significados são construídos, negociados e experimentados.

Para que o turismo se consolide na área é de suma importância a intervenção do poder público, a fim de valorizar seus atrativos, fomentar eventos e incentivar a população local, como também investimentos em infraestrutura como hotéis, restaurantes e rodovias. O retorno de tais investimentos viria com uma maior visibilidade para o município de Magé, da área turística Baixada Fluminense, desenvolvimento local e abertura de novas oportunidades de trabalho

para a população. Esses seriam os benefícios do turismo, porém há também outros aspectos que devemos levar em consideração caso nós queiramos analisar o fenômeno na sua, se possível, totalidade.

O fenômeno turístico é próprio da modernidade e da sociedade de consumo, que cada vez mais se apropria dos espaços, em suas diferentes vertentes, para vender momentos e práticas. Daí a necessidade, de alguns atores e agentes sociais, de buscar a valorização de áreas interioranas e promover o turismo para dar suporte à economia dos municípios, pensando em políticas públicas que deem apoio a esta atividade.

É possível, portanto, apontar um questionamento central da pesquisa, de onde procederá a investigação: como as potencialidades do espaço e da paisagem podem ser apropriadas pela lógica da atividade turística?

A instalação de qualquer empreendimento turístico na cidade, ou até mesmo uma reforma, irá causar uma valorização do solo na área receptora, o que acarretará o aumento dos valores dos terrenos ao redor, da tributação, como também dos objetos que por lá se encontram. Pessoas vão, pouco a pouco, tendo que se deslocar do seu lugar de origem/moradia, pois não terão como arcar com todo o “novo” custo. Morar próximo a algum empreendimento turístico será inviável para grande parte da população. Como exemplo, podemos citar o caso dos investimentos que foram feitos na zona portuária do Rio de Janeiro, em prol das Olimpíadas. Parte dos moradores do Morro da Providência teve que se mudar, pois o valor dos imóveis aumentou bastante (Rainha & Fonseca, 2013). Eles não possuem renda para tanto. Esse é apenas um dos aspectos, trataremos de mais alguns ao longo do trabalho. Esta é uma contradição do capital que se impõe a sua lógica de “progresso” e desenvolvimento.

O município de Magé desempenhou papel fundamental no desenvolvimento econômico do Brasil Colônia e Império, pertence ao estado do Rio de Janeiro, localizado na região da Baixada Fluminense, e é um dos municípios que integram a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Fundado no ano de 1566, há 451 anos, sendo um dos primeiros municípios brasileiros surgidos após a chegada dos portugueses no Brasil, no ano de 1500 (ALONSO, 2000).

De acordo com Alonso (2000), originou-se a princípio como povoado, sob o nome de Magepe-Mirim, sua primeira denominação, fundado no período da colonização do Brasil, por colonos portugueses. No ano de 1696, com o

desenvolvimento de novas extensões de terras, elevou-se à categoria de Freguesia; em 1789 passou a ser conhecida como Vila; e, em 1857, denominou-se cidade de Magé. Logo, criou-se o município, cujo nome permanece até os dias atuais.

Desde sua denominação enquanto município, Magé atua como sede administrativa dos distritos: Santo Aleixo, Rio do Ouro, Suruí, Guia de Pacobaíba (Praia de Mauá) e Vila Inhomirim. Limita-se ao norte com Petrópolis, ao oeste com Duque de Caxias, ao leste com o município de Guapimirim e ao sul com a Baía de Guanabara.

Segundo dados do IBGE (2010), o município tem uma área total de 388.496 quilômetros quadrados, correspondentes a 8,3% da área da Região Metropolitana. Localiza-se a 22°39'10" de latitude sul e 43°02'26" de longitude oeste, a uma altitude média de 5 metros em relação ao nível do mar. O município possuía uma população de 227.322 habitantes à época.

Ainda conforme o IBGE (2014), em Magé, o setor terciário (comércio e serviços) é o que mais emprega, como nos mostra a ilustração (gráfico 1 e tabela 1) abaixo:

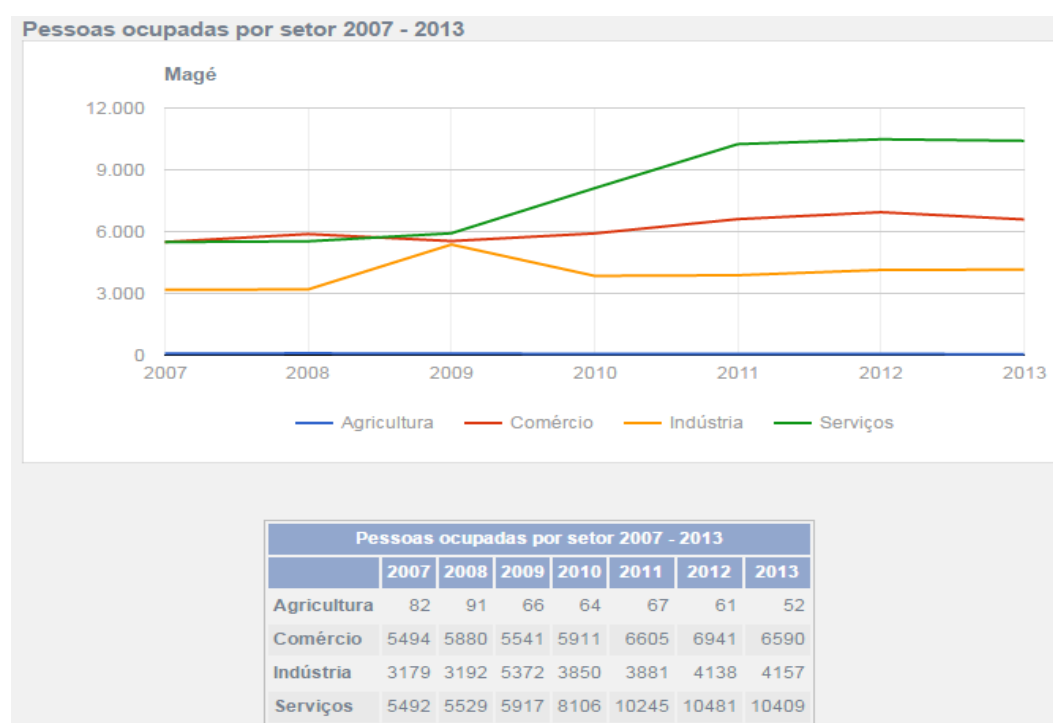


Gráfico 1 e Tabela 1: Panorama das atividades econômicas do município de Magé, RJ
Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas, 2014.

Com esse resultado, vemos que o setor de serviços vem crescendo ao longo dos anos, o que é um quadro favorável para a atividade turística, mas ainda

não suficiente, pois muitas carências sociais ainda existem e permanecem em Magé, o que impede a sua realização.

Três principais rodovias podem ser utilizadas no município para facilitar o deslocamento: a BR-493, que faz ligação entre a BR-116 e a BR-101; a BR-116, que liga a BR-040 ao município de Teresópolis; e a RJ-107, que liga o município de Duque de Caxias à Petrópolis. Tanto essas rodovias quanto as ferrovias dos ramais de Guapimirim e da Vila Inhomirim propiciam fáceis entradas e saídas de pessoas e mercadorias. Por essas rodovias fazerem diversos entrecruzamentos, visitantes e excursionistas podem ter acesso rápido e de diversos lugares do estado, e até mesmo do Brasil, ao município de Magé.

O município possui inúmeros atrativos naturais, diversos pontos turísticos histórico-culturais que juntos compõem o patrimônio do município. Os seus patrimônios vão desde cachoeiras, vales, rios, mangues e extensas áreas de Mata Atlântica às construções humanas que expressam a cultura de um povo e as suas diferentes formas de apropriação do solo. Notórias igrejas seculares e muitos monumentos religiosos, que vencem o desgaste do tempo e as depredações causadas pela população, vêm testemunhar o tipo de prática e crença europeias impostas à vida cotidiana dos antigos e atuais mageenses. O turismo histórico-cultural destaca-se nessa área pela grande quantidade de fábricas, igrejas e casas de cultura existentes, o que denota uma riqueza de patrimônios presentes nas paisagens fluminenses.

As paisagens mageenses carregam tanto o componente objetivo quanto o subjetivo (MELO, 2005). No que tange ao componente objetivo, temos a paisagem apropriada e transformada pela ação do homem, e no que concerne ao componente subjetivo, são os significados contidos na paisagem construídos por aqueles que a fizeram, a alteraram, a mantiveram e a visitaram.

Magé não possui um turismo consolidado, mas já possui iniciativas sendo tomadas para tanto. Envolve principalmente um dos moradores, Lúcio Amorim, que, como guia e Diretor de Turismo, promove passeios exaltando e apresentando as belezas e riquezas patrimoniais do local. Realiza desde passeios voltados para o ecoturismo, até passeios voltados para o turismo histórico-religioso. O público é bem diferenciado e participam do passeio pessoas de vários lugares do estado do Rio de Janeiro, porém o público maior é o da Baixada Fluminense.

A paisagem de Magé, ou melhor, o conjunto de paisagens e suas diversas potencialidades turísticas são o apelo necessário para incluir Magé no circuito turístico da Região Metropolitana e, mais especificamente, da Baixada Fluminense. Estas potencialidades, a partir do momento que passam por um processo de valorização, temática que será abordada mais à frente, se turistificam, envolvendo o espaço geográfico no qual está inserida a paisagem. Os bens culturais, patrimônios presentes no município, são os principais elementos a serem valorizados e, assim, se transformarem em potencialidades. Essa é a intenção do guia e diretor de Turismo de Magé, Lúcio Amorim, principal representante dos interesses dessa área no local.

Segundo Rua (2007), a geografia fluminense ainda está por ser tecida, em especial no campo das relações entre a capital e o interior, apontando que as trajetórias desses espaços e suas respectivas identidades ainda não estão consolidadas e/ou encontram-se em processo de (re)construção.

Ainda que muito incipiente o turismo em Magé, as iniciativas do Lúcio buscam trazer uma nova inserção de valores, marcada pela reinvenção da tradição e pelo crescimento do setor de serviços.

Hoje a tradição tornou-se uma forma de posicionamento no mercado turístico. Devemos nos ater, conforme nos aponta Falco (2009), ao perigo de cairmos nas chamadas “tradições inventadas”. Tradições que parecem ser ou alegam ser antigas, são muitas vezes de origem bem recente ou mesmo inventadas.

Tradição inventada significa um conjunto de práticas, de natureza ritual ou simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, a qual automaticamente, implica continuidade com um passado histórico adequado (FALCO, 2009, p. 72).

Com isso, há a necessidade de reconhecer a distância constitutiva entre a realidade e sua representação, e de se estar aberto para as múltiplas possibilidades de representação do real e de suas memórias.

Obviamente, a ideia de atração turística é facilmente associada ao uso mercadológico das tradições. Para Hewison (1987), a tradição representa uma espécie de segurança, um ponto de referência que parece estável e que nunca

mudou. As paisagens do município de Magé revelam a memória e a tradição que estão preservadas na arquitetura e nos monumentos urbanos.

Para compreender a situação atual de Magé e que caminhos o mesmo irá tomar deve-se fazer uma árdua pesquisa, em que se possa analisar, da melhor forma possível, um espaço que é dinâmico e que está inserido em lógicas multiescalares de poder, que vão desde a escala local à global. O turismo permeia todas as escalas de ação, e ao impor determinadas práticas da ordem global/distante busca, ao mesmo tempo, resgatar as particularidades de uma ordem local/próxima, que é repleta de elementos favoráveis a implementação e manutenção das atividades turísticas. O espaço é potencialmente turístico, uma vez em que o mesmo é objeto de consumo e apinhado de representações ilusórias, simulacros, que fazem com que quase tudo que exista busque ser da melhor forma possível para quem irá desfrutar do mesmo. Vivemos no auge da mercadificação e da espetacularização do espaço.

As paisagens são cristalizadas e vendidas a fim de que se tenha uma publicidade e propaganda, algumas vezes ilusórias, daquilo que se pretende comercializar. Não se percebe com isso as sutilezas que as paisagens nos mostram, e só quem vê é quem tem uma visibilidade apurada para isso. Nas paisagens estão presentes as invisibilidades sociais, as quais o turismo oculta. Devemos aguçar nosso olhar sobre a paisagem, a fim de interpretá-la.

Os nossos conhecimentos e crenças afetam o modo como vemos e interpretamos a paisagem. A mesma deve ser lida como um texto, no qual cada linha nos revela algo a mais no entendimento do seu conteúdo sociocultural.

A paisagem é cultural, pois cada indivíduo está culturalmente situado, o modo como ele percebe a paisagem é culturalmente e historicamente específico. O pesquisador é considerado um intérprete especial (MELO, 2005), pois interpreta a paisagem segundo o seu ponto de vista e o daqueles que produzem, reproduzem e a transformam.

Os patrimônios se tornam atrativos turísticos, a fim de atender a demanda turística. Não são percebidos, os patrimônios, como bens materiais e imateriais que representam uma história de existência, prática e cultura humana. Devem, pelo valor que possuem, ser preservados e mantidos sob proteção de tudo e de todos que venham depredar formas arquitetônicas e alterar manifestações culturais que são as imagens de tempos passados que perduram até os dias atuais,

testemunhando a memória coletiva de grupos humanos que deixaram as suas marcas, visíveis ou invisíveis, nas paisagens.

Para auxiliar na discussão, conceitos e abordagens serão trabalhados a fim de melhor compreendermos a realidade do município de Magé. Nesse passo, os conceitos de espaço, paisagem, turismo e patrimônio serão fundamentais para apreendermos a multidimensionalidade da atividade turística que vem se desenvolvendo no município; assim como a noção de potencialidade será de grande contribuição à análise.

O conceito de espaço será norteado pelas reflexões de Harvey (2006), Lefebvre (2006) e Santos (1996), os quais juntos nos apresentam concepções esclarecedoras da dinâmica e constituição de um conceito tão importante para a Geografia, e uma ferramenta analítica fundamental para compreendermos o espaço geográfico de Magé.

O conceito de paisagem irá complementar a discussão de espaço e nos revelar possíveis potencialidades turísticas, como também nos evidenciar que não há neutralidade, que elas refletem as relações de poder e as maneiras de ver o mundo de cada agente e ator social. Toda paisagem é dotada de patrimônios materiais e imateriais. Estes estão em potência, ou seja, podem vir a ser valorizados a fim de atender aos interesses dos agentes do turismo. Para tanto, nos utilizaremos dos autores, dentre eles, Berque (1998), Cosgrove (1998), Melo (2005), Solórzano *et al* (2009), Bertoli (2012) e Souza (2013).

Definições de turismo nos ajudam a entender o fenômeno da turistificação do espaço e a sua consequente reverberação nas diferentes paisagens do município. Autores como Cruz (1999, 2003 e 2012), Organização Mundial do Turismo – OMT (2001) e Casimiro Filho (2002), assim como outros, trazem visões particulares e precisas, o que nos ajuda a formar uma das bases teóricas e metodológicas da pesquisa.

O conceito de patrimônio vem exemplificando a complexidade do processo de turistificação, na qual tais patrimônios vêm se tornando, cada vez mais, mercadoria a ser vendida como atrativo nas atividades turísticas. Podem ser compreendidos como bens culturais representativos da cultura de um determinado grupo social e, por tal importância e aspectos singulares, passam a ser valorizados. Para embasar teoricamente tal discussão utilizaremos, dentre eles, Paes (2009), Cruz (2012), Almeida (2013), Figueiredo (2013) e Silva (2014).

Por último, mas não menos importante, a noção de potencialidade, que será de grande importância para a nossa reflexão. Devemos entender que é uma categoria que abrange várias acepções.

Segundo Zilio (2012), enquanto qualificativo, pode referir-se àquilo que pertence ou que diz respeito à potência, que pode existir, que é possível embora ainda não tenha sido concretizado, que esteja em estado inacabado, ou que tem a virtude de outras coisas. Ainda de acordo com o autor, o potencial também é o poder, a força e os recursos de que dispõe uma pessoa, uma coletividade ou uma nação.

Para atingir o objetivo e a questão central da dissertação *Paisagem e Patrimônio: uma análise das potencialidades turísticas do município de Magé, RJ*, foi realizada a seguinte metodologia de pesquisa:

- levantamento e análise bibliográfica sobre o tema e o método, a fim de providenciar o documental teórico para embasar a pesquisa;
- trabalhos de campo, junto com o guia de turismo local, de modo a conhecer e entender as dinâmicas locais empiricamente, para que o trabalho não se funde apenas em reflexões de gabinete, mas em vivências do cotidiano, aguerridas à proposta transformadora. Observações, anotações, fotografias e entrevistas serão realizadas a fim de registrar o maior número possível de informações importantes;
- acompanhamento de notícias em periódicos, de modo a atualizar sempre o tema tratado, ficando a par de dinâmicas que possam demandar ajustes à pesquisa;
- entrevistas dirigidas a moradores dos espaços considerados de uso turístico, seguidas de análises do conteúdo das falas dos moradores, para entender suas questões subjetivas. A sua operacionalização será desmembrada mais adiante, como período de ocorrência e objetivos;
- exame de cartas temáticas das áreas turísticas do município de Magé, possibilitando o entendimento rápido dos processos espaciais.

Dessa forma, o trabalho se estrutura em três capítulos, no qual o primeiro, *O conceito de espaço e paisagem como reveladores da complexidade*

multidimensional do turismo, tem como objetivos específicos: evidenciar através dos conceitos de espaço e paisagem, a multidimensionalidade da atividade turística, além de nos apresentar uma grande capacidade de reflexão acerca dos objetos e das ações sociais que se desenvolvem no e por meio desses conceitos, sob a perspectiva geográfica. Nesse particular, para enriquecer o estudo, é fundamental resgatar o conceito de escala geográfica, como uma categoria essencial para compreendermos as relações sociais que são inerentes às atividades turísticas.

Sendo assim, quais mecanismos são utilizados pelo turismo para estimular e concretizar as necessidades das pessoas através das potencialidades do espaço e da paisagem?

O conceito de espaço é polissêmico, apresentando diversas definições e abordagens, em função do contexto e do pesquisador que a usa, possuindo potencialidades e limitações. A análise geográfica tem que ter como ponto de partida o espaço como o resultado, o efeito, ainda que indireto e complexo, de uma produção humana. Como nos apresenta Milton Santos (1996), o espaço é um produto, limite e condição para a ação.

O espaço deve ser analisado de forma multidimensional, multiescalar; inter e transdisciplinar; em movimento constante; fruto de interrelações; produto social (RUA, 2007). O conceito possui uma miríade de condições de diálogo com outras ciências e filosofia. Uma categoria analítica ampla e que abarca diversas compreensões e possibilidades de reflexão.

A palavra paisagem, ao longo do tempo histórico, ganhou diversos sentidos e significados pelas diferentes culturas do mundo. Porém, o que há de comum entre todos eles é a apreensão da paisagem pela visão. Apesar de alguns estudos científicos provarem que se constrói a percepção da paisagem através de outros sentidos humanos (olfato, paladar, audição, tato), sem ser única e exclusivamente pela visão (BERTOLI, 2012).

Em relação à noção de percepção, Silva (2014) afirma que a percepção é um processo interpretativo originado dos sentidos e, então, o ato de perceber consiste fundamentalmente numa aproximação entre o indivíduo e o objeto. Bastarz (2010) define a percepção como um processo mental resultante de uma aproximação do observador com o meio originado dos sentidos e determinado pela cultura do indivíduo.

As paisagens refletem as mudanças temporais de elementos resultantes de processos de diversas escalas (histórica, biológica, geológica, astronômica), possuindo dimensões perceptíveis e outras não acessíveis à percepção imediata, devendo ser consideradas sempre como uma representação dos diferentes grupos sociais.

A seleção de uma dada escala no processo de análise ocorre porque, naquela escala específica, certos padrões podem ser identificados e compreendidos simultaneamente à compreensão sobre duração, intensidade e periodicidade das escalas temporais e espaciais. A escala da ação humana torna-se um fator preponderante na transformação da natureza e varia com o tempo, o espaço e a cultura.

Ao mencionar a importância da escala para a compreensão da paisagem, Souza (2013) nos chama atenção para a noção de invisibilização de agentes e práticas. “A paisagem condiciona a nossa (in) sensibilidade e o modo como somos socializados” (SOUZA, 2013, p. 57). Dependendo da variação de ângulo, aproximação ou afastamento, determinados elementos da paisagem não são evidenciados, ficando, assim, ocultos. Isso implica em uma intencionalidade ao se fazer um recorte espacial, privilegiando certa escala.

Esse aporte teórico nos ajuda a entender um pouco mais sobre a realidade complexa do espaço e a forma como ele nos é apresentado, para então nos atermos aos patrimônios de Magé e sua gradual transformação em atrativo.

O segundo capítulo, *O processo de formação e constituição dos patrimônios histórico-culturais do município de Magé, RJ: o turismo como horizonte*, tem como objetivos específicos: analisar os processos históricos e espaciais dos patrimônios deixados como legado do período imperial nas paisagens do município de Magé; revelar os seus atuais estados de conservação, assim como abordar o processo de patrimonialização e seus efeitos no espaço.

Tendo em vista que todo espaço é apropriado e transformado pelo homem a fim de atender as suas necessidades e, com isso, formas são deixadas na paisagem, fruto de um processo estruturante que fornece funções a essas formas (CORREIA, 2009), não há como conceber a ausência de patrimônios no espaço de Magé, diferentes grupos humanos, ao longo de séculos, ocuparam e alteraram as paisagens do município. Não há patrimônios materiais e imateriais presentes em

Magé? O que vem a ser um patrimônio? E como um patrimônio se torna atrativo turístico?

A eleição de um patrimônio é sempre um processo socialmente seletivo ou culturalmente seletivo. A durabilidade de um bem tangível ou intangível sempre esteve diretamente relacionada à sua valorização cultural, simbólica ou econômica pela sociedade envolvente (CRUZ, 2012).

Muitos patrimônios – produtos de uma cultura – sobreviveram ao tempo porque suas sociedades envolvidas, pelas razões mais diversas, incluindo-se o próprio desprezo, permitiram sua permanência. As refuncionalizações das formas são recorrentes e o turismo, como prática social, não está fora disso. A todo instante, quando preciso, se utiliza da refuncionalização para criar ou expandir suas atividades pelo espaço socialmente construído.

O terceiro capítulo, *Rascunhando caminhos para o turismo em Magé*, tem como objetivos específicos: apresentar o que há de efetivo relacionado ao turismo, apontar as possibilidades de realização de tal prática social no município de Magé e analisar a relação Geografia e Turismo no âmbito acadêmico e suas diversas aplicabilidades científicas.

Para a prática do turismo se consolidar, os serviços e equipamentos urbanos e turísticos necessários para a sua realização precisam ser averiguados quanto a sua existência e qualidade a ser oferecida ao turista. Quais estratégias o guia de turismo local vem realizando a fim de efetivar a atividade turística em Magé? Quais são as condições reais de concretização do turismo no município? Estes são alguns dos questionamentos deste capítulo.

Com isso, esperamos ao longo do trabalho apresentar uma longa discussão sobre a importância dos patrimônios para os moradores do município de Magé, como também o desenrolar de um conjunto de atividades turísticas que vêm sendo realizadas no espaço mageense. O espaço e as paisagens de Magé são reveladores de uma riqueza patrimonial que deve ser apresentada a quem desconhece e/ou para quem pouco conhece, a fim de entendermos melhor a formação espacial e histórica não só de Magé, mas do Brasil.

2

O conceito de espaço e paisagem como reveladores da complexidade multidimensional do turismo

Neste capítulo busca-se evidenciar através dos conceitos de espaço e paisagem a multidimensionalidade da atividade turística, além de nos apresentar uma grande capacidade de reflexão acerca dos objetos e das ações sociais que se desenvolvem no e por meio desses conceitos, sob a perspectiva geográfica. Nesse particular, para enriquecer o estudo, é fundamental resgatar o conceito de escala geográfica, como uma categoria essencial para compreendermos as relações sociais que são inerentes às atividades turísticas.

A Geografia é por natureza e tradição uma ciência que se ocupa em apreender o espaço e sua organização. A ciência geográfica, através de suas abordagens teóricas e metodologias, tem contemplado ou incorporado em suas sistematizações também o estudo das práticas espaciais e os respectivos rebatimentos de transformações.

De acordo com as reflexões trazidas por Rua (2007), o espaço multidimensional é produto das interações entre os espaços físico, jurídico, cultural, simbólico, econômico, sem deixar de frisar a possibilidade de outras múltiplas interações que iluminam a percepção e o olhar geográfico frente à realidade que se revela em suas inúmeras dimensões. Com isso, devemos compreender o espaço de forma multiescalar, multidimensional, sistematicamente aberto, como produto onde interagem objetos e ações.

O espaço é visto como produto social em uma cadeia infinita de relações entre os atores sociais e as estruturas organizacionais, que definem o modo de produção em escala, que vai do local ao global, do material ao imaterial, revestido de formas e conteúdos, com suas funções e estruturas reveladoras da essência espacial que, para Lefebvre (2006), revela o espaço em movimento, não nos sendo possível abarcar a totalidade.

A expansão do processo de urbanização na região metropolitana do Rio de Janeiro, não de forma homogênea, mas sim a partir de eixos de desenvolvimento, promove mudanças nas lógicas de pensamento de alguns moradores da região e, até mesmo, do entorno. Uma série de instrumentos de infraestrutura e mudanças culturais ocorrem no seio desse processo, promovendo rebatimentos no desenvolvimento espacial em variadas proporções, como é o caso do município de

Magé, localizado na periferia da região metropolitana.

O turismo vem sendo realizado no município principalmente por intermédio da iniciativa do guia e morador Lúcio Amorim, ao ver que o espaço é dotado de paisagens ricas de formas e conteúdos não só estéticos, mas também culturais, uma vez que as paisagens englobam ambas as perspectivas.

O processo de urbanização da área conhecida como Baixada Fluminense favorece a implementação de atividades turísticas nos municípios pertencentes a ela. Não só pelos aparatos técnicos e tecnológicos que adentram as paisagens fluminenses, mas a cultura urbana também.

Um dos elementos da cultura urbana é a viagem, o deslocamento de um indivíduo ou até mesmo um grupo para conhecer ou desfrutar de um espaço e de paisagens diferentes das habituais do cotidiano. O ser humano, através da viagem, se depara com o outro, o diferente.

Uma das principais motivações das viagens turísticas é a busca do exótico, daquilo que, de alguma forma, se diferencia do cotidiano do turista. Esse exótico pode ser muitas coisas, tais como as condições socioeconômicas de um povo, as suas manifestações culturais, e também a natureza específica de cada lugar do planeta (MÖASS, 2008). Para muitos, o espaço mageense é visto como exótico ou desconhecido, o que pode favorecer o turismo.

A paisagem de Magé é representada por suas igrejas seculares, suas praças, suas casas coloniais, seu relevo, sua vegetação de mata atlântica, píer, antigas fábricas têxteis, uma estação ferroviária que marca uma importante página na história do nosso país, como também pelas lendas e histórias dos povos indígenas e quilombolas. Essas marcas do passado, manifestadas na paisagem, atualmente passam a ser vistas como patrimônio pela presente pesquisa, como símbolos a serem explorados pelo turismo, que transformam cada momento histórico em um legado de patrimônio de grande valor comercial e, em última análise, em produto turístico.

O espaço que nos é apresentado pelas paisagens mageenses se caracteriza por ser uma atividade seletiva, restritiva, excludente, pois grande parcela da população local, para não dizer fluminense e até mesmo brasileira, não possui condições socioeconômicas que lhe permitam fazer uso dos serviços prestados. Configura-se, assim, nesta perspectiva, como uma atividade de clientela

segmentada, uma estratégia que marca a territorialidade dos diferentes atores no espaço. A função da territorialidade é, portanto, segundo Soja (1993), segregadora e compartimentada das interações humanas, e estabelecem limites, controles, presença/ausência e inclusão/exclusão de determinados grupos sociais.

Os sujeitos são os principais atores, os protagonistas da história, sendo fundamental o repensar da consciência, na qual o espaço deixará de ser *planejado para alguém* e sim *pensado com alguém*, ou seja, o espaço deveria ser visto, no nosso entendimento, de maneira interdependente, em movimento dialético, interrelacional.

O planejamento e a gestão do espaço devem ser feitos entre os representantes políticos das mais variadas escalas de poder público, entre os técnicos/cientistas e entre a população local. Só assim as atividades empreendidas no espaço poderão, junto com uma boa fiscalização e manutenção, dar certo para todas as partes. Como estamos tratando, nesta pesquisa em específico, do turismo e suas implicações no espaço e nas paisagens do município de Magé, devemos nos ater às diferentes formas de percepção, concepção e vivência dos moradores e turistas que usufruem do espaço mageense, o que torna tudo ainda mais difícil, mas não impossível.

A paisagem, o turismo e o patrimônio são elementos estruturantes do pensamento a respeito do processo de desenvolvimento dos espaços em questão. Revelam-nos lógicas objetivas e subjetivas, que marcam o desenvolvimento histórico desses espaços e de seus respectivos elementos de transformações.

2.1

O espaço como conceito-chave para os estudos geográficos aplicados ao Turismo

A Geografia aplicada ao Turismo é um sub-ramo da ciência geográfica, na qual os estudos são voltados para a compreensão, explicação e análise do fenômeno e das atividades turísticas, assim como a sua manifestação no espaço, transformando-o a fim de criar os artifícios necessários para a sua concretização. Segundo Cruz (2003, p. 5), o turismo é, “antes de mais nada, uma prática social, que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo”. Com isso, temos que o turismo é uma prática social que se realiza no e do espaço.

Antes de qualquer análise acerca do conceito de espaço para a Geografia, devemos compreendê-lo como categoria analítica, ou seja, apreendê-lo através de uma concepção ampla e complexa. Cada área do saber concebe a categoria espaço de uma forma, dando sentidos e significados diferentes ao termo.

Anteriormente ao conceito, portanto, temos a vida e suas problemáticas. Cada conceito parte de uma questão particular e, ao problematizar o real, de certa forma desestabiliza conhecimentos herdados, diante da permanente transformação em que estamos mergulhados. As problemáticas só se criam a partir das práticas de ver e de dizer. Cada momento da história em cada espaço geográfico (re)coloca seus próprios problemas.

Os *conceitos* devem ser constantemente reavaliados, transformados e, quando utilizados, ter demarcada claramente sua “paternidade”, reconhecendo-se não apenas o(s) autor(es) que o formulou(aram), mas também o contexto geo-histórico dentro do qual ou para o qual foram elaborados (HAESBAERT, 2014). Os conceitos sempre são criados em relação com problemas específicos: um conceito está conectado com outros conceitos e está vinculado a um problema que resolve ou ajuda a resolver.

As problemáticas constituem o “foco” central do conceito, ele sempre evidencia determinadas questões ou relações. O *conceito* é uma revelação do já dado, do já produzido, o conceito indica um caminho, uma conexão, um devir. Ele é também um transformador na medida em que pode interferir na realidade de que pretende dar conta, operando não só como produto, mas também como produtor. O conceito é um operador, algo que faz acontecer, que produz. Se o conceito é produto, ele é também produtor: produtor de novos pensamentos, produtor de novos conceitos e produtor de acontecimentos, é o conceito que recorta o acontecimento, que o torna possível.

Ainda que nossa(s) categoria(s) e/ou nosso(s) conceito(s) não encontrem exatamente uma solução, ou uma resposta precisa, o simples fato de elucidarem ou de tornarem mais claras nossas questões pode ser considerado um avanço.

Mais que uma re-apresentação reconhecedora/diferenciadora do real, o conceito é um instrumento, uma medi-ação a que recorremos para sua compreensão. Queremos enfatizar sua condição, seu potencial de implicação no devir histórico.

O mais importante é usarmos nossos conceitos para compreender o mundo e reconstruí-lo, efetivamente, transformá-lo. Abaixo segue uma síntese elaborada por Rogério Haesbaert (2014, p. 50):

- Todo *conceito advém de um problema ou questão*, seja ele novo ou refeito/recolocado;
- Todo *conceito é sempre “situado”*, tanto em termos de contexto social, histórico-geográfico concreto, quanto em relação à história das ideias e aos seus sujeitos-autores;
- Todo *conceito é heterogêneo*, múltiplo, não é simples, é “um todo fragmentário”, com vários componentes, ao mesmo tempo em que remete sempre a outros problemas e, conseqüentemente, a outros conceitos;
- Todo *conceito é incorporal*, é absoluto e relativo ao mesmo tempo.

Segundo Milton Santos (1996, p. 19) “o espaço geográfico é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações”. Internamente, essa noção comporta categorias analíticas. Os conceitos são heterogêneos tanto no interior do próprio conceito, quanto na relação com outros conceitos do mesmo sistema. *Espaço* entendido como produção social, espaço enquanto base natural das (re)produções sociais. Entre a espacialidade e a temporalidade do mundo que a sociedade produz pela transformação da natureza, implica reconhecer que a única distinção possível entre Geografia e História envolve o reconhecimento de duas perspectivas sobre a realidade social. O *olhar geográfico* se estenderia mais sobre o mundo em sua *coexistência ou simultaneidade*. O *olhar histórico* enfatizaria o caráter *consecutivo ou sequencial* dos fenômenos.

O *espaço geográfico*, na verdade, partindo de uma posição relacional, envolve tanto o universo dos objetos quanto o dos sujeitos e suas ações, tanto a dimensão material quanto a dimensão imaterial. Todo espaço geográfico é também ação, movimento e representação simbólica.

A prática turística proporciona ao espaço a introdução de objetos que irão permitir a realização da atividade, bem como mudanças sobre os objetos

preexistentes, com o intuito de alterar os significados para atender a um novo processo, impulsionado pelas atividades turísticas que se desenvolvem no local.

Neste sentido, em Santos (1994) temos a importância da periodização, a qual se torna central enquanto fundamento teórico-metodológico, pois ela permite a identificação do que é novo no processo e possibilita uma ação transformadora lúcida. “[...] o espaço tem um papel privilegiado, uma vez que ele cristaliza os momentos anteriores e é o lugar de encontro entre esse passado e o futuro, mediante as relações sociais do presente que nele se realizam” (SANTOS, 1994, p. 122).

Quando um novo momento chega para substituir outro, ele encontra no espaço geográfico formas preexistentes às quais ele deve se adaptar para poder se estabelecer. Caso não haja essa adaptação, pois depende das intenções e racionalidades envolvidas, ocorrerão movimentos de resistência. Assim, o espaço é a condição para a realização do novo modo de produção, e os objetos geográficos existentes, instalados para realizar os objetivos da produção em um dado momento, influenciam o modo que se instala e podem permanecer com novas funções e retratando o passado que possibilitou o período atual.

Estas sobras materiais foram por ele denominadas de rugosidades, uma metáfora de inspiração geomorfológica. São objetos do passado que permanecem e servem ao presente; existiram como significado e se comportam como um traço de união com os novos significados da vida social. Tempos diversos coabitam num mesmo período e, mudando a realidade, o instrumental precisa ser readequado.

Se o espaço geográfico é um sistema de objetos, ele é um conjunto de formas que, funcionalmente entrelaçadas, formam um todo coerente e constituem uma unidade completa. Se é um sistema de ações, é um conjunto de gestos, forças, atos, atitudes, que fazem mover a sociedade. Um sistema influencia o outro e é por ele influenciado, formando um conjunto maior chamado espaço geográfico. Visto assim, os dois conjuntos são indissociáveis e a amplitude deste todo na análise geográfica depende da escala de análise (SANTOS, 1996).

Neste sentido, vale a pena frisar a importância da escala nos estudos da Geografia aplicada ao Turismo. A análise geográfica dos fenômenos requer objetivar os espaços na escala em que eles são percebidos. O fenômeno observado, articulado a uma determinada escala, ganha um sentido particular. A

escala dá visibilidade ao fenômeno no espaço. A forma como esse fenômeno se comporta deve ser analisada pelo pesquisador, a fim de compreendê-lo.

Para alguns geógrafos as perspectivas da grande e da pequena escala ainda se fazem por analogia àquelas dos mapas, fruto da confusão entre os raciocínios espacial e matemático. Cabe ressaltar que estamos aqui trabalhando com a perspectiva da escala geográfica dos fenômenos e não a cartográfica¹.

O problema do tamanho é, na realidade, intrínseco à análise espacial e os recortes escolhidos são aqueles dos fenômenos que são privilegiados por ela. Como salienta Castro (1995, p. 121), “tão importante como saber que as coisas mudam com o tamanho, é saber exatamente o que muda e como”.

A escala tem um caráter essencialmente político, o da escolha/seleção de uma determinada porção do espaço para se observar e analisar os fenômenos que lhe são revelados, sendo muitos deles invisíveis aos olhos dos mais desatentos à dinâmica rápida dos atores e agentes do espaço.

A escala da percepção é sempre ao nível do fenômeno percebido e concebido. A escala não fragmenta o real, apenas permite a sua apreensão. Não há escala mais ou menos válida, a realidade está contida em todas elas. A escala é, portanto, o artifício analítico que dá visibilidade ao real.

A escolha do município de Magé como sendo a área que irá exemplificar o processo de turistificação do espaço, principalmente na periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro, nos mostra a seleção, dentre inúmeras possíveis, de uma porção do espaço que recebe as ações transformadoras do turismo.

Cada rebatimento espacial – ou como alguns autores chamam, recorte espacial – implica, de fato, na constituição de “unidades de concepção”, que não têm necessariamente o mesmo tamanho ou a mesma dimensão, mas que colocam em evidência relações, fenômenos, fatos que em outro rebatimento não teriam a mesma visibilidade (CASTRO, 1995).

Dando continuidade ao aporte teórico, temos mais algumas contribuições do geógrafo Milton Santos a perspectiva e concepção de espaço. O meio técnico-científico é formado pela tecnoesfera e psicoesfera. A primeira “[...] é o resultado da crescente artificialização do meio ambiente. A esfera natural é crescentemente

¹ A *escala cartográfica* exprime a representação do espaço como forma geométrica, mensurável, enquanto a *escala geográfica* exprime a representação das relações que as sociedades mantêm com esta forma geométrica.

substituída por uma esfera técnica, na cidade e no campo”. A psicoesfera, por sua vez, “[...] é o resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, as relações interpessoais e a comunhão com o Universo” (SANTOS, 1994, p. 32).

As técnicas são datadas e se constituem em uma medida do tempo. Entretanto, a consideração das técnicas de produção de modo isolado leva a uma maior compartimentação da realidade (espaço agrícola, espaço industrial, espaço dos transportes, e outros) e, por isso, a noção de espaço geográfico só pode ser alcançada se o fenômeno técnico for visto em sua total abrangência (SANTOS, 1996).

O espaço é o redefinidor dos objetos técnicos ao colocá-los num conjunto coerente, e o valor de cada elemento é dado pelo conjunto da sociedade. O meio geográfico foi durante milênios um meio natural (pré-técnico), durante dois ou três séculos um meio técnico (maquínico) e hoje um meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996).

Assim, na Geografia, o tempo deve ser trabalhado pelo eixo das coexistências, da simultaneidade (diferente do tempo como sucessão, que é o chamado tempo histórico). Em um lugar, o tempo das diversas ações e dos diversos agentes, o modo como utilizam o tempo, não é o mesmo.

A Geografia deve se ocupar das relações entre a sociedade e seu entorno em diversas escalas, tanto de toda a comunidade humana como do lugar em sua escala local.

Os atuais sistemas técnicos se definem pela sua onipresença, pela universalidade e por sua tendência à unificação. Os dominantes, “[...] aqueles que servem aos atores hegemônicos da economia, da cultura, da política, tendem a ter a mesma composição em todos os lugares” (SANTOS, 1994, p.112) Estes exigem cada vez mais uma unidade de comando. Outro aspecto importante é que os objetos “[...] são criados com intencionalidades precisas, com um objetivo claramente estabelecido de antemão. Da mesma forma, cada objeto é também localizado de forma adequada a que produza os resultados que dele se esperam” (Ibidem).

A noção de intencionalidade fundamenta o processo da inseparabilidade dos objetos e das ações, num movimento incessante de dissolução e recriação do sentido, de sucessão de formas-conteúdo. Não é nem forma, nem conteúdo, mas

forma-conteúdo, unindo passado e futuro, natural e social, processo e resultado, forma e função.

Integrante do presente, o objeto não é um vestígio da ação, mas seu testemunho; a significação e o valor geográficos dos objetos derivam do papel desempenhado por eles no processo social, dentro de um sistema de ações. Também não se deve separar, na análise geográfica, objetos e ações, até porque a eficácia de uma ação relaciona-se com a adequação ao objeto (SANTOS, 1996).

A categoria-chave para o entendimento deste processo é a de totalidade, que existe dentro de um permanente processo de totalização, que faz com que os lugares, a cada movimento da sociedade, se recriem e se renovem.

A trilha a ser percorrida pelo geógrafo, “[...] seria partir da totalidade concreta como ela se apresenta neste período de globalização – uma totalidade empírica – para examinar as relações efetivas entre a Totalidade-Mundo e os Lugares” (SANTOS, 1996, p. 92). Pois é a totalidade – a realidade em sua integridade – que explica as partes, até porque o todo é maior que a soma de suas partes; mas é uma totalidade sempre incompleta, sempre procurando fazer-se.

Todo conceito deve sempre ser visto dentro da constelação conceitual de que faz parte, a qual lhe dá sentido, considerando que cada uma dessas constelações está inserida num determinado campo de proposições filosóficas que são concebidas dentro de um contexto geo-histórico determinado que é a fonte das problemáticas que demandarão nossos conceitos (HAESBAERT, 2014).

Os conceitos não apenas mudam ao longo do tempo, ou seja, são datados, mas também são sempre construídos dentro de uma intrincada rede de relações com outros conceitos por definir uma posição teórica em sentido mais amplo. Problemas e questões são também recriados ao longo do próprio percurso de elaboração conceitual.

O conceito de turismo está longe de suscitar alguma unanimidade. A Organização Mundial de Turismo (OMT) define o turismo como uma modalidade de deslocamento espacial, que envolve a utilização de algum meio de transporte e ao menos um pernoite no destino; esse deslocamento pode ser motivado pelas mais diversas razões, como lazer, negócios, congressos, saúde e outros motivos, desde que não correspondam a formas de remuneração direta.

O paradoxo que se coloca entre a definição oficial e situações práticas é que a lógica que orienta a organização dos espaços para o turismo é a do lazer. A

definição oficial desconsidera, aparentemente, a forma como o visitante se apropria do lugar visitado.

A explicação para esse fato está em um possível pressuposto metodológico que orientaria as definições oficiais de turismo, ou seja, todo viajante é, para os organismos oficiais do turismo, um turista potencial, pois pode, tal como alguém que viaja por motivo de lazer, utilizar-se total ou parcialmente das infraestruturas turísticas presentes no destino. Há diferenças importantes entre a forma como o turismo de lazer se apropria dos espaços e os (re)organiza e a forma como outras modalidades de viagem o fazem.

Diferentes fatores concorrem, com intensidades e ritmos temporal e espacialmente diferenciados, para a produção do espaço. Toda análise – que se pretende consistente – sobre a participação do turismo na produção do espaço geográfico deve considerar o conjunto de relações em que se desenvolve a atividade, bem como suas dimensões global e local. O turismo representa apenas uma parte de um imenso jogo de relações (SILVA, 2012).

A realização da atividade turística, segundo Cruz (2007), demanda várias logísticas, entre as quais a construção de eixos viários, mudanças nos planos de estruturação urbana e crescimento e desenvolvimento do sistema de saneamento básico para atender a demanda gerada pelo turismo. Isto é, em função de um uso turístico do espaço, o mesmo deve ter infraestrutura relacionada à hospedagem e à restauração², bem como infraestruturas de suporte ou de apoio³ ao visitante.

Com isso, temos que o estudo do espaço turístico abrange o levantamento da delimitação e descrição física da área receptora; os recursos naturais, culturais e análise do diferencial turístico; equipamentos receptivos: alojamentos hoteleiros, extra-hoteleiros e complementares, de alimentação e recreação; infraestrutura de apoio à atividade turístico-recreativa.

O tipo de urbanização que se processa depende, em primeira instância, da tomada de posição do poder público local, ao qual é delegada a incumbência de orientar o desenvolvimento urbano no território do município que pretende ter o turismo como mais uma de suas atividades.

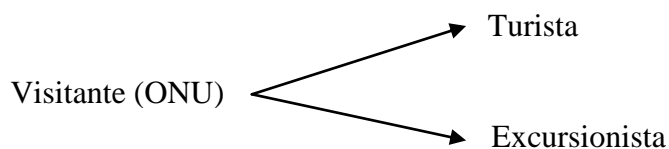
² São equipamentos de *restauração* as infraestruturas relacionadas à alimentação, como restaurantes, bares, lanchonetes, entre outras.

³ Considera-se infraestrutura de *apoio ao visitante* todo aquele conjunto de serviços existentes na cidade, preexistentes ou criados em função do turismo, como segurança, atendimento hospitalar, bancos, dentre outros.

A valorização dos espaços pelo turismo é dada em função de valores culturais, e a cultura é própria de cada grupo social e mutável no tempo. Logo, existindo diferentes grupos sociais, com culturas particulares, temos distintos espaços produzidos para a realização da atividade turística.

O “lugar turístico” é uma expressão utilizada tanto para se referir a lugares que já foram apropriados pela prática do turismo como também a lugares considerados potencialmente turísticos. De acordo com Cruz (2003), “o lugar turístico já apropriado pelo turismo corresponde àquela porção do espaço geográfico cuja produção está sendo determinada por uma participação mais significativa do turismo, relativamente a outras atividades”.

O principal elemento que caracteriza o lugar turístico é o turista. Todo lugar em que houver a presença de um visitante, ainda que solitário ou aventureiro, poderá ser considerado um lugar apropriado pela prática social do turismo. Vale ressaltar a definição de turista que a Organização das Nações Unidas (ONU) faz para entendermos melhor quem é esse ator social que influencia e interage no e com o espaço: “turista é o visitante temporário que permaneça num prazo de, pelo menos, vinte e quatro horas no local visitado. A pessoa que fica um período menor de 24 horas é conhecida como Excursionista”.



Há de se considerar os diversos níveis de apropriação dos espaços pelo turismo. Não se pode comparar uma localidade eventualmente visitada por turistas com uma localidade em que o turismo de massa já é fato consumado.

Como podemos perceber, o turismo, para se realizar, necessita do espaço e de tudo que o mesmo pode e tem a oferecer para que suas atividades ocorram. Transformações e (re)organizações são processos que imperam no seio da prática social do turismo, fenômeno esse que possui diversos rebatimentos espaciais e, para que possamos compreendê-lo em sua totalidade, se é que isso é possível, devemos escolher as escalas que melhor representam a sua atuação.

A forma como o espaço se apresenta nas paisagens é repleta de patrimônios que, por sua vez, representam um conjunto de formas e conteúdos histórico-culturais de atuação de um povo no espaço por ele ocupado e

transformado de acordo com suas intencionalidades ao longo do tempo. Neste momento, partimos para uma leitura e reflexão das contribuições teóricas da paisagem e dos patrimônios, para que assim possamos nos ater às especificidades espaciais, paisagísticas, patrimoniais e de turismo do município de Magé, no estado do Rio de Janeiro.

2.2

As (in)visibilidades da paisagem

A paisagem pode ser entendida, segundo Maria Geralda de Almeida (2013), como formada por movimentos impostos pelos grupos sociais por meio de seu trabalho, trocas informacionais, cultura e emoções, o que lhe confere uma dimensão social. A paisagem é percebida e concebida pelos sentidos e por eles é veiculada.

Holzer (1999), buscando romper com a visão simplória da paisagem como o elemento de percepção da realidade apenas “por um golpe de vista”, nos apresenta as noções de visibilidade e visualidade. Para ele, a visibilidade nos permite a percepção das formas, é restrita, formalista, preocupa-se com as formas, fisionomia da paisagem, destaca-se pelos elementos físicos ou naturais que contribuíram para a sua modelagem. Já a visualidade é produtora de percepções paisagísticas que englobam os diversos períodos históricos, as marcas culturais, a subjetividade. É a constatação da realidade que transcende a vida em suas múltiplas realidades cotidianas, reveladora de possibilidades de desenvolvimentos geográficos alternativos.

Para pensarmos a paisagem, é possível trazer a ideia de estar imerso na paisagem por meio dos sentidos que ela nos desperta. A percepção é diferenciada de indivíduo para indivíduo. O processo de percepção nos remete a uma espécie de tensão entre a imagem captada por um simples golpe de vista e a imaginação (FERRAZ, 2011). Esse estado de tensão entre a imaginação e a percepção é parte integrante da vida, do dia a dia, em um movimento que cada indivíduo, nas escalas que perpassam o consciente e o inconsciente, vivencia de forma particular.

A ideia de representação também está atrelada aos símbolos, às lembranças e aos sentimentos, como a possibilidade de um momento do indivíduo, um estado da alma ou do espírito, que interferem na percepção de

paisagem de cada ser. Neste sentido, seguindo as reflexões de Melo (2005, p. 9159):

[...] “representação” é a evocação de um objeto na sua ausência, duplicando a sua presença e completando o conhecimento perceptivo a que se refere, enquanto que “percepção” é simplesmente a função pela qual o espírito representa os objetos que estão na sua presença.

No século XIX, o conceito de paisagem passou a ser central e, logo, objeto de estudo da Geografia, no mesmo período em que a mesma se instituiu enquanto disciplina acadêmica e ciência. Depois, a paisagem foi relegada a uma posição marginal, dando espaço a outros conceitos considerados mais adequados às necessidades contemporâneas, como os de região, território, espaço, dentre outros (HOLZER, 1999).

Atualmente, o conceito vem sendo retomado por alguns geógrafos e novas abordagens vêm sendo inseridas na conceituação do termo paisagem. A ação humana no espaço, ao longo do tempo histórico, vem ganhando grande força nos estudos da paisagem geográfica. A paisagem, como representação do espaço vivido, vem nos mostrando como há diferentes intencionalidades e interesses, implícitos ou explícitos, na ação da sociedade sobre o meio. O espaço não é mais visto como um receptáculo, mas como produto, condição e meio da atividade humana. As paisagens expressam as relações múltiplas que as sociedades têm com o espaço e com a natureza (BERQUE, 1998). A paisagem é uma mediação entre o indivíduo e o espaço em sua complexidade.

Ao mesmo tempo em que o conceito de paisagem possui potencialidades de reflexão e aplicabilidade, possui também limitações. A paisagem é limitada, incompleta e parcial, pois nenhum indivíduo consegue apreendê-la em sua totalidade. Por isso, busca-se pesquisar e estudar múltiplas abordagens de compreensão da paisagem, de forma interdisciplinar, a fim de obtermos um mosaico mais bem definido dos espaços que nos são apresentados pelas diferentes formas de se perceber e representar a paisagem, sendo, essa mesma, um produto de uma conjuntura social.

O homem produz marcas na paisagem, deixando assim as suas heranças culturais, que vão sendo (re)utilizadas ao longo do tempo histórico por diversos grupos sociais. Cada indivíduo ou coletivo humano irá resignificar as formas da

paisagem de acordo com seus valores, crenças e mitos, dando assim funções às formas. Para Berque (1998, p. 84 e 85), “a paisagem é uma *marca*, pois expressa uma civilização, mas é também uma *matriz* porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação”.

A própria definição do termo Geografia nos remete à ideia das marcas do homem na paisagem, em que *Geo* = terra e *grafia* = escrita, marca. Logo, a Geografia enquanto ciência seria o estudo das marcas do homem na terra. Essa definição do termo levou uma grande quantidade de geógrafos a estudar o espaço e as paisagens da Terra levando em consideração as formas dadas pela natureza e as formas geradas pela apropriação cultural humana.

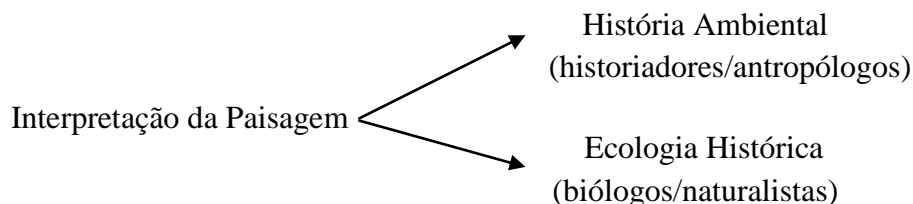
No que concerne ao termo “paisagem”, alguns linguistas têm trazido a sua contribuição. Sansolo (2007), ao consultar a obra de Foncelini em 1871, nos mostra que o termo refere-se a *pagos*, que significa um conjunto de vilas, uma parte de um todo, ou seja, uma divisão para fins político-administrativos.

A palavra “paisagem” em chinês tem o significado de montanha e água, já nas línguas neolatinas, no italiano, a palavra *paisaggio* representa uma porção do território considerada de ordem estética ou artística. No francês, a palavra *paysage* refere-se a uma região, em especial aos seus aspectos físicos. Na língua espanhola, “paisagem” seria uma porção do território em seus aspectos artísticos.

Um significado comum presente nas línguas refere-se à paisagem como espaços visíveis, ligados ao sentido da visão. “Nas línguas dos chamados países ocidentais a palavra paisagem refere-se à presença humana no contexto espacial, enquanto nas línguas orientais destacam-se os elementos da natureza ou a natureza percebida” (SANSOLO, 2007, p. 3).

Na década de 1970 surge, como mais uma possibilidade de interpretação da paisagem, a História Ambiental e a Ecologia Histórica. A primeira foi impulsionada pelos historiadores e antropólogos que buscavam compreender “os acontecimentos históricos que modificaram e, ao mesmo tempo, foram modificados pelo ambiente” (SOLÓRZANO *et al*, 2009, p. 49). A segunda foi criada como um campo do saber elaborado pelos biólogos/naturalistas a fim de “compreender os fenômenos e componentes ecológicos à luz dos processos históricos de transformação da paisagem” (Ibidem). O que difere uma área do saber de outra são os pontos de partida, porém ambas têm a preocupação de

inserir os feitos humanos na paisagem, relacionando os processos naturais resultantes.



A História Ambiental trouxe como contribuição a interpretação da paisagem como um documento histórico, ou seja, uma fonte de dados e informação. O pesquisador, com isso, procura interpretar os fatos históricos a partir da realidade apresentada pela natureza.

A paisagem sendo sempre uma herança é uma percepção de Ab'Saber (2003), na qual o autor traz duas abordagens: na primeira, a paisagem como herança de processos de atuação antiga, remodelados e modificados por processos de atuação recente; e na segunda, a responsabilidade humana na utilização não-predatória dessa herança paisagística.

Para se compreender a paisagem sob essa perspectiva é necessário um olhar interdisciplinar, pois exige-se conhecimentos dos aspectos físico-biológicos, socioculturais e político-econômicos.

Existem três níveis apresentados por Worster (1991), no trabalho de Solórzano *et al* (2009, p. 51), a fim de compreender a paisagem sob o aspecto da integração homem-natureza na História Ambiental:

Primeiramente [...] o funcionamento e a organização da natureza, ou seja, a reconstrução de ambientes e de paisagens passadas. O segundo [...] abrange a relação do domínio socioeconômico com a natureza [...], refere-se às tecnologias de trabalho e exploração, modos de produção, instituições e relações sociais em geral. O terceiro [...] atém-se mais especificamente à percepção humana da natureza e, desta forma, ocupa-se dos valores, leis, mitos e crenças religiosas de uma dada sociedade em relação à natureza.

Nesse processo de molde do homem pela natureza, e da mesma sendo moldada por ele, a geografia histórica possui um papel fundamental na reconstituição espacial dos processos de ocupação de territórios. Territórios esses compreendidos como um espaço delimitado e definido por e a partir de relações

de poder, que são marcadas por diferentes grupos exprimindo identidades e sentimentos de pertencimento a um dado espaço.

A relação do homem com o espaço envolve usos e trocas com a natureza. Logo, o meio físico é uma área utilizada, apropriada por diversas populações em diferentes épocas.

Segundo Oliveira (2005, p. 228), “a cada uso superposto no tempo podem ser esperadas resultantes ecológicas distintas, de acordo com a transformação imposta pela implementação de cada território”. O uso do conceito de paleoterritório na análise histórica da paisagem surge da dificuldade de se estabelecer qual foi, exatamente, o processo de transformação provocado por usos sobrepostos. As marcas dos usos somam-se e dissipam o(s) uso(s) anterior(es). “As resultantes ecológicas da utilização dos ecossistemas remeterão, de forma mais clara, ao último grande impacto [...], o último uso não é necessariamente o que fez maiores perturbações, mas é o que tem as marcas mais frescas e detectáveis” (SOLÓRZANO *et al*, 2009, p. 54).

As paisagens carregam vestígios que nos ajudam a (re)construí-las, como os vestígios da cultura material (vasos, ferramentas, construções) e os vestígios imateriais (histórias contadas pelas populações através da linguagem oral ou escrita, símbolos impregnados na cultura material).

No caso do município de Magé, podemos perceber claramente um resquício da cultura material, que foi utilizada em séculos passados como um reservatório de água (figuras 3 e 4), e que hoje está apenas sofrendo o desgaste do tempo e servindo de ponto de encontro para gangues locais, como também de ponto de venda de drogas. Esse antigo reservatório faz parte da herança da paisagem de tempos antigos.

A representação que se faz de algo é incorporada e depois movimentada para dar sentido à interpretação. Para Bertoli (2012, p. 11), “para que haja representação antes se faz necessário o enquadramento do representado, que, não distante, é limitado por aquilo que se é capaz de perceber”. É só através de um sujeito interpretante que o mundo pode ser provido de sentido, o próprio meio físico não se reduz a um dado que existira em si, ele depende da mobilização de conceitos e impressões para ser enxergado como tal.



Figuras 3 e 4: Reservatório de água do século XVIII encontrado na floresta, próximo à Capela do Nosso Senhor do Bonfim (1776), no 1º Distrito de Magé, o distrito sede do município.

Fonte: elaborada pelo autor.

As representações da paisagem devem ser refletidas levando em consideração cada momento histórico, em cada contexto geográfico e nos marcos de cada imaginário específico.

Bertoli (2012, p. 10 e 11), ao contemplar a paisagem como *gênese* e *ampliação* simultaneamente, através das considerações de Berque (1995), diz sobre a *paisagem gênese* que “cada experiência de paisagem é única e não pode ser repetida nem pelo mesmo observador uma segunda vez, pois é ligada a uma percepção que é continuamente resignificada por outras nuances incorporadas na constância da vida”, e sobre a *paisagem ampliação*, diz que “a compreensão da paisagem depende da ativação de memórias diretas [...] e indiretas [...] que são captadas de um sem número de conhecimentos retidos”.

A paisagem é um signo, ou um conjunto de signos, em que se trata de aprender a decifrar num esforço de interpretação, que é um esforço de conhecimento, e que vai além da fruição e da emoção. Há de se ler a paisagem com todos os seus conteúdos presentes, explícitos ou não. Há uma tentativa de repensar a paisagem não mais num sentido estético, ou seja, de um conjunto de elementos fixos e estáticos, mas cultural, humano e dinâmico. A paisagem admite ser compreendida como um sistema de significado.

Neste sentido, as paisagens de Magé nos contam muitas histórias e lendas, mas uma das mais enfatizadas é a lenda da Mirindiba (figura 5), uma espécie arbórea⁴ que representa a lenda de uma índia Tupinambá que viveu no local.

⁴ *Lafoensia glyptocarpa*, nome científico, ou popularmente conhecido como *Mirindiba*, é uma árvore da família das litráceas, nativa do Brasil. Caracteriza-se por suas folhas de pequena

Segundo uma das versões da lenda, que infelizmente vai sendo esquecida pela população do lugar, Mirindiba era uma jovem índia que nasceu linda e livre para amar, apaixonando-se por um índio da tribo rival e que, como consequência, foi encantada pelo pajé da sua tribo, seu próprio pai, um homem que seguia fielmente as leis de sua comunidade, não pensou duas vezes e transformou sua filha em árvore. Outra versão nos conta que a árvore nasceu sobre o local onde a índia foi sepultada. A árvore, como diz a lenda, ainda protege o homem e a natureza do local com a força de sua energia e de seu tronco. Este monumento natural, que representa um dos diversos patrimônios imateriais, e ao mesmo tempo materiais, presentes no município, hoje se encontra no Morro do Bonfim e é um exemplo de como uma forma pode ter diferentes significados para uma ou mais de uma cultura existente na paisagem.



Figura 5: A lenda da árvore/índia Mirindiba, uma forma de se compreender as simbologias da paisagem no 1º Distrito de Magé, RJ. Fonte: elaborada por Lúcio Amorim, 2015.

Para Souza (2013, p. 46), “a paisagem é uma forma, uma aparência. O conteúdo ‘por trás’ da paisagem pode estar em consonância ou em contradição com essa forma e com o que ela, por hábito ou ideologia, nos sugere”. Esses sinais, na paisagem, estão implícitos, e apenas um olhar mais apurado e crítico

dimensão e permanentes, formando uma copa de 6m de diâmetro e 10m de altura. Ela floresce de Julho a Setembro, dando origem a flores brancas ou rosas. Frutífera de Agosto a Setembro, formada por cápsulas. A polinização da planta é realizada por morcegos.

permite chegar a essas deduções, ou seja, das maneiras como essas populações vivem na paisagem.

As paisagens, muitas vezes, distorcem/ocultam a realidade. Para Souza (2013, p. 48), “o fato de ser uma forma, uma aparência, significa que é saudável ‘desconfiar’ da paisagem. É conveniente sempre buscar interpretá-la ou decodificá-la à luz das relações entre forma e conteúdo, aparência e essência”.

Geógrafos contemporâneos vêm investindo na discussão do conceito de paisagem e os seus usos sociais e interesses ideológicos, que se expressam por meio das representações feitas por pintores, fotógrafos, arquitetos de uma dada época e em uma dada cultura, sob condições sociais determinadas.

A escala é um dos fatores cruciais na definição da paisagem, sendo a mesma “um sistema dinâmico com estrutura espacial e que varia no tempo, onde a natureza se desenvolve em ritmos diferentes dos ritmos da vida humana organizada em sociedade” (SANSOLO, 2007, p. 10). A paisagem cultural é fruto de uma ação intensa da sociedade sobre a natureza.

A seleção de uma dada escala no processo de análise ocorre porque, naquela escala específica, certos padrões podem ser identificados e compreendidos, simultaneamente à compreensão sobre duração, intensidade e periodicidade das escalas temporais e espaciais. A escala da ação humana torna-se um fator preponderante na transformação da natureza e varia com o tempo, o espaço e a cultura.

Ao mencionar a importância da escala para a compreensão da paisagem, Souza (2013) nos chama atenção para a noção de invisibilização de agentes e práticas. “A paisagem condiciona a nossa (in) sensibilidade e o modo como somos socializados” (SOUZA, 2013, p. 57). Dependendo da variação de ângulo, aproximação ou afastamento, determinados elementos da paisagem não são evidenciados, ficando, assim, ocultos. Isso implica em uma intencionalidade ao se fazer um recorte espacial, privilegiando uma determinada escala. Como exemplo, o panfleto (figura 6) que divulga os atrativos turísticos do município de Magé para os visitantes nos evidencia as belezas patrimoniais do local, as carências sociais não aparecem no foco, pois não é da intenção de quem quer “vender” a imagem, ou as imagens, mostrar estes aspectos, mas sim os atrativos turísticos que a paisagem, através da imagem fotográfica, possui. A escala usada foi

cuidadosamente escolhida para ocultar certas mazelas sociais no momento da fotografia da paisagem.

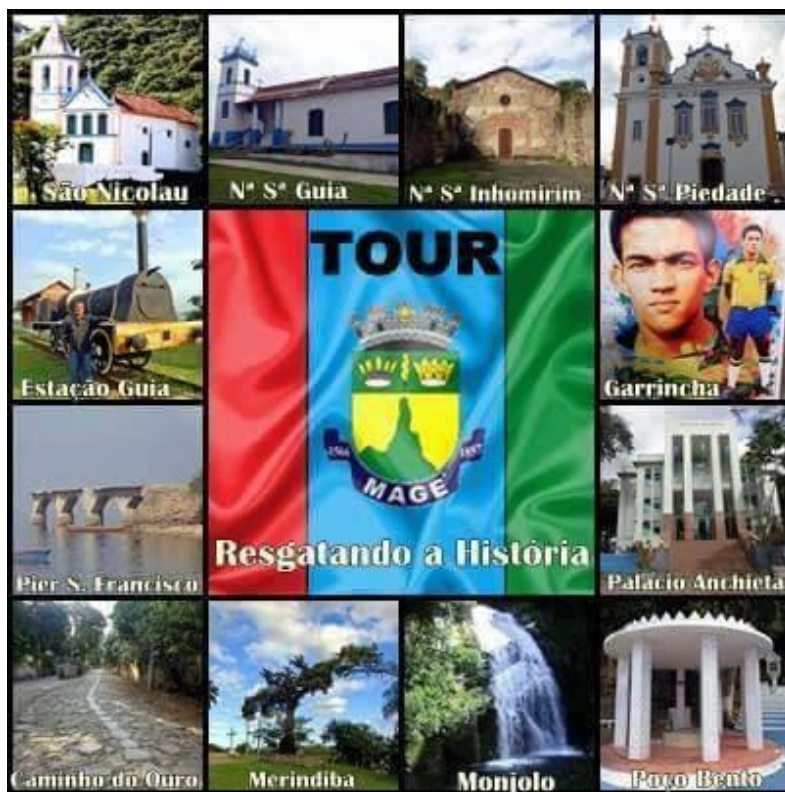


Figura 6: Panfleto de divulgação dos atrativos turísticos do município de Magé, RJ.

Fonte: elaborado por Lúcio Amorim, 2014.

Quando o emissor de uma mensagem a coloca com maior intensidade de estímulos, atrai mais atenções. Isso acontece nas propagandas de turismo, cujas mensagens são percebidas de forma mais rápida porque a imagem é figurativa ou visual.

Muitas vezes, o turista é induzido a confundir imagem com realidade, o que pode levá-lo a um estado de indefinição frente ao controle que exercem os meios de comunicação. O forte poder de manipulação desses meios recai especialmente sobre aqueles que não possuem a capacidade de decodificar a imagem e analisá-la criticamente. Corroborando com esse pensamento, Luzia Coriolano (2001) diz que “as mensagens sempre são manipuladas, mas o importante é saber a serviço de que e de quem”. O turismo utiliza a imagem para vender e valorar o local, tornando-o um atrativo para visitaç o, construindo, assim, um sistema de representa  es.

As representa  es mentais constru  das no turismo ocorrem a partir do momento da inten  o da viagem e constituem um universo elaborado pelo

imaginário, que vai ser desvelado na realização dessa viagem, quando se constroem novas representações.

O turismo também faz parte desse mundo de símbolos, ideias, sonhos e representações, pois é, antes de tudo, um conjunto de pré-concepções e percepções de imagens e valores de significado cultural, construído por quem viaja antes mesmo da experiência realizada.

O turista busca sonhos e ilusões, quer fugir do cotidiano, por isso os espaços turísticos se organizam em torno do que podemos chamar de autenticidade encenada. No turismo, a primeira imagem que se constrói é a do lugar a ser visitado, cujas representações mentais são criadas com a ajuda da mídia e depois refeitas, no contato com a realidade (CORIOLANO, 2001).

Os pretensos visitantes dos espaços turísticos atingidos pela imagem projetada reelaboram novas imagens desses espaços. Esta criação e recriação de imagens se confronta com o real. O espaço turístico é, antes de mais nada, uma imagem feita pela mídia e pelas representações de quem pretende viajar.

As campanhas publicitárias constroem espaços turísticos utópicos, distantes do real, impulsionadas por objetos, como a consolidação desses espaços como núcleos receptores de turismo, indo ao encontro das ideias de Coriolano (2001, p. 219):

O imaginário “convocante” sintetiza as pretensões que os núcleos turísticos buscam alcançar. Esse imaginário serve para orientar ações, direcionar políticas, mobilizar a sociedade para as metas desejadas. [...] quando o imaginário passa a ser coletivo, sensibiliza as pessoas, toca emoções, vontades e desejos. Somente de forma coletiva, começa-se a criar uma cultura de turismo. O imaginário não atinge apenas o racional, é capaz de despertar vontades, emoções e paixões.

Imaginário e real são englobados e passam a fazer parte de uma totalidade. No turismo, a imagem criada, a utopia, é capaz de transformar o real. Criar visões, projetar cenários, sonhar são momentos da realidade do turismo e do turista.

O imaginário enuncia uma forma de futuro a construir e, nesse sentido, é uma fonte geradora de ação. Projeta a utopia ou um conjunto de imagens, valores e expectativas que vão além da realidade, pois estão na esfera do potencial e do possível.

O recorte escalar e espacial apenas manifesta o que se quer “vender” para o turista, ou seja, as belezas naturais e culturais do município de Magé. Não é do interesse dos setores públicos e privados de fomento ao turismo mostrarem as desigualdades e contradições presentes em um espaço que eles buscam investir esforços de implementação de tal atividade.

As paisagens, para os grupos de empreendedores do turismo, devem revelar apenas o lado positivo ou belo de seus elementos constituintes, na maioria das vezes. A paisagem se torna uma mercadoria a ser vendida com fins lucrativos. No bojo do processo de turistificação dos espaços e das paisagens há a espetacularização dos objetos e das ações sociais.

Seguindo nessa mesma linha de pensamento, temos a contribuição do filósofo Guy Debord (1997), para o qual o espetáculo apresenta-se como algo grandioso, positivo, indiscutível e inacessível. A atitude que ele exige por princípio é aquela aceitação passiva. “O espetáculo é a principal produção da sociedade atual” (DEBORD, 1997, p. 18).

A sociedade do espetáculo é uma formulação que escolhe o seu próprio conteúdo técnico. O espetáculo, considerado sob o aspecto restrito dos meios de comunicação de massa, que aparentemente invade a sociedade como simples instrumentação, está longe da neutralidade (DEBORD, 1997). O espetáculo na sociedade representa concretamente uma fabricação de alienação. Ainda segundo Debord (1997, p. 131):

Subproduto da circulação das mercadorias, a circulação humana considerada como consumo, o turismo, reduz-se fundamentalmente à distração de ir ver o que já se tornou banal. [...] A mesma modernização que retirou da viagem o tempo, retirou-lhe também a realidade do espaço.

A partir da percepção multidimensional da paisagem – natural, econômica, cultural, política – é possível revelar sua potencialidade, ou não, para o exercício do turismo. Se esse potencial for afirmativo, inicia-se o processo de turismo e apropriação, sendo necessários investimentos de marketing e equipamentos, forjando, deste modo, na maioria das vezes, o ambiente, que passa a adquirir novo significado e sentido: a paisagem-mercadoria, que é simulada e “turistificada”. A principal consequência da apropriação da paisagem pelo turismo está na

transformação acelerada dos espaços e das paisagens atingidos por esses empreendimentos (FERRAZ, 2011).

Os agentes do turismo se aproveitam das paisagens estéticas para promover suas atividades. Focam nas “belezas” dos lugares, mostram o que numa pintura, fotografia ou em uma imagem qualquer (cartão-postal) parece não mudar, ser permanentemente um espaço de bem-estar e beleza, onde tudo irá ocorrer sempre da melhor forma possível para o turista. Espaço de realização dos seus sonhos e desejos. O marketing turístico ilude, muitas das vezes, o turista pelo visual deslumbrante das paisagens, que são representadas em imagens cristalizadas nos meios mais diversos de publicidade e propaganda.

A paisagem estética seria, então, o espaço abarcado pela visão humana, na qual as formas, os aspectos físicos da superfície da Terra, possuem maior importância que os aspectos funcionais. O ambiente com uma beleza cênica digna de representação artística, com suas geometrias e cores. A natureza é bastante evidenciada nessa forma de representar a paisagem, pois os seus elementos trazem bem-estar e beleza para a vida em sociedade, além de trazer a caracterização de um local, gerando, assim, padrões espaciais diferenciados.

O apreço que se tem pelas “belezas naturais” não ganha ares concretos na cultura ocidental antes do projeto lançado pelos naturalistas, sobretudo os pintores, que dominaram a representação artística do fim do século XIX e que propunham um olhar admirativo sobre o real; a conversão do real em imagem e da imagem em realidade. A sensibilidade cultural é educada e preparada pela arte. Buscaremos na natureza aquilo que nos seduziu na arte.

Toda prática de paisagem é, em algum grau, um exercício estético. Um arcabouço de conhecimento de todas as ordens é resolvido para dar sentido e valor ao que se vê. O evidente não é, ou está evidente: ele pressupõe um esquema de construção. Segundo Bertoli (2012, p. 15), “uma motivação estética presume a existência de um pré-julgamento, uma noção do que é bom e do que é belo e do que se toma por suas antíteses”. O bom e o belo são relativos a quem os desvela e os transforma em valores que, em primeira mão, servem para conferir distinção. A percepção sensível do real é interligada às experiências que tivemos.

Cosgrove (1998) menciona que a geografia humana se encaminha para a geografia humanística no início dos anos 1970, cujas mudanças de pesquisa estão relacionadas aos movimentos sociais da época. A paisagem sob essa perspectiva

está ligada à cultura, à subjetividade nas formas de análise e à vida cotidiana repleta de significados.

A paisagem deve ser compreendida como construção cultural e ideológica, utilizando como base a análise dos significados da paisagem a partir das experiências da população, entendendo que a maneira de ver a paisagem não é homogênea, tem significados distintos para os grupos sociais, podendo, com isso, existir conflitos resultantes das diferentes visões e expectativas desses grupos (MELO, 2005). As paisagens são produtos culturais em constante transformação e interpretação por parte daqueles que as alteram, as mantêm e delas usufruem.

Existem algumas implicações acerca do conceito de paisagem trazidas por Cosgrove (1998, p. 99), são elas:

- (i) um foco nas formas visíveis de nosso mundo, sua composição e estrutura espacial; (ii) unidade, coerência e ordem ou concepção racional do meio ambiente; (iii) a ideia de intervenção humana e controle das forças que modelam e remodelam nosso mundo.

Essas considerações nos fazem ver que a paisagem para o autor é, resumidamente, as formas visíveis, uma unidade racional da natureza e composta de intervenção humana nas forças modeladoras do ambiente.

Para nos ajudar a elucidar o que vem a ser cultura, Cosgrove (1998, p. 101) nos apresenta um dos conceitos disponíveis, numa ampla gama de definições que esse termo possui no ramo da ciência. Logo, cultura é “um conjunto de práticas compartilhadas comuns a um grupo humano em particular, práticas que foram aprendidas e transmitidas através de gerações”. A reprodução de uma cultura só é feita através da prática constante da mesma, assegurando sua sobrevivência. Vale ressaltar que essas práticas mudam com o passar do tempo, pois os seres humanos estão em constante contato com outros grupos humanos que, por sua vez, também possuem uma cultura específica. Trocas de traços culturais ocorrem em meio às relações sociais estabelecidas. A cultura está em transformação, se metamorfoseando ao longo dos tempos e dos espaços, de sociedade em sociedade.

A cultura é, ao mesmo tempo, determinada por e determinante da consciência e das práticas humanas. Qualquer intervenção humana na natureza

envolve sua transformação em cultura. Cosgrove (1998, p. 102 e 103) elucida essa afirmação dando o exemplo do tomate, em que:

O tomate, um objeto natural, é tirado do pé, é cortado e apresentado como alimento humano. O objeto natural tornou-se objeto cultural, foi-lhe atribuído um significado. O significado cultural é introduzido no objeto e também pode ligá-lo a outros objetos aparentemente não relacionados a ele na natureza.

Com isso, todo objeto natural é passível de ser transformado em objeto cultural, para isso, basta a atribuição de significado, dando sentido ao mesmo num contexto social determinado. As paisagens “naturais” ou estéticas nada mais são do que paisagens culturais, pois somos nós, seres humanos, que atribuímos valor, significado, sentido, função aos objetos naturais. Eles, por si só, não são capazes de fazê-lo, não são dotados de racionalidade.

De acordo com Cosgrove (1998), existe um método eficiente de interpretação da paisagem, que consiste em: 1) uma leitura detalhada da paisagem, incluindo trabalhos de campo para evidenciar as materialidades e imaterialidades locais; 2) elaboração e interpretação de mapas, buscando evidências no plano das representações espaciais; 3) sensibilidade histórica e contextual, resgatando informações e dados escritos e orais. Essa é uma proposta de se conceber e perceber a paisagem para o autor.

Existe uma relação bem íntima entre o espaço concreto e suas representações, bem como uma influência das representações na percepção do espaço concreto. De acordo com Bertoli (2012, p. 8), “o imaginário passou/passa a se reportar ao existente para projetar sobre ele um porvir desejado”.

A arquitetura tem um papel fundamental nos simbolismos da paisagem, transmitindo um conjunto de valores específicos para cada forma presente nela. Determinadas formas arquitetônicas expressam conteúdos diferentes, como exemplo, as igrejas centenárias presentes nos distritos de Magé são espaços que representam o poder do cristianismo de segmento católico na vida política e social do lugar, na qual seus templos de oração expressam a dominação dessa religião, pelo menos em séculos passados, como também expressam os espaços sagrados de quem os considera. As paisagens incorporam e assimilam identidades.

A paisagem é um mosaico de sentidos e representação muito além do que podemos simplesmente ver. A paisagem representa afetividade, simbolismo, a natureza, o real concreto, mas também o real abstrato, as relações de poder (MORIN, 2007) e, finalmente, além de muitas outras categorias, é história contada a partir das rugosidades e das marcas contidas no espaço desenvolvido e em desenvolvimento.

O patrimônio e a paisagem são elementos estruturantes do pensamento a respeito do processo de desenvolvimento do espaço mageense, revelando-nos lógicas objetivas e subjetivas que marcam o desenvolvimento histórico desse espaço, que comungam de elementos de transformações espaciais.

A paisagem é, por sua vez, resultado de uma produção e carrega em si uma gama de intencionalidades. As mesmas compõem o universo formador da identidade e recriam as tradições. Utilizam-se dos símbolos do passado, das marcas impressas na paisagem para transformar estes elementos em outro recurso, em outra matriz de significado.

Os diversos patrimônios presentes nas paisagens de Magé são como rugosidades, ou seja, conforme Santos (1996), formas que ficam do passado, como espaços construídos. As rugosidades vistas individualmente ou nos seus padrões revelam combinações que eram as únicas possíveis em um tempo e lugar.

Esses símbolos do passado, estas rugosidades manifestadas no espaço, representam as diferentes marcas do passado, produto de diferentes tempos são traços da memória do lugar. Cada momento histórico gerou um legado de patrimônio, e isto é hoje produto turístico de grande valor cultural e potencial econômico.

O patrimônio cultural compõe o espaço geográfico e se apresenta como um bem importante na análise da sua organização. O espaço geográfico historicamente produzido deve ser estudado a partir da sua funcionalidade e dos significados que os diversos elementos apresentam, através da composição do passado com o tempo presente. O patrimônio cultural-histórico é, portanto, constituído através dos estratos do tempo, mas também pelos “olhares” do presente que, associados, compõem diversos desdobramentos conceituais sobre ele e sobre o espaço em que está inserido.

3**O processo de formação e constituição dos patrimônios histórico-culturais do município de Magé, RJ: o turismo como horizonte**

A paisagem é uma dimensão marcada por elementos patrimoniais, signos da trajetória da sociedade que ativam a memória e situam os grupos definindo suas identidades.

Para se conhecer as expressões impressas por uma cultura em suas paisagens e também para compreendê-las, necessita-se de um conhecimento da “linguagem” empregada: os símbolos e seus significados nessa cultura. A paisagem contempla símbolos, significados, torna-se patrimônio e até institucionaliza-se, como veremos mais a seguir. A importância e o reconhecimento da paisagem culturalmente construída estão atrelados à valorização das ações humanas no seu processo de transformação.

Analisar os processos históricos e espaciais dos patrimônios deixados como legado do período imperial nas paisagens do município de Magé; revelar os seus atuais estados de conservação, assim como abordar o processo de patrimonialização e seus efeitos no espaço, constituem os objetivos deste capítulo.

Tendo em vista que todo espaço é apropriado e transformado pelo homem a fim de atender as suas necessidades e, com isso, formas são deixadas na paisagem, fruto de um processo estruturante que fornece funções a essas formas (Corrêa, 2009), não há como conceber a ausência de patrimônios no espaço de Magé, diferentes grupos humanos, ao longo de séculos, ocuparam e alteraram as paisagens do município. Não há patrimônios materiais e imateriais presentes em Magé? O que vem a ser um patrimônio? E como um patrimônio se torna atrativo turístico?

Basta um olhar a grandes marcos da presença humana ao longo do tempo para perceber que há sempre uma simbiose de diversas influências, de diversas épocas, ligando patrimônio material e imaterial, herança e criação. O patrimônio é visto como uma referência cultural dos grupos humanos.

Sabemos que os patrimônios materiais ou imateriais só adquirem esta categoria porque os grupos sociais lhes impõem, logo, estes bens carregam um significante e um significado impingido pela sociedade que os cria, e que numa relação dialética colaboram para fomentar a identidade deste grupo (MESQUITA,

2006). Cada grupo social elenca e elege, cria ou recria seu objeto turístico, sua mercadoria, sua marca mais valiosa, atrativa e competitivamente buscando a atenção dos consumidores. “O objeto turístico, portanto, em si não existe, sendo uma invenção pelo e para o turismo” (ALMEIDA, 1998, p.19).

Os elementos materiais, como construções, vegetação, propriedades, por exemplo, e os bens imateriais, como imagens, cultura, símbolos e etc. são valores patrimoniais. O patrimônio, de certo modo, como lembra Gonçalves (2009), ajuda a construir e a formar, ao longo do tempo, as pessoas.

Para fins de melhor entendimento sobre a noção de cultura, dentre outras já explicitadas e existentes, temos uma definição bem abrangente de Lauro Figueiredo (2013, p. 209):

A cultura é o conjunto de atividades, modos de agir e costumes de um povo. É um processo em constante evolução, desenvolvido por um grupo social, uma nação, uma comunidade e é fruto do esforço coletivo pelo aprimoramento de valores espirituais e materiais. [...] importância da cultura no fortalecimento da identidade de um povo.

Com o intuito de facilitar o entendimento do que vem a ser patrimônio, iremos apresentar algumas das definições existentes com base em autores que vêm realizando estudos nessa área há alguns anos.

Os estudos patrimoniais (material e imaterial) vêm analisando, com muita propriedade, de que forma os mesmos têm se configurado nas cidades – organização e apropriação do espaço – e também o processo da escolha desses patrimônios, a sua preservação (inclui-se também o restauro) e os seus usos.

Bens culturais é um tema emergente diante do interesse de criar objetos de tutela e de valorização no final do século XX. De acordo com Mautone (2001), bem cultural é uma noção que engloba desde o patrimônio monumental, documentos e bens de interesse histórico, arqueológico, cultural e até mesmo o ambiente natural.

Assim, seguindo esta mesma linha de raciocínio e a complementando, a geógrafa Maria Geralda de Almeida (2013) acrescenta à definição de bem cultural a ideia de que é ainda um produto de concepção humana, dotado de um valor singular qualquer, ou porque constitui uma obra de arte, ou porque representa um

testemunho, um registro ou um documento da história do homem. O bem cultural é diverso e único.

Os bens culturais constituem um componente atual do espaço e da paisagem e trazem, em seu bojo, razões de ordem espiritual, moral, motivos práticos que uma sociedade ou parte dela compartilha.

O patrimônio constitui-se como uma nova base para reafirmar a identidade e a patrimonialização. É um recurso para a conservação de símbolos e signos culturais (ALMEIDA, 2001). O patrimônio reflete a história de um povo, suas lutas e conquistas, seus valores e crenças em um dado momento de sua existência. Além disso, o patrimônio fortalece a identidade cultural de um grupo, por isso, cada povo tem um bem cultural.

Nesta perspectiva, o patrimônio cultural é, para Vallbona e Costa (2003, p.10), “o repertório inacabado de testemunhos materiais e imateriais que constituem as referências da memória coletiva, o acúmulo das experiências que estas sociedades guardam em sua retina”.

Em Burda e Monastirsky (2011), o patrimônio cultural compõe o espaço urbano manifestando seus traços históricos e a história das relações sociais. A preservação do patrimônio cultural contribui para o reconhecimento identitário do indivíduo – colabora para a integração deste com a própria sociedade - e possibilita o conhecimento cultural de um determinado lugar.

A paisagem cultural tem sido um instrumento importante em processos de tombamento, o conceito foi apropriado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO em 1992, para representar bens patrimoniais de relevância internacional nos quais se manifestava uma influência clara e mútua entre ação humana e meio ambiente. Passava-se assim para uma noção de patrimônio misto, integrado e interdependente. A UNESCO apresenta a sua definição de patrimônio, reelaborada nos anos 2000, como sendo “o conjunto de elementos naturais e culturais, tangíveis e intangíveis, que são herdados do passado ou criados recentemente”. Esta definição nos mostra uma dicotomização da noção de patrimônio, pois o divide em natural e cultural. Todo bem material ou não é cultural, pois somos nós, seres humanos, que (re)significamos os diversos objetos, sejam eles em sua natureza primeira ou já transformados pela ação do homem, existentes na superfície terrestre.

A UNESCO passou a adotar três categorias diferentes de paisagem para serem inscritas como patrimônio: a) Paisagem claramente definida: são classificados os parques e jardins, pois são as paisagens desenhadas e criadas intencionalmente; b) Paisagem evoluída organicamente: paisagens que resultam de um imperativo inicial social, econômico, administrativo e/ou religioso e que desenvolveram sua forma atual através da associação com o seu meio natural e em resposta ao mesmo; c) Paisagem cultural associativa: tem seu valor dado em função das associações que são feitas acerca delas, mesmo que não haja manifestações materiais da vida humana (RIBEIRO, 2008). Com isso, percebemos como a paisagem passou a ser notada como patrimônio e a se institucionalizar em âmbito mundial.

Pelo patrimônio, os grupos sociais reconhecem sua identidade e, uma vez assumidos, materializados são, no presente, transmitidos às gerações futuras. Cabe adiantar que o papel de representação simbólica da identidade que o patrimônio detém pode ser entendido como a busca da ideia de continuidade dos grupos sociais.

No Brasil, com a Constituição Federal de 1988, foi dado um passo muito significativo no sentido de alargar o entendimento de patrimônio, ao reconhecer o Patrimônio Cultural como a memória e o modo de vida da sociedade brasileira. O artigo 216 da Constituição declara o seguinte:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I. as formas de expressão; II. os modos de criar, fazer e viver; III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Cabe ressaltar que as considerações da UNESCO e da Constituição Brasileira constituem a natureza dinâmica do patrimônio, reveladora de identidades dos grupos sociais e que, ao mesmo tempo, promove a reprodução destes. A preservação do patrimônio visa à continuidade das manifestações culturais.

Devem ser preservados aqueles exemplares caracterizados por sua representatividade, bem como aqueles que contribuam para a manutenção dos conjuntos e ambiências. É importante a valorização da diversidade, das identidades e das manifestações culturais de época, de civilizações e de riquezas diversas. A dimensão geográfica da cultura deve abranger a compreensão do passado, presente e futuro, de modo que a memória seja revivida e respeitada, assumindo a relação que se estabelece entre as pessoas, a sociedade e a herança que recebem e que projetam no futuro.

Devemos compreender como patrimônio tudo aquilo que o ser humano criou e que, por questões culturais inerentes ao meio em que se insere, munuiu-se de valor para aquela sociedade.

A paisagem como forma e referência identitárias de um grupo social se torna patrimônio e adquire um valor patrimonial. A interpretação do sentido de patrimônio leva em conta a base espacial conquistada.

Na atual turistificação do patrimônio, tanto o cultural quanto o natural favorecem sua mercantilização. O valor que os bens culturais possuem, por um lado, é o que a sociedade, por suas práticas sociais, lhe atribui e, por outro, é o definido pelos interesses da lógica do mercado. O turismo, nesse processo, reinventa o patrimônio transformando em atrativo turístico. Isso revela que a paisagem é percebida como um dos elementos centrais, pois como salienta Almeida (2001, p. 192), a paisagem é “um conjunto ordenado de objetos passível de ser interpretado, repetimos, como um texto e que atua como uma criadora de signos pelos quais um sistema social é transmitido, reproduzido, vivenciado e explorado”.

As paisagens transformam-se em objetos de políticas valorativas, preservacionistas e, também, de atrações turísticas. Nesse entendimento contemporâneo de paisagem cultural, é inegável a necessidade de discuti-la simultaneamente com o patrimônio cultural. Eles se entrelaçam, fazem parte da nossa história, das nossas emoções e do nosso sentir.

Ainda, é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN que tomou a iniciativa de estabelecer a chancela da Paisagem Cultural Brasileira, publicando no Diário Oficial da União de 05 de maio de 2009 a Portaria 127, de 30 de abril de 2009. Por ela, considera-se a paisagem cultural “como uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem

com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”. A chancela tem por finalidade atender o interesse público e contribuir para a preservação do patrimônio cultural, complementando os instrumentos de promoção e proteção já existentes e integrando-os. Ao inventariar patrimônios materiais e imateriais, o IPHAN seleciona seus espaços, ou seja, é no espaço que se materializa a ideia do tombamento. Processos de tombamento de alguns patrimônios no município de Magé foram indeferidos (tabela 2).

Como nos mostra a tabela acima, todos os patrimônios que foram, ao longo do século XX e XXI, levados a processos de tombamento, não conseguiram aprovação, ou seja, foram indeferidos. Não foram reconhecidos como bens culturais materiais da população de Magé. Com exceção do trecho ferroviário Mauá-Fragoso, a primeira ferrovia do Brasil, tombada em 1954, pelo IPHAN. Os bens culturais imateriais do município nem apareceram. Não há registro. Essa situação pode e deve mudar. A presente pesquisa busca fornecer uma singela contribuição a tal processo, através da apresentação de alguns dos patrimônios existentes e sua possível potencialidade turística nas paisagens de Magé.

BENS TOMBADOS E PROCESSOS DE TOMBAMENTO EM ANDAMENTO (Atualização: 16.09.2016)										
LOCALIZAÇÃO		INFORMAÇÕES SOBRE O BEM		DADOS DO PROCESSO			INSCRIÇÕES NOS LIVROS DO TOMBO			
UF	MUNICÍPIO	Classificação	Nome do bem	Número Processo "T"	Ano de Abertura	Situação	Arqueológico, etnográfico e paisagístico	Histórico	Belas Artes	Artes Aplicadas
RJ	Magé	Edificação	Sede Social da Real Fábrica de Pólvora da Estrela	1737	2015	INSTRUÇÃO				
RJ	Magé	Infraestrutura ou Equipamento Urbano	Trecho ferroviário Mauá-Fragoso	506	1954	RERRATIFIC.		mai/54		
RJ	Magé	Conjunto Rural	Casa e Capela da Fazenda da Barreira	775	1966	INDEFERIDO				
RJ	Magé	Edificação e Acervo	Igreja: Conceição (Capela-Vila Inhomirim)	902	1974	INDEFERIDO				
RJ	Magé	Edificação e Acervo	Igreja: Conceição (Guapimirim)	902	1974	INDEFERIDO				
RJ	Magé	Edificação e Acervo	Igreja: Guia (Pacobaíba)	902	1974	INDEFERIDO				
RJ	Magé	Edificação e Acervo	Igreja: Piedade (Matriz-Vila Inhomirim)	902	1974	INDEFERIDO				
RJ	Magé	Infraestrutura ou Equipamento Urbano	Poço: Bento	902	1974	INDEFERIDO				
RJ	Magé	Edificação e Acervo	Igreja: Ajuda (Guapimirim)	902	1974	INDEFERIDO				
RJ	Magé	Edificação	Estação Guia de Pacobaíba	902	1974	INDEFERIDO				
RJ	Magé	Edificação e Acervo	Museu Von Martius (Fazendo Barreira)	902	1974	INDEFERIDO				
RJ	Magé	Infraestrutura ou Equipamento Urbano	Cais: Guia de Pacobaíba	902	1974	INDEFERIDO				
RJ	Magé	Conjunto Urbano	Vila da Estrela e Vila Inhomirim	1258	1987	INSTRUÇÃO				
RJ	Magé	Edificação	Sede da Fazenda Magepe-Mirim	1712	2014	INDEFERIDO				

Tabela 2: Os patrimônios, indeferidos, de Magé em processos de tombamento. Fonte: IPHAN, 2016.

3.1

Aspectos históricos da configuração espacial de Magé: dos engenhos de açúcar à primeira estrada de ferro do Brasil

Com a expulsão dos franceses da então cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, Estácio de Sá, seguindo ordens da Coroa Portuguesa de povoar, proteger e cultivar a terra começa então o processo de distribuição das sesmarias (lotes de terras), em 1565, o qual iria dar início ao povoamento das terras da Guanabara. As mesmas estendem-se por todo o reênco da Guanabara, e os maiores beneficiados foram pessoas que contribuíram significativamente para o projeto colonial português. As concessões de sesmarias foram dadas em áreas com grande potencial hídrico, o que garantiu o sucesso futuro dos engenhos de açúcar (LISBOA, 2016).

Ainda em 1565, Simão da Mota, tendo recebido a doação de uma sesmaria, edificou sua moradia, localizada no morro da Piedade, a poucos quilômetros do local onde hoje se encontra a sede municipal de Magé, iniciando a exploração das terras que lhe foram doadas. Inicialmente habitadas por índios da etnia Timbiras (ALONSO, 2000), essas terras foram cultivadas por eles e, logo depois, pelos portugueses e inúmeros escravos que Simão da Mota trouxera consigo. Pouco tempo, entretanto, Simão da Mota ali se demorou. Alguns anos depois, se transferiu para a localidade denominada Magepe-Mirim, onde se localiza a atual Cidade de Magé.

Foi outro português que acabou ganhando maior notoriedade como principal fundador da cidade de Magé. Cristóvão de Barros, também importante personagem na luta da coroa portuguesa contra os invasores franceses, ganhou duas sesmarias em Magé. Logo ficou famoso pelo grandioso engenho de açúcar que lá instalou:

O engenho se expandia velozmente e se fez necessário a cessão de novas sesmarias – áreas para absorver tal crescimento. Por este motivo e pela importância na difusão do nome de Magé pelo país, Cristóvão de Barros passou a ser considerado, de fato, o maior responsável pela fase inicial de ocupação das terras do município (SILVA, 2005, p. 65).

Com a necessidade de novas sesmarias, surge então, em 1643, Guia de Pacobaíba, sesmaria de Bastião Rodrigues que deu início ao núcleo de

povoamento de mesmo nome. A mesma só foi reconhecida como freguesia em 1755, com a criação da Igreja de Nossa Senhora de Guia de Pacobaíba, atual quinto distrito de Magé (LISBOA, 2016).

Ao receber a posse das sesmarias, a primeira ação de seus donatários era sempre mandar construir uma capela, “o início de uma pequena povoação era sempre um cruzeiro ou capela, cuja acomodação dependia do patrimônio do santo, isto é, das terras doadas pelos grandes proprietários fundiários” (FRIDMAN, 2008, p. 03). Tanto que os povoados eram elevados à condição de freguesia, designação portuguesa de paróquia, somente após a construção de suas igrejas e/ou capelas (FRIDMAN, 2008).

No princípio, a ocupação do recôncavo da Guanabara teve como base econômica a monocultura da cana de açúcar. Sendo assim, o histórico de formação das vilas e povoados do recôncavo não pode ser considerado, e até mesmo compreendido, se analisado fora do contexto do sistema agrário exportador da época, que tinha como função abastecer de gêneros alimentícios a cidade do Rio de Janeiro. Não foi diferente na cidade de Magé, que apesar de ter a cana de açúcar como primordial, também mantinha plantações, em segundo plano, de outros alimentos, tais como milho, mandioca, frutas e arroz (LISBOA, 2016). Outras sesmarias foram originadas a partir do desenvolvimento de Magé, mantendo a mesma linha de produção.

Após casar-se com sua sobrinha Maria Joaquina, Irineu Evangelista de Souza, também conhecido como o Visconde de Mauá, já figurava nessa época, Segundo Reinado, como um dos homens mais ricos do país e, após sua viagem à Inglaterra, decide pôr em prática as ideias revolucionárias que lá vivenciara, tendo como grande incentivador D. Pedro II (RODRIGUEZ, 2004). Apesar de todas as dificuldades encontradas no caminho, por causa dos Barões do Café que eram contrários ao desenvolvimento e industrialização, visto que o novo modelo proposto por Irineu era incompatível com o escravismo, em 1852 ele solicita junto ao governo uma concessão para a construção de uma estrada de ferro:

o Governo Geral, através do Decreto nº 987 de 12 de Junho de 1852, aprovou o ato de 27 de Abril do mesmo ano do Presidente da Província, Luiz Pereira de Couto Ferraz, e Irineu Evangelista ganhou o privilégio de explorar uma linha de navegação pela Baía de Guanabara, do Porto da Prainha, atual Praça Mauá, até

um ponto localizado na Praia de Mauá, antigo município de Estrela, atual município de Magé (RODRIGUEZ, 2004, p. 16).

Sendo assim, após um mês da aprovação de sua solicitação, Irineu já organizava a construção de sua ferrovia, reunindo-se com sócios e interessados no projeto, dando início à construção da primeira estrada de ferro do Brasil, e a terceira da América Latina.

Com a chegada da estrada de ferro ao Porto de Mauá, Guia de Pacobaíba se vê revitalizada pela presença do grande empreendimento. A inauguração da ferrovia só aconteceu em 30 de Abril de 1854 (figura 7), contudo, a então chamada Estrada de Ferro Mauá compreendia somente o trecho entre as estações de Mauá (posteriormente estação de Guia de Pacobaíba), Inhomirim e Fragoso, trecho esse que se estendia por 14,5km. Somente dois anos depois, em dezembro de 1856, é inaugurado o trecho que vai até a estação de Raiz da Serra, somando assim um total de 16,2km (SILVA *et al*, 2010).



Figura 7: Inauguração da primeira estrada de ferro de Mauá, em 1854.
Fonte: Jornal Milênio Vip. Disponível em: www.jornalmileniovip.com.br

Cabe salientar que, no início das operações da Estrada de Ferro Mauá, estava entre as locomotivas aquela que seria a mais famosa e célebre locomotiva a vapor do nosso país, a *Baroneza*, “uma do tipo 2-2-2, fabricada em 1852 por William Fairbain & Sons, Manchester, Inglaterra, e batizada em homenagem a Dona Maria Joaquina Machado de Souza, esposa do Barão de Mauá” (RODRIGUEZ, 2004, p. 18). Hoje a *Baroneza* é uma das principais peças em exposição no Museu do Trem do Rio de Janeiro, e a que se encontra no local é apenas uma réplica, um símbolo da memória coletiva do povo de Magé.

Assim, portanto, chegou a estrada de ferro à Guia de Pacobaíba, e pelo feito da construção da primeira estrada de ferro do Brasil, Irineu Evangelista ganha seu primeiro título de nobreza, o de Barão de Mauá. Posteriormente, pela instalação dos primeiros cabos telegráficos submarinos, cabos que ligariam o Brasil à Europa, ganha seu segundo título, passando a ser conhecido como o Visconde de Mauá (MOURA *et al*, s/d).

A estrada de ferro Mauá foi aberta ao público exatamente em 1º de Maio de 1854, tendo como ponto inicial a estação de Mauá, posteriormente Guia de Pacobaíba. O cais do porto foi considerado, para a época, uma grande obra de engenharia, pois a mesma avançava aproximadamente 150m adentro da Baía da Guanabara. O intuito de sua construção fora receber os passageiros vindos da Corte Carioca, assim como fazer o transporte de mercadorias pelo recôncavo (RODRIGUEZ, 2004). No período que se deu logo após sua inauguração, a ferrovia se mostrou extremamente lucrativa em sua arrecadação, ainda segundo Rodriguez (2004, p. 18):

em 1855, transportou 658.600 passageiros e 3.680.000 arrobas de produtos agrícolas, das quais 2.200.000 arrobas de café. Em 1860, a receita atingiu 11% do capital empregado. Basicamente até o ano de 1867, a Estrada de ferro Mauá obteve lucros.

A estrada de ferro passa então a ser o principal meio de transporte para a produção cafeeira introduzida em meados do século XIX, visto que tal caminho fazia a ligação da Corte com o Vale do rio Paraíba do Sul. Refletindo um pouco sobre a produção do espaço, temos que o mesmo deve ser considerado resultado de suas relações, neste caso especificamente, comerciais e/ou econômicas, no qual

a reorganização do espaço ocorre pelos interesses da Coroa Portuguesa em abrir caminho mais rápido e rentável para o escoamento do café:

os eixos de transportes aparecem como elementos que são inseridos no espaço por conta de uma série de interesses, sendo assim um produto que acarreta mudanças na dinâmica do mesmo, tanto no tocante à desenvoltura dos fluxos quanto a sua forma. Daí, podemos entender que a alteração ou inserção do trajeto de uma estrada ou linha férrea, para atender ao interesse de ordem econômica e/ou cultural, abre um campo de possibilidades de alterações na (re)organização espacial – tangíveis e/ou simbólicas (OLIVEIRA, 2007, p. 134).

O Barão de Mauá tinha intenções de estender sua estrada de ferro até Minas Gerais, passando por Petrópolis, mas o governo brasileiro tinha como prioridade a construção de uma nova estrada de ferro, que viria a se chamar Estrada de Ferro D. Pedro II. Com a construção dessa última e da Rodovia União Indústria, a ferrovia de Mauá começa a experimentar o gosto do declínio, visto que o transporte de cargas migra progressivamente para as vias concorrentes. Em virtude da situação precária da ferrovia Mauá após o abandono de sua rota, o governo imperial decide vendê-la à Companhia Estrada de Ferro Príncipe do Grão Pará, que passou a ter os direitos sobre a Estrada de Ferro Mauá. Com isso, a estação de Guia de Pacobaíba passa a servir apenas como embarque para o trem local, tendo sua conexão com as barcas desativada (RODRIGUEZ, 2004).

Por ter sido construída em local oposto aos portos fluviais, causou a ruína das vilas do entorno, que não só tiravam seu apoio econômico desses portos, mas também da Estrada de Ferro Mauá que, aos poucos, foi perdendo seu prestígio até o cancelamento final de suas operações, visto que os comerciantes e tropeiros passaram a acompanhar o entorno da nova Estrada de Ferro D. Pedro II. As localidades que acompanham a estrada de ferro Mauá hoje se encontram em ruínas, restando apenas na história à glória do passado (OLIVEIRA, 2007).

O trecho ferroviário Mauá-Fragoso foi considerado Monumento Histórico Nacional, pela comemoração de seu centenário, em 1954. A 30 de abril do mesmo ano, através de decreto do então presidente da república Getúlio Vargas, é também tombado pela Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em 1974, a estação Guia de Pacobaíba e a Casa do Agente foram restauradas e transformadas em Museu, mas, no entanto, em 1977, o museu foi fechado por

falta de segurança e seu acervo se encontra, atualmente, no Museu do Trem, no subúrbio carioca (RODRIGUEZ, 2004).

Atualmente, a Estação de Guia de Pacobaíba se encontra completamente abandonada, cercada pelo mato e apresentando sinais avançados de degradação, como foi possível constatar em atividades de campo no local. Sabendo-se que o distrito de Pacobaíba é parte do município de Magé, que foi tão importante na história do Brasil, é desolador, como afirmam alguns moradores, ver como os monumentos históricos da localidade estão abandonados, depredados por vândalos e pela ação do tempo (figura 8 e 9).

Tanto o município de Magé quanto o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) estão negligenciando a guarda, a manutenção e a fiscalização da estação ferroviária de Guia de Pacobaíba (que é tombada pelo IPHAN), assim como de tantos outros patrimônios do município. Por causa das omissões de responsabilidades, a estação permanece exposta à ação de vândalos e invasores.

De acordo com Lisboa (2016), o município de Magé está ignorando o compromisso assumido de conservar e restaurar a antiga Estrada de Ferro Mauá, compromisso esse assumido em contrato com a Rede Ferroviária em 1996.



Figura 8: Réplica da locomotiva *Baroneza* depredada.
Fonte: elaborada pelo autor.

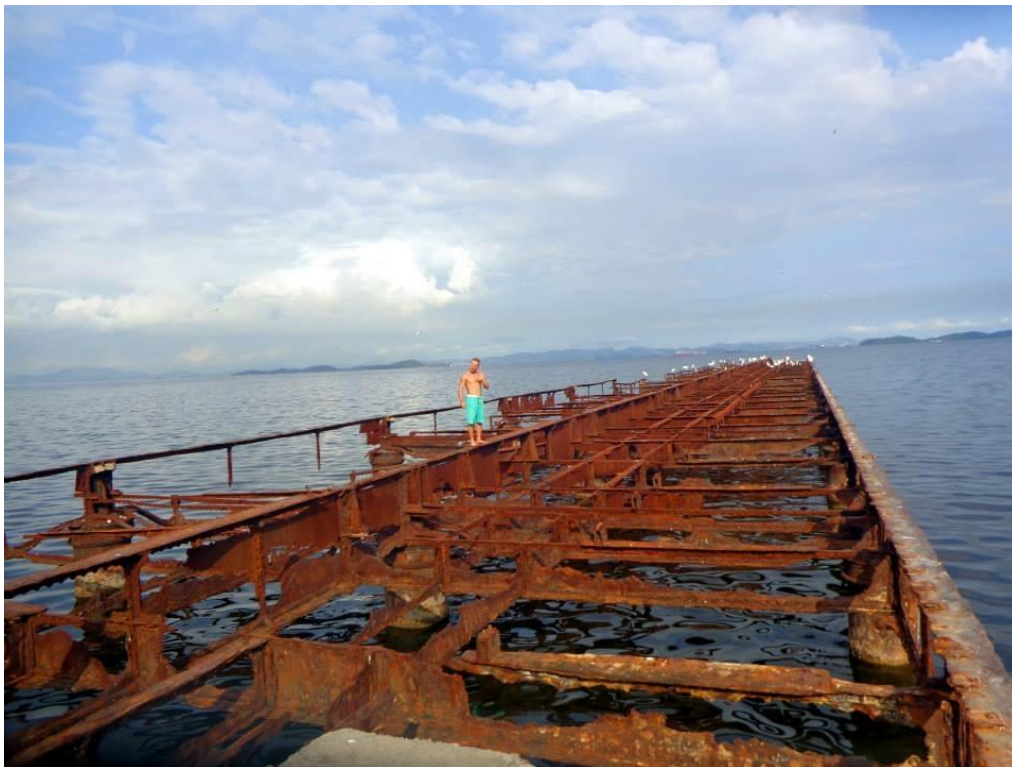


Figura 9 - Píer do Porto de Mauá
Fonte: elaborada pelo autor.

3.2

Os patrimônios de Magé como potencialidades turísticas

Entre os dias 20 e 21 de janeiro de 2016, e no período que se estendeu do dia 02 a 06 de novembro do mesmo ano, foram feitas visitas aos Distritos de Magé, a fim de conhecer a realidade de vida dos moradores do município, como também dialogar com eles a respeito dos patrimônios existentes, da viabilidade do desenvolvimento das atividades turísticas, e nos interar das necessidades sociais mais imediatas. Foram aplicados alguns questionários (apêndices) a fim de nortear as conversas sobre os temas tratados.

Os questionários tinham como objetivo apenas orientar o diálogo. Tanto a população residente quanto os agentes de turismo (guia de turismo, proprietário da agência Mirindiba Tour e uma proprietária de um hotel) foram entrevistados, a fim de termos uma noção geral e ampla das questões relacionadas ao turismo, aos patrimônios e a Magé como um todo. Iremos destrinchar esta experiência ao longo da pesquisa.

Dentre os inúmeros patrimônios existentes no município, iremos selecionar alguns com base na experiência de campo vivida, pelo fato de estes patrimônios terem sido mencionados pela população ao longo das conversas travadas nas visitas que foram realizadas e por estarem presentes nos pacotes de viagem do guia de turismo Lúcio Amorim. Vale lembrar que alguns patrimônios já mencionados, e outros que ainda serão, estão presentes também no site da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Magé.

A cidade de Magé constitui-se em materialidade, em seus construtos patrimoniais, como também em imaterialidade, resultante dos símbolos e significados conferidos pelos diferentes atores sociais ao longo dos processos históricos.

Os patrimônios de natureza cristã são muito marcantes nas paisagens de Magé. A quase todo instante, nos centros urbanos dos distritos e até mesmo nas estradas que entrecruzam o município, pode-se notar a presença das igrejas, capelas e outras construções católicas.

A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade (figura 10), localizada no 1º distrito de Magé – distrito sede – teve sua construção iniciada em 1747 e foi aberta ao culto em 1750. Essa igreja também é considerada a Igreja da Matriz. Neste período os altares laterais eram pintados diretamente nas paredes de pedra e cal (Alonso, 2000). No período de 1779 a 1789, passa por Magé o mestre Valentim e sua escola de arte. O Altar Mor e dois altares laterais conservam a marca desse tempo áureo da Corte do Vice-Rei, D. Luis de Vasconcelos, que proclama Magé à categoria de vila.

Ainda de acordo com Alonso (2000), a Matriz constitui magnífico documento do barroco no recôncavo. É um resgate da história e de seus monumentos, parte integrante do acervo cultural do estado. O município de Magé comemora no dia 15 de Setembro o dia de sua padroeira, Nossa Senhora da Piedade, e em setembro de 2016 foram comemorados os 266 anos da construção da Matriz, cujo valor arquitetônico se evidencia em suas linhas de autêntico barroco colorido.

Dando continuidade à apresentação dos patrimônios de cunho religioso, temos o Poço Bento (figura 11), que expressa bem o poderio da ordem jesuíta nas terras mageenses.



Figura 10: Igreja Nossa Senhora da Piedade, 1º Distrito de Magé, Distrito Sede.
Fonte: elaborada pelo autor.



Figura 11: Poço Bento, 1º Distrito de Magé, Distrito Sede.
Fonte: elaborada pelo autor.

Esse atrativo religioso possui várias versões e, segundo Alonso (2000), uma delas conta que em 1566 o missionário aportou na praia da Piedade e lá encontrou um poço de água imprópria para consumo, e esta se transformou em potável a um simples toque de seu cajado. Outro relato assevera que no mesmo local o padre perfurou com seu bordão a terra dura como pedra, porque castigada pela forte seca naquela região, e do pequeno buraco começou a brotar água pura e cristalina, o que continua acontecendo até hoje. A notícia desse milagre se espalhou rapidamente, e a partir daí o poço milagroso passou a receber um grande número de romeiros vindos de muitas localidades, em busca de cura para os seus males. Nessas terras os padres jesuítas construíram uma ermida junto ao morro da Piedade, que se transformou mais tarde no santuário de Nossa Senhora da Piedade.

O Poço Bento, como narra Alonso (2000), é monumento indiscutível. Abandonado, e até esquecido, foi reencontrado pela pesquisa cuidadosa de Monsenhor Nicodemos dos Santos, quando pároco de Magé, que concedeu entrevista para o jornal “Unidade” em Março de 1983, a seguir transcrita:

Fui eu quem encontrou o poço de Padre Anchieta. Quando os soldados de Floriano, comandados por Tenente Godolphim, ocuparam Magé, saquearam casas e violaram mulheres, senhoras e moças. As famílias, quase todas envergonhadas, abandonaram a cidade. A memória do Poço Bento se perdeu. Lendo a vida de Padre Anchieta, encontrei referência a ele.

Comecei a procurá-lo, mas ninguém se lembrava mais. Falaram de uma velhinha, quase centenária, que sabia muitas coisas antigas. Procurei-a e perguntei-lhe onde ficava o Poço Bento. Foi logo dizendo que nas terras de fulano. Era um antigo morador, que já vendera a outro. Acabei localizando-o. Iniciei então uma procissão mensal com os paroquianos ao Poço Bento.

Sai de Magé, e o novo vigário manteve a prática. Um dia, quando estavam os devotos rezando no local, armou-se horrível tempestade. Todos queriam fugir. O vigário tranquilizou-os, garantindo que ficassem ali que ninguém se molharia. O temporal desabou. Os que correram ficaram encharcados. Quem permaneceu com o padre junto ao poço, não recebeu um pinga d'água. Então a notícia correu e a devoção ao Poço Bento começou a crescer.

Lendas e histórias se mesclam em Magé, em que relatos antigos nos mostram um pouco das simbologias presentes na cultura do povo mageense. Cada patrimônio desses representa as crenças, ações, a cultura de um grupo social que deixou impressos na paisagem elementos que nos orientam a pensar em potencialidades turísticas, ou seja, aquilo que ainda não é, mas poderá vir a ser. Patrimônios que podem vir a gerar riqueza para o município.

Muito se especula sobre as possíveis origens de Copacabana, mas pouca gente imagina que a história do bairro, no município do Rio de Janeiro, começou em Suruí, no 4º Distrito de Magé, em plena Baixada Fluminense, de acordo com Pizarro (2008).

Numa sesmária do recôncavo da Baía de Guanabara, concedida a Inácio de Bulhões em 10 de Setembro de 1565, iniciou-se a fundação da Paróquia de Suruí (depois Magepe e atualmente Magé) e a construção de uma capela dedicada a Nossa Senhora de Copacabana. Com o passar do tempo, as paredes ficaram em ruínas e a pia batismal foi então transferida para uma pequena ermida próxima, construída em 1628 (PIZARRO, 2008).

Em 1710, a pia voltou para a capela, agora reintitulada de São Nicolau do Suruí, fundada por Félix de Proença Magalhães e reconstruída de forma mais resistente, com paredes de pedra e cal. Em 1776, o oratório original foi levado para a Capela de Nossa Senhora de Copacabana, em Sacopenapã (atual Copacabana, na Zona Sul do Rio de Janeiro), que acabara de ser construída (PIZARRO, 2008). Atualmente, está no Forte de Copacabana.

A igreja de São Nicolau do Suruí ainda guarda os retábulos do final do século XVIII, incluindo o altar-mor com influência neoclássica que sustenta a imagem de São Nicolau, de origem portuguesa. As pias da sacristia em mármore, a batismal e a água benta também são originais (PIZARRO, 2008).

Ainda segundo Pizarro (2008), para justificarem a nomenclatura de Copacabana, alguns pesquisadores foram buscar ídolos na Bolívia (Nossa Senhora Morena, Nossa Senhora da Candelária, o deus Copac Awana), no Perú (a santa Kjopac Kahuana) e expressões indígenas como “copa” e “caguana” em quíchua, “copakawana” em aymara arcaico e até o tupi “cuá cocaba ana”.

Uma das versões que contam a história do mais famoso bairro carioca é a de que o Bispo D. Antonio do Desterro, em 1746, estava num barco que foi emborcado por uma tempestade violenta na altura do Arpoador. Ele fez um apelo a Nossa Senhora da Candelária de Copacabana e prometeu que, caso sobrevivesse, construiria uma capela na praia, em frente ao local do naufrágio. Essa versão em muito se assemelha à história contada a respeito da origem da Igreja da Candelária, na Av. Presidente Vargas, no centro da Cidade do Rio de Janeiro. Os mesmos elementos estão ali – tempestade, navio, promessa, a santa homônima –

exceto os protagonistas, que eram marido e mulher em vez de bispo. Muita coincidência.

As pesquisas de Santos (1957) vão ao encontro das de Monsenhor Pizarro (2008) no que tange à história do nome Copacabana e sua origem. Unindo suas contribuições, embora sejam de tempos diferentes, temos que: 1) a família dos poderosos fazendeiros Proença, de Suruí, resolveu homenagear a Nossa Senhora de Copacabana e para isso construiu a capela original; 2) a capelinha em ruínas que havia nas areias de Sacopenapã no século XVII era de outro santo qualquer ou mesmo os escombros de um simples oratório dos pescadores e nada tinha a ver com a Nossa Senhora de Copacabana; 3) Somente com a construção da igreja, em 1776, no local onde hoje está o Forte de Copacabana, e com a transferência do oratório da santa de Suruí para lá, é que a localidade começou a ser chamada de Copacabana. Com isso, a Princesinha do Mar, como Copacabana é popularmente chamada, começou mesmo em Magé, no distrito de Suruí.

Cabe mencionar, pois não é o propósito deste trabalho apresentar minuciosamente cada patrimônio religioso, outros bens histórico-culturais cristãos presentes em Magé e que ainda não foram mencionados: Capela de Nossa Senhora dos Remédios, em Guia de Pacobaíba, 5º distrito; Capela de Nosso Senhor do Bonfim, no 1º distrito; Capela de Santo Aleixo, no 2º distrito; Igreja Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba, no 5º distrito, dentre outras. Todas sob os cuidados da Diocese de Petrópolis. Com isso, temos que o turismo de segmento religioso possui uma gama de possibilidades para atrair os turistas que buscam, principalmente os católicos, conhecer paróquias e capelas históricas que contam um pouco do processo de ocupação das terras de Magé.

O 2º distrito de Magé, Santo Aleixo, conta com potencialidades turísticas tanto naturais quanto culturais, uma vez que possui muitas cachoeiras e uma antiga fábrica têxtil que, até hoje, tem uma parte em funcionamento, atendendo a rede Othon de hotéis. Esse distrito localiza-se na área norte do município, junto às divisas de Petrópolis e Guapimirim.

A cachoeira do Monjolo (figura 12) é uma das mais concorridas nos finais de semana, segundo o depoimento de alguns moradores locais. A cachoeira é formada por três quedas d'água e várias piscinas naturais (ALONSO, 2000).



Figura 12: Cachoeira do Monjolo, 2º Distrito de Magé, Santo Aleixo.
Fonte: elaborada pelo autor.

A primeira queda é “Monjolinho”, tem aproximadamente 15 metros de altura, a segunda, próxima às trilhas, tem 6 metros, e a terceira é a “Monjolo”, com 45 metros (ALONSO, 2000). A velocidade com que a água cai nas rochas forma um cenário de neblina eterna, como se fosse um véu. A Cachoeira do Monjolo é uma cachoeira situada no pico do Monjolo, em Santo Aleixo, considerada o mais importante conjunto de quedas d’água de Magé.

A cachoeira do Monjolo é o principal atrativo do pico. A estreita trilha de acesso às cachoeiras, como foi observado em campo, já se identifica como um forte atrativo de grande beleza natural, toda circundada por mata fechada, onde se destacam árvores de grande porte e muitas espécies de plantas trepadeiras.

Um outro destaque na paisagem de Santo Aleixo é a 1ª Fábrica Têxtil do Brasil (figura 13), hoje desativada, mas que movimentou a economia local, e até mesmo regional, durante alguns anos.



Figura 13: 1ª Fábrica Têxtil do Brasil, 2º Distrito de Magé, Santo Aleixo.

Fonte: elaborada pelo autor.

A Companhia Fiação e Tecelagem Bezerra de Mello, conhecida como “Fábrica Velha”, foi fundada em 1807, de acordo com Alonso (2000). Com a Revolta da Armada, em 1893, todas as indústrias de Magé entraram em crise econômica, ficando paralisadas por algum tempo. Em 1900, um grupo de capitalistas comprou a Fábrica Itatiaia e fundou a Cia. Fiação de Tecidos Mageense. Pouco tempo depois o grupo comprou a Fábrica Andorinhas. Apesar do sucesso, a firma veio a falir em 1933, e as fábricas foram transferidas a novos proprietários, sendo estes da Companhia Santo Amaro. Em 1935, a firma Fábricas Unidas de Tecidos, Rendas e Bordados S.A., com o advento da Fábrica Unida, e a indústria têxtil de Andorinhas, iniciou uma era de extraordinárias realizações. Na união das indústrias mageenses, o Município possuiu o maior complexo têxtil do Brasil.

Sendo assim, nas décadas de 30 e 40, respectivamente, os empresários Hermann Mattheis e Othon Lynch Bezerra de Mello (figura 14) adquiriram as Fábricas Andorinhas e Santo Aleixo, expandiram e otimizaram a geração hidroelétrica, para que atendesse com eletricidade e água toda a localidade, e construíram casas para os trabalhadores, escolas, igrejas, ruas, praças, centros médicos, creches, cinemas, além de patrocinar blocos carnavalescos e times de futebol. Ainda assim, o movimento operário tomava corpo, sendo inclusive organizado, em 1941, com a fundação do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Santo Aleixo e Magé (ALONSO, 2000).



Figura 14: Em Abril de 1950, os operários da Fábrica Têxtil fizeram uma homenagem à Othon L. Bezerra de Mello, 2º Distrito de Magé, Santo Aleixo.
Fonte: elaborada pelo autor.

Atualmente, parte da Fábrica é ocupada com serviços de lavanderia da rede Othon de hotéis, e não há possibilidade de visita imediata. É necessária autorização de um grupo grande de pessoas para que se possa adentrar e conhecer o que ainda sobrou de estrutura interna da fábrica. O espaço que ainda está operando, funciona de domingo a domingo, segundo informações do porteiro local (figura 15).

Aqui cabe uma reflexão do geógrafo Corrêa (2009), baseado nas ideias de Milton Santos sobre estrutura, processo, função e forma. Essas quatro categorias são indissociáveis entre si e interpenetram-se dialeticamente.

Com o intuito de definir brevemente essas categorias, temos que *estrutura* é a própria sociedade com suas características econômicas, sociais, políticas e culturais. *Processo* é considerado como o conjunto de mecanismos e ações a partir dos quais a estrutura se movimenta, alterando-se as suas características. *Função* diz respeito às atividades da sociedade, redefinidas a cada momento, que permitem a existência e reprodução social. A *forma* é definida como as criações humanas, materiais ou não, por meio das quais as diversas atividades se realizam. Receptáculo ou recipiente. A forma se manifesta em várias escalas, tendo uma localização e um dado arranjo espacial (CORRÊA, 2009).



Figura 15: Entrada da antiga Fábrica Têxtil que hoje atende a lavanderia da rede Othon de hotéis, 2º Distrito de Magé, Santo Aleixo.

Fonte: elaborada pelo autor.

A *forma* fábrica tinha uma *função*, produção de material têxtil, em determinado momento da história, fruto de uma específica *estrutura*, que respondia a um movimento, um *processo*. Hoje, essa mesma *forma* possui uma outra *função*, a de servir de espaço para a lavagem de tecidos usados em grandes hotéis de uma famosa rede hoteleira. O *processo* atual demandou que essa *forma* tivesse uma nova *função*, pois a *estrutura* agora é outra, novas questões econômicas, políticas e sociais estão instaladas em Magé, temos um outro contexto social. As *formas* e as *funções* respondem aos *processos* que emergem na dinâmica da sociedade. Como salienta Corrêa (2009, p. 6), “a organização espacial apresenta formas datadas de momentos distintos, originando uma paisagem poligenética, com formas criadas em diferentes momentos, mas funcionalmente ativas”.

Ainda sobre Santo Aleixo, o mesmo abriga o maior evento religioso do município, a tradicional “Festa de Santo Aleixo”, reunindo a cada ano cerca de 30 mil fiéis, além de um dos mais animados carnavais do Município. Danças, comidas e muito artesanato é vendido em barracas dispostas pelas ruas próximas à

praça principal do distrito. Segundo relatos de moradores, a festa é um marco de Magé. O que não deixa de ser um patrimônio imaterial que deve ser valorizado por aqueles que habitam e usufruem desta manifestação cultural.

A história e a memória de um dos mais importantes jogadores da Seleção Brasileira de Futebol das décadas de 50 e 60, Manuel Francisco dos Santos, popularmente chamado Mané Garrincha, não poderia ser deixada de lado em nossa pesquisa. Esse jogador de futebol foi um dos maiores ícones entre as personalidades históricas de Magé (CASTRO, 1995).

Em 20 de janeiro de 1983, Garrincha, o homem de pernas tortas, faleceu, entrando para a eternidade como o maior ponta direita de todos os tempos na história do futebol (CASTRO, 1995).

O apelido de Garrincha foi colocado por sua irmã, quando ainda eram crianças. Essa é a forma como no Nordeste chamam a cambaxirra, um pássaro que canta um som agradável, mas não se adapta ao cativeiro. Não poderia haver melhor alcunha para ele. Desde garoto, Garrincha não se prendia à casa e nem a ninguém (CASTRO, 1995). Vivia solto em Pau Grande, um bairro localizado no 6º Distrito de Magé, Vila Inhomirim. Foi somente na adolescência, quando começou a trabalhar na América Fabril, fabricante de tecido que comandava a vida em Pau Grande, que Garrincha ganhou o sobrenome. Seu encarregado acrescentou o “dos Santos” em sua ficha para não confundi-lo com os vários “manoéis” (CASTRO, 1995).

Ainda de acordo com Castro (1995), Garrincha encantou não apenas o Brasil, mas o mundo com seu estilo original de jogar. Suas pernas tortas (resultado da pólio que o atingira na infância) facilitavam todas as peripécias que realizava com uma bola. Jogou 60 partidas pela Seleção Brasileira e encantou o mundo em três Copas do Mundo: da Suécia (1958), do Chile (1962), das quais o Brasil foi campeão, e da Inglaterra (1966). Com Garrincha, o Brasil obteve cinquenta e duas vitórias e sete empates. Participou como jogador do Botafogo. No final da carreira, jogou também no Corinthians, Flamengo, Olaria, em outros times brasileiros e estrangeiros (CASTRO, 1995).

Eternamente admirado por muitos brasileiros, foi homenageado com o poema “O Anjo de Pernas Tortas”, de Vinícius de Moraes, o documentário Garrincha, “Alegria do Povo”, de Joaquim Pedro de Andrade, a biografia “Estrela Solitária”, de Ruy Castro, e versos de Carlos Drummond de Andrade.

Orgulho de sua cidade, ele é lembrado principalmente por seu Toti, um senhor de 85 anos que reside em Pau Grande. O senhor Toti é uma das mentes mais vivas na cidade quando o assunto é Garrincha. Ele foi o primeiro técnico do ex-camisa 7 no Esporte Clube Pau Grande. Saudosista, ao ser interpelado sobre o temperamento de Garrincha, Toti afirma que “ele era engraçado por natureza, mexia com todo mundo, agarrava na orelha dos amigos e não soltava. Ele nunca deixou de ser uma criança grande”. A última vez que o senhor Toti viu Garrincha foi em um bar, “Garrincha gostava muito de beber sua cervejinha e às vezes ele sentava-se à mesa para beber com a gente e um ou outro começava a falar que ele tinha jogado muito na véspera, que tinha dado show. Ele, irritado, ia embora”, nos lembra Toti, que perdeu as contas de quantas vezes Garrincha driblou o time adversário inteiro antes de marcar, no famoso “Gol de Placa”, que era comum no campo do Pau Grande.

Grande homem por sua autenticidade, grande jogador pelas jogadas admiráveis, mas, apesar de ter se destacado em meio a tantos nomes, Garrincha morreu pobre e esquecido por muitos, vítima de cirrose hepática causada pelo alcoolismo que o acometia, no ano de 1983, aos 50 anos de idade (CASTRO, 1995).

O túmulo de Garrincha (figura 16) está localizado no Cemitério de Raiz da Serra, em Magé, a 50 km do Rio, sofre com a ação do tempo e a falta de ação de alguém que queira cuidar dignamente da memória do jogador. Simples, sem nenhum destaque entre as outras sepulturas do local, a de Garrincha recebe pouquíssimas visitas, segundo o administrador do local, Denerval Correia. Dois anos após sua morte, em 1985, o então prefeito de Magé, Renato Cozzolino, construiu um mausoléu de grande porte para abrigar os restos mortais do jogador a aproximadamente 20 metros de onde se encontra a sepultura atual. Mas a irmã de Garrincha, Dona Rosa, proibiu a transferência do corpo dele do túmulo da família para o local construído especialmente para abrigar o maior divulgador de Magé e Pau Grande, segundo o então prefeito.

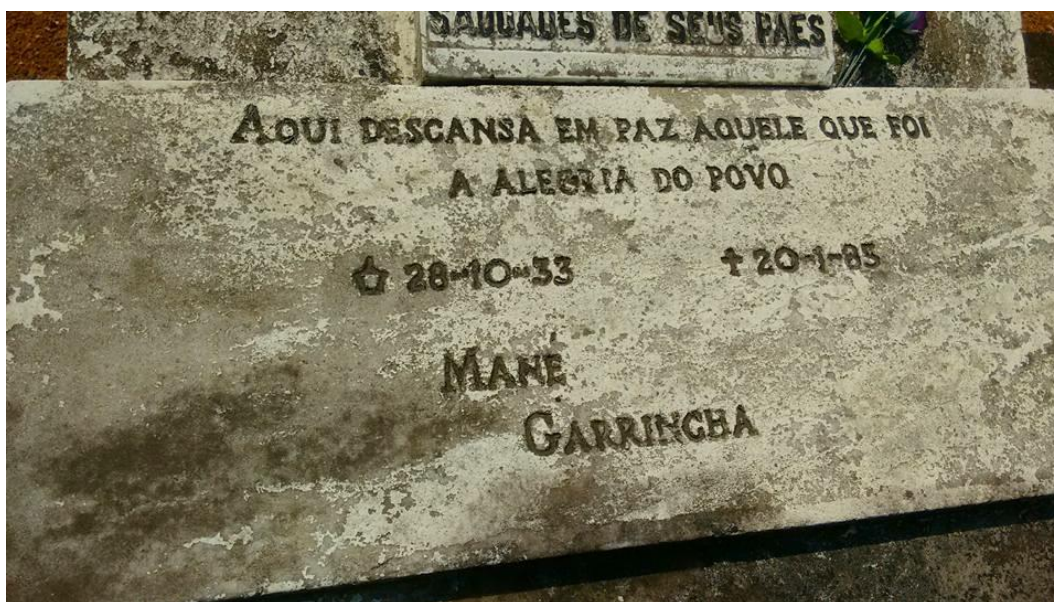


Figura 16: Túmulo do jogador de futebol brasileiro, Mané Garrincha.
6º Distrito de Magé, Vila Inhomirim.
Fonte: elaborada pelo autor.

Em uma das visitas a Pau Grande, além de ter visitado o cemitério onde está enterrado Mané Garrincha, foi possível conhecer uma de suas netas, a Sra. Sandra, que construiu em um puxadinho de sua casa um espaço agradável para moradores locais se socializarem aos fins de semana (figuras 17 e 18). O espaço possui réplicas de seus títulos, ilustrações com sua imagem, mesas e toda uma decoração que lembra um ambiente futebolístico.



Figura 17: Entrada da casa da Sra. Sandra, neta do jogador Garrincha,
6º Distrito de Magé, Vila Inhomirim. Fonte: elaborada pelo autor.



Figura 18: Espaço que homenageia Mané Garrincha, 6º Distrito de Magé, Vila Inhomirim.
Fonte: elaborada pelo autor.

Com esse exemplo, podemos aferir que há a possibilidade de desenvolver mais um segmento do turismo em Magé, o turismo esportivo. Grande parte dos moradores que foram entrevistados disseram ser a favor do turismo neste local, pois acreditam que iria melhorar as condições de vida da grande maioria. Tanto os moradores quanto a Sra. Sandra demonstraram alegria com a possibilidade de ter uma demanda de visitantes na área. Alguns comerciantes disseram até que seria uma salvação para os seus negócios.

Assim como há edificações religiosas seculares, cachoeiras ricas em biodiversidade, fábricas têxteis importantes para a economia local e regional e a história e memória de um dos mais importantes jogadores de futebol do Brasil, há também marcas na paisagem de ações feitas por e para os escravos, como o Caminho do Ouro e uma incrível senzala encontrada, sem esperar, na casa humilde de um senhor, chamado de Sr. Sorriso, em Vila Inhomirim.

O Caminha do Ouro (figura 19), patrimônio tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC, foi aberto em 1723 para trazer esse precioso mineral das Minas Gerais até o Rio de Janeiro. Neste trecho caminha-se

sobre a história, o caminhante tem a oportunidade de conhecer a primeira ferrovia do país e a estrada carroçável da Serra da Estrela, considerada a obra mais grandiosa da época do Império.



Figura 19: Caminho do Ouro, 6º Distrito de Magé, Vila Inhomirim.

Fonte: elaborada pelo autor.

Segundo Alonso (2000), o calçamento do Caminho do Ouro é em pedra de mão e seixos rolados, com lajes maiores enfileiradas ao longo do eixo da estrada, sendo ainda carroçável em boa parte da serra. Ela é circundada por imensa mata secundária, onde se pode notar, ao longo do caminho, a presença de árvores nobres, tais como Jequitibá, Cambucá, Cedro-rosa, Ipê, entre outras espécies representativas desse tipo de mata.

Esse caminho é um dos que abrange o maior número de municípios e de maior extensão territorial, segundo o INEPAC: o trecho se estende por 6 km. Esse caminho, dentre outros existentes pelo estado do Rio de Janeiro, se chama Variante do Caminho Novo ou Caminho Novo das Minas Gerais, que teve em Bernardo Soares de Proença o seu idealizador, pois quem construiu de fato foi a mão de obra escrava.

O trecho partia do Porto Estrela, município de Magé, porto fluvial instalado no encontro dos rios Imbariê e Inhomirim, e vencia o longo trecho de manguezais até a Serra da Estrela. Após a Serra, seguia em direção aos rios

Paraíba do Sul e Paraíbauna, na divisa com o estado de Minas Gerais, prosseguindo até Juiz de Fora, Ouro Preto e depois Diamantina (ALONSO, 2000). Por motivos de insegurança no local, não foi possível visitar o Porto Estrela, pois o mesmo se encontra nas mãos de uma facção.

Começamos assim a perceber a presença e a atuação “invisível” dos escravos. Contam-se os grandes feitos dos idealizadores dos projetos urbanos, mas não se costuma revelar os feitos de quem de fato construiu os bens culturais de Magé. Não só o Caminho do Ouro foi feito pelos escravos, mas as igrejas, capelas, edificações residenciais da época da Colônia e do Império, e as suas próprias residências, como é o caso das senzalas. Espaços esses destinados à locação da mão de obra escrava, das famílias nobres da época, para repouso das atividades rotineiras.

As senzalas eram os dormitórios dos escravos. Era ali que os mesmos se (re)produziam biologicamente e socialmente. Dormiam, comiam, cantavam, dançavam os ritos cerimoniais trazidos de seu continente, planejavam rotas de fuga, trocavam laços de afeto com os seus e, quando estavam machucados das chibatadas que levavam, por terem desobedecido a seus donos, era ali que um ajudava o outro, na cura de seus ferimentos. Muito conhecimento tradicional era trocado ali dentro, sem termos ideia da totalidade do mesmo.

Em uma das conversas realizadas com um dos moradores locais, o Sr. Sorriso, descobrimos que o seu porão era uma antiga senzala (figuras 20 e 21), usada hoje para guardar materiais de construção, pois o mesmo é pedreiro. Ao adentrarmos o espaço, podemos perceber como é apertado, sem muita luminosidade e um ar denso, com muita poeira pairando.

O Sr. Sorriso é um senhor de 86 anos, que tem em sua propriedade um dos mais importantes marcos históricos do nosso país. Não foi possível apreender muito valor pelo espaço por parte do Sr. Sorriso, em um de seus depoimentos. Disse que não era um espaço que trazia bons fluídos, já que por ali houve muito sofrimento e essa sensação pesada ainda pairava sobre o seu porão. Mas, apesar de tudo, disse estar disposto a abrir o seu espaço para a visita de turistas, desde que com sua autorização prévia. Muitos produtos da cultura sobrevivem ao tempo porque suas sociedades envolvidas, pelas razões mais diversas, incluindo-se o próprio desprezo, permitiram sua permanência.



Figuras 20 e 21: Entrada da senzala/porão na figura da esquerda e material de construção disposto na senzala/porão, onde se observa uma única entrada de ar e luz obstruída por um pedaço de madeira na figurada da direita, 6º Distrito de Magé, Vila Inhomirim.

Fonte: elaborada pelo autor.

Dando continuidade à história do caminho dos escravos em Magé, não poderíamos deixar de falar de Maria Conga, uma negra guerreira e carismática, líder dos Quilombos de Magé (ALONSO, 2000). Bem próximo ao Centro, encontra-se o Morro da Maria Conga. Em uma das entrevistas dadas por um antigo mageense, o Sr. Marcílio da Costa Faria, de 70 anos, veterano militante da causa negra no Brasil, teatrólogo, poeta, fundador da Associação Cultural Negra de Nova Iguaçu e membro do Conselho das Entidades Negras do Interior, foi possível conhecer mais um pouco desse capítulo memorável da história do Brasil, a presença dos escravos e suas reações no município de Magé. Em um de seus relatos, Marcílio diz:

É bom deixar claro que o negro no Brasil sofre discriminação racial e não social. Ou melhor, a questão se tornou social por ter origens raciais, porque quando a mão de obra no Brasil teve que ser paga o negro foi alijado do mercado de trabalho, da lavoura, do artesanato. Quer dizer, os negros que, com sua mão de obra foram o sustentáculo da Coroa portuguesa, foram descartados quando seu trabalho teve que ser remunerado.

Ainda segundo Marcílio, o Morro do Bonfim era usado como rota de fuga dos negros em direção ao Quilombo de Maria Conga – que se transformava num

campo de batalha quando os senhores dos escravos mandavam seus jagunços virem resgatá-los – e Piedade, tradicional bairro negro de Magé, onde os escravos montavam toda a sua estratégia de resistência. Neste bairro encontra-se a Praça do Leilão, antigo porto de desembarque escravo onde, ao chegar da África, os negros eram acorrentados no paredão.

Em Piedade há uma capela inteiramente construída por negros, além de um túnel, escavado por eles, que dá acesso ao Quilombo de Maria Conga, que morreu aos 95 anos de idade. Em cinco de outubro de 2016, sua morte completou 105 anos. “Morte não, imortalidade”, enfatiza Marcílio, lembrando uma célebre frase de Maria Conga, ao cair nas mãos de um senhor de escravo: “O senhor prendeu meu corpo, destruiu meus sonhos, mas não conseguiu alienar minha consciência de mulher negra”.

Para Marcílio, o bairro de Piedade é o verdadeiro berço do município e onde deveria ser instalado o Centro Administrativo de Magé. O morador ainda acrescenta uma informação relevante quanto à forma de distribuição dos escravos pelas fazendas do entorno:

Para se ter uma ideia da perversidade dos donos de escravos, antes de serem distribuídos pelas fazendas da região eles eram separados pelo critério da procedência religiosa e étnica. Para evitar articulações de resistência, separavam os Iorubás, os Gegi, os de Angola, ou seja, dois escravos de uma mesma nação não dividiam a mesma fazenda.

Atualmente, os remanescentes do Quilombo de Maria Conga, descendentes de escravos guerreiros e libertários, vêm resistindo à especulação imobiliária. Eles estão presentes na paisagem do morro, enfrentando a Altair Imobiliária e construindo suas casas de alvenaria, menciona Marcílio. Conflitos e tensões são postos em prática, o município permite o avanço e a ação da imobiliária, ao mesmo tempo em que a Constituição garante a titulação das terras dos remanescentes dos Quilombos de todo o Brasil. O Quilombo de Maria Conga é um patrimônio de Magé e deve ser preservado. Representa um dos capítulos da história do nosso país.

Devemos compreender que o patrimônio envolve herança e propriedade, como aponta Paes (2010). Apresenta-se enquanto elemento espacial significativo e constituinte da própria identidade cultural. Sendo ele constituinte da identidade,

é marcado por valores e significados que determinado grupo lhe confere. Ainda conforme Paes (2009), uma das formas mais recorrentes para se interpretar o patrimônio remete à história sociocultural que deve ser preservada. Essa necessidade conduz à compreensão das dimensões cultural, técnica e política:

Cultural, porque somos nós, homens, no exercício da cultura, que elegemos o que deve ser preservado, imprimindo uma dimensão valorativa aos bens materiais ou intangíveis. Técnica, pois devemos desenvolver saberes, instrumentos e normas para levar a termo o processo de preservação. Política, porque esta seleção e normatização dos bens que devem ser patrimonializados envolvem ações e decisões, resultantes de conflitos de interesses, que devem ser normatizadas – o tombamento é, assim, um ação cultural, técnica e política (PAES, 2009, p. 163-164).

Neste sentido, a patrimonialização abarca

um conjunto de práticas sociais, desde as mais diversas formas de produção cultural, de saberes simbólicos e técnicas, até os inúmeros processos de institucionalização do patrimônio como tal, que permitem a preservação dos bens culturais (PAES, 2009, p. 164).

Tratar de questões voltadas para esse tema requer o entendimento de que esse processo é conflituoso e contraditório na produção do espaço.

Indo ao encontro de Paes (2009), temos Cruz (2012) afirmando que a durabilidade de um bem tangível sempre esteve diretamente relacionada à sua valorização cultural, simbólica ou econômica pela sociedade envolvente. O que estamos chamando aqui de patrimonialização do patrimônio é, conforme Cruz (2012, p. 96), “a institucionalização de mecanismos de proteção do chamado patrimônio cultural, material e imaterial”. Para exemplificar, temos os órgãos nacional, IPHAN, e estadual, INEPAC, que adotam de forma institucionalizada os mecanismos de proteção no Brasil e Rio de Janeiro, respectivamente.

Assim, a patrimonialização vai se consolidando como prática no Brasil por meio do conjunto normativo criado por esses organismos visando à proteção de determinados bens culturais.

Eleger parte da herança histórica material e imaterial do Estado e protegê-la como representante de uma suposta identidade nacional é uma faceta dessa racionalidade hegemônica (CRUZ, 2012). Ao “jogar luz” sobre

determinadas práticas culturais, os atos normativos em questão contribuem, de forma contraditória, não apenas para a sua apropriação mercantil, mas, principal e consequentemente, para a destituição de sua essência, de sua razão de ser.

Interesses econômicos têm sobrepujado interesses culturais, no que diz respeito à proteção de objetos considerados representativos da cultura material e imaterial. Existe uma tendência mundial de transformar o patrimônio em produto econômico (CRUZ, 2012). Conforme Luchiari (2005, pp. 95-105):

A revalorização das paisagens constituídas por elementos históricos, como o patrimônio arquitetônico, tem atribuído às paisagens urbanas contemporâneas um novo sentido no campo do consumo cultural. O patrimônio arquitetônico tornou-se, hoje, cenário revestido de valores mercadológicos, descompromissados com o passado e com o lugar.

Bens materiais patrimonializados, como representantes escolhidos de uma dada herança cultural, tornam-se, frequentemente, objetos de consumo turístico. Tal consumo é mediado pelo pagamento de taxas, ingressos, pela ação de agências e operadoras, pela comercialização de produtos os mais diversos, tais como cartões postais, livros e toda espécie de *souvenir* (CRUZ, 2012). O consumo desses bens pelo turismo desdobra-se em fonte de renda para a sua manutenção, constituindo-se, portanto, uma relação de mútua dependência entre turismo e bem patrimonializado.

Segundo Bertoncello, Castro e Zusman (2003, p. 88), “el patrimonio se comercializa a través del turismo adquiere legitimidad cultural a través del patrimonio”. Aqui se identifica, então, uma contradição: entre as motivações que levam à patrimonialização de um dado objeto destaca-se o seu valor de uso, mas o que viabiliza sua existência como tal é o seu valor de troca.

A patrimonialização de conjuntos arquitetônicos espacialmente concentrados já foi responsável, outrossim, em diversos casos, pela expulsão de populações locais cuja história, teoricamente, esses bens culturais representam. Além disso, revelam mais uma entre tantas contradições, como nos revela Cruz (2012), emanadas de tais ações relativas à proteção do patrimônio cultural: o cuidado com o patrimônio implica descuido ou descaso com populações diretamente vinculadas a eles. A patrimonialização somente pode ser

compreendida, portanto, no contexto do complexo e contraditório processo de produção do espaço.

Conforme Scifoni (2003), a expulsão da população local explica-se pelo fato de que é necessário fornecer ao produto tanto uma embalagem como um conteúdo apropriado para a venda. Ainda conforme a autora, essa exclusão relaciona-se à valorização do espaço geográfico, que tende a criar uma pressão do mercado imobiliário sobre esta população. Esse ainda não é o caso do município de Magé, mas devemos apontar possíveis cenários caso o turismo e a patrimonialização local venham a se intensificar.

No que tange ao patrimônio material inserido em contextos urbanos – e, diga-se de passagem, onde se encontra grande parte dos remanescentes culturais materiais de tempos pretéritos – as ações de inventariado e tombamento se dão no interior de uma arena conflituosa, permeada por interesses (nem sempre) antagônicos, e da qual sobressai à hegemonia de uns mediante a submissão dos interesses de outros (CRUZ, 2012).

Ao mesmo tempo em que o patrimônio cultural tombado representa um constrangimento a ações objetivas futuras no processo de produção do espaço, ele é, também, permanentemente constrangido por novos projetos públicos ou privados voltados para o seu entorno (CRUZ, 2012).

Nas últimas décadas, a valorização do patrimônio cultural para fins turísticos tem evidenciado a associação entre o “urbanismo e o planejamento do território na produção de imagens e discursos que privilegiam ou excluem determinadas memórias e paisagens do território” (PAES, 2009, p. 166). Paes (2010) ressalta ainda que a memória ou o tempo são elementos que, em distintas escalas e extensões espaciais, compartilham de esquemas e formas de estruturar a explicação simbólica do mundo e da vida cotidiana.

Neste sentido, “as imagens valorizadas, construídas ou recuperadas com o objetivo de mercantilização das paisagens, de fortalecimento dos lugares e de produção de territorialidades, participam de uma construção simbólica com base espacial” (PAES, 2009, p. 166).

O turismo cultural se favorece desse consumo do patrimônio que, transformado em mercadoria, é vendido como algo que transpira cultura. (...) Em geral o consumo turístico do patrimônio aparece dentro de um campo reificado e fetichizado, algo que distancia a compreensão da inserção dos bens culturais na

esfera das vivências sociais e mesmo dos processos sociais que os geram (NIGRO, 2010, p. 75).

Assim observa-se que o patrimônio cultural possui uma íntima ligação com o desenvolvimento do turismo cultural. Este segmento apropria-se dos patrimônios, que são em alguns casos “vendidos” para o consumo dos turistas. No entanto, existem situações nas quais o desenvolvimento da atividade turística pode contribuir para a preservação de bens patrimoniais. Mas, para que isso ocorra, há necessidade de que a população local perceba os patrimônios como sendo parte de suas identidades e que participem das ações voltadas ao desenvolvimento do turismo nas cidades e das políticas ligadas à preservação do patrimônio (PAES, 2010).

São incontáveis as críticas de especialistas e não-especialistas ao papel do turismo como elemento desvirtuante dos sentidos dos patrimônios cultural material e imaterial. Cenarização, espetacularização, mercantilização compõem o rol de boa parte dessas críticas. Cifelli (2005, p. 89), por exemplo, ao abordar estratégias públicas e privadas incidentes sobre bens culturais, afirma:

Este conjunto de estratégias públicas e privadas de realce da dimensão imagética, da difusão de clichês e da refuncionalização dos bens culturais levam a determinados modos de apreensão estética e a certas formas de uso voltadas para o atendimento da demanda turística. Tais fatores priorizam a apreensão de uma história mistificada e de uma cultura banalizada pelo mercado, destituída das experiências sociais que permearam sua construção.

O turismo tem sido, em boa parte dos casos, a grande mola propulsora das ações citadas por Cifelli (2005), de realce da dimensão imagética, da difusão de clichês e da refuncionalização dos bens culturais.

O uso turístico das paisagens em geral e dos elementos patrimonializados de uma dada paisagem, especificamente, é norteado pelo visual, enquanto a visibilidade (registro de um dado físico e referencial) e a visualidade (propriamente semiótica) são oprimidas pela experiência turística, fugaz, transitória e não raras vezes alienante (FERRARA, 2002).

Ao analisar o mundo contemporâneo, Harvey (2005, p. 167) aponta que vivemos, no decorrer da segunda metade do século XX, a substituição de um

antigo paradigma na governança urbana – o do administrativismo – para o atual empreendedorismo urbano:

Nos anos recentes, em particular, parece haver um consenso geral, emergindo em todo o mundo capitalista avançado: os benefícios positivos são alcançados pelas cidades que adotam uma postura empreendedora em relação ao desenvolvimento econômico.

O paradigma do empreendedorismo urbano, tal como uma flecha do tempo (SANTOS, 1996), afeta diretamente cidades localizadas em todas as partes do mundo. As cidades, por sua vez, sejam elas capitais ou cidades do interior, metrópoles ou cidades pequenas, são rendidas às novas lógicas de produção dos espaços urbanos, segundo as quais a cidade se transforma, ela mesma, em mercadoria. Todos os espaços e paisagens, juntamente com os seus elementos constituintes, se transformam em mercadoria.

Nesse sentido, percebemos como o município de Magé vem, através da iniciativa de um morador local, ganhando novos rumos quanto ao desenvolvimento incipiente da atividade turística. Agência de viagem, meios de hospedagem, transportadora, guia de turismo e uma gama rica de patrimônios se tornam os elementos iniciais, mas não suficientes, para o turismo se desenvolver. Apresentaremos, assim, o que há atualmente em Magé em prol do turismo.

4

Rascunhando caminhos para o turismo em Magé

A paisagem da Baixada Fluminense, e mais especificamente de Magé, é representada pelas sedes das fazendas, igrejas, estações ferroviárias, praças, fábricas, cachoeiras, lendas e memórias que vêm constituir os patrimônios naturais, culturais, artísticos e históricos da referida Baixada (MARAFON & RIBEIRO, 2015). Essas marcas do passado, manifestadas na paisagem, atualmente passam a ser vistas como patrimônio, como símbolos a serem explorados pelo turismo, que transforma cada momento histórico em um legado de patrimônio de grande valor comercial, em última análise, em produto turístico.

Deste modo, o patrimônio arquitetônico, histórico, cultural, urbanístico, natural e paisagístico representa um testemunho do passado, deixando de ser somente um símbolo de memória coletiva para, no momento atual, também ser produto de consumo turístico.

Apresentar o que há de efetivo relacionado ao turismo, apontar as possibilidades de realização de tal prática social no município de Magé e analisar a relação Geografia e Turismo no âmbito acadêmico e suas diversas aplicabilidades científicas constituem os objetivos específicos deste capítulo.

Para a prática do turismo se consolidar, todos os serviços e equipamentos urbanos e turísticos necessários para a sua realização precisam ser averiguados quanto a sua existência e qualidade a ser oferecida ao turista. Quais estratégias o guia de turismo local vem realizando a fim de efetivar a atividade turística em Magé? Quais são as condições reais de concretização do turismo no município? Estes são alguns dos questionamentos deste capítulo.

Com base nisso, foi feito um levantamento de todos os parceiros vinculados à agência de turismo local, a Mirindiba Tour (figuras 22 e 23), do guia de turismo Lúcio Amorim. Decidimos partir dela, pois, além de ser a única do município, está vinculada a um dos agentes de turismo local que mais contribuiu, empiricamente, para o desenvolvimento deste trabalho; por ser uma pessoa que acredita no potencial turístico de Magé; e por sempre trabalhar com entusiasmo e determinação.

A Mirindiba Tour foi inaugurada no dia 30 de maio de 2016, cujo único proprietário é o próprio Lúcio (figura 24). A agência conta com dois funcionários

que o ajudam em termos de guiamento, a guia de turismo Telma Gomes e a outra guia Luciana Gonçalves.



Figuras 22 e 23: Ambas as fotografias revelam a entrada e o interior da agência Mirindiba Tour, 5º Distrito de Magé, Guia de Pacobaíba. Fonte: elaborada pelo autor.



Figura 24: O guia de turismo Lúcio Amorim em sua agência de viagens, 5º Distrito de Magé, Guia de Pacobaíba. Fonte: elaborada pelo autor.

A agência possui como parceiros de negócios: a transportadora de ônibus Ferman Tur, em publicidade e propaganda conta com a Mídia Livre Publicidade e, como meios de hospedagem, com o Espaço Acqua Hotel, o Canopus Hotel e a Pousada Pedra Laskada.

A agência de viagens possui pacotes sendo oferecidos para vários destinos, desde os locais até os internacionais, porém a empresa ainda não realizou nenhuma viagem em nível internacional, promovendo por enquanto viagens em Magé e pelo estado do Rio de Janeiro.

Cabe ressaltar que as pessoas buscam no ato de viajar, que é uma construção social, a fuga da realidade enfadonha e cansativa do espaço de trabalho, que está apoiado na rotina diária. A motivação para as viagens é justamente a vontade de sair do cotidiano, a fim de buscar ambientes ímpares e diferentes para descansar do dia-a-dia. Da mesma forma, as pessoas também estão interessadas em se divertir, buscam espaços de lazer.

Ao mencionar que vivemos em uma economia de mercado e que o lazer está inserido neste processo, Rodrigues (1985) nos salienta que o lazer, antes de existir como meio de satisfazer necessidades humanas, como condição necessária à reprodução material da vida, existe como um produto a escoar. O turismo vende lazer para as pessoas. Para satisfazer suas necessidades, criados ou não, o turista compra os produtos e serviços oferecidos pelos agentes do turismo.

Em contrapartida, a viagem turística como uma das necessidades do homem é fundamental para a sua auto-preservação e para o reconhecimento e admiração do grupo social no qual está inserido.

O público-alvo da agência Mirindiba Tour costuma ser de moradores de Magé e municípios adjacentes. Estudantes, pequenos comerciantes, familiares e amigos próximos. Segundo Lúcio Amorim (2016), o período de maior fluxo de vendas de pacotes foi de janeiro a maio e o menor foi de junho a novembro. Esse período de maior fluxo está relacionado com a estação do verão e o período de férias escolares, o que elevou a venda de pacotes de viagem, já o segundo período teve uma queda por ser um período mais frio, de acordo com Lúcio (2016). Como a agência é recente, ainda não sabemos se esse quadro irá mudar.

Os moradores de Magé, segundo o próprio guia de turismo, costumam procurar a sua agência para realizar viagens tanto para conhecer Magé – nos pacotes “City Tour”, com o objetivo de conhecer mais sobre os patrimônios

histórico-culturais, e no pacote “As cachoeiras do Monjolo e Monjolinho”, em Santo Aleixo, com o objetivo de desfrutar das cachoeiras como espaço de lazer – quanto para conhecer outros municípios, como Petrópolis, Teresópolis, Arraial do Cabo e Angra dos Reis.

Em uma das conversas na agência, Lúcio menciona que tem como projeto futuro montar um roteiro de viagem intitulado “Caminho dos Escravos”, o qual irá envolver a história dos escravos e dos seus marcos no espaço mageense. As viagens para além do município de Magé não poderiam faltar em seus planos. O parque do Beto Carreiro World, em Santa Catarina, está em processo de andamento, e um “City Tour” em Buenos Aires, já que possui especialização nos atrativos turísticos da cidade argentina.

Em relação aos segmentos do turismo, os pacotes de viagem oferecidos pelo Lúcio em sua agência envolvem o ecoturismo, o turismo histórico e religioso (mais precisamente as construções católicas), e ainda estão em construção alguns voltados para o turismo rural, pois há muitas fazendas que compõem a paisagem mageense. Terrenos agrícolas, como menciona Alonso (2000), ocupam vastas áreas do 2º Distrito, Santo Aleixo, e 3º Distrito, Rio do Ouro.

Apesar de, atualmente, os pacotes de viagem do Lúcio focarem nestes segmentos do turismo, as potencialidades turísticas de Magé não se esgotam neles. O turismo de aventura, por exemplo, pode muito bem ser explorado em Santo Aleixo, por conta de seu relevo e vegetação adequados para as atividades. O *rafting*, dependendo da época do ano e da localidade da cachoeira, é algo possível de se pensar, assim como atividades de *trekking* em meio à biodiversidade da Mata Atlântica. Ainda envolvendo a floresta, outra potencialidade local é o arborismo; esta última já vem sendo realizada no município vizinho a Magé, em Teresópolis. Por fim, ainda no turismo de aventura, por conta da declividade acentuada de algumas rochas presentes em Santo Aleixo, o *bungee jump* também pode ser uma alternativa para a atração de turistas que buscam esse tipo de atividade radical, assim como o rapel, muito procurado por montanhistas.

Um dos entrevistados, o Sr. Anderson Gripp, formado em Educação Física e um grande incentivador do turismo em Magé, já vem realizando o ecoturismo e a atividade do *trekking* nas áreas de floresta em Santo Aleixo. Em seu depoimento mencionou que muitos turistas vêm do Rio de Janeiro para poder fazer esses tipos de atividades. Acrescentou que o município de Magé carece de cursos de

formação na área do turismo, assim como muitas outras áreas de relativa importância, como saúde, educação e segurança.

O Sr. Anderson Gripp relatou que a “Operação Verão”, que acontece todo ano nas cachoeiras de Magé, e mais precisamente em Santo Aleixo, é positiva por um lado e negativa por outro. O aspecto positivo se encontra na preservação das margens e qualidade da água utilizada pelos usuários, pois o grupo que faz parte deste programa municipal inibe ações indevidas nas cachoeiras, como poluição, por exemplo. E em relação ao aspecto negativo, temos que, subjetivamente, este mesmo grupo, ao achar que determinado grupo de cidadãos irá trazer desentendimentos aos que já estão na cachoeira, proíbe os suspeitos de usufruírem da mesma. Ou seja, o acesso à cachoeira não é para todos, passa por uma seleção feita por esses agentes da prefeitura.

Sendo assim, a “Operação Verão” revela e reproduz as desigualdades no que concerne à distribuição do poder social na sociedade, entendido aqui como a capacidade diferenciada que cada grupo da sociedade possui para frequentar ou não determinados espaços. Por termos uma sociedade pautada nestes critérios, o acesso a certos espaços é desigual.

Dando continuidade às projeções do guia Lúcio, ele pretende realizar futuras parcerias com três agências de viagens, a MM TOUR, a MM Viagens e a LS Tour. Todas são de guias de turismo amigos dele de formação. Tecnicamente analisando, quem deveria comandar uma agência seria um agente de viagens, profissional apto e qualificado para elaborar roteiros e pacotes de viagem para diferentes públicos. Há cursos técnicos preparatórios para guias de turismo e agentes de viagem. São profissionais diferentes.

Uma das formas de tentar inserir a Mirindiba Tour, segundo Lúcio, no circuito turístico da Região Metropolitana e/ou Região Serrana é através da promoção e da divulgação da agência pelo marketing. Porém, acreditamos que não consiste só nisso, pois para uma agência ganhar uma forte projeção, ela precisará não só do marketing, mas de um conjunto de outros setores da economia que devem estar envolvidos. O turismo é interdependente.

Em agosto de 2016, foi criado em Magé o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, por iniciativa do prefeito Nestor Vidal, com a finalidade de implantar a política municipal de Turismo e reivindicar as verbas necessárias para a realização do turismo no município. Este Conselho foi criado pela lei municipal

2058/2010 com base na Constituição Federal no Art 180. Foi neste evento que o guia Lúcio Amorim foi nomeado Diretor de Turismo de Magé. Por enquanto, segundo entrevista com Lúcio, o Conselho ainda nada fez pelo turismo em Magé. O recém-criado Conselho irá aguardar as deliberações do atual prefeito, Rafael Tubarão.

Caso o COMTUR consiga prosperar na gestão do futuro prefeito Rafael Tubarão, Lúcio, como guia de turismo e, agora, Diretor de Turismo de Magé, pretende criar a Casa de Cultura Maria Conga, em Piedade – 1º Distrito, Magé –, a Vila Alemã e o Parque Ecológico Monjolo – 2º Distrito, Santo Aleixo –, e o Museu do Garrincha em Pau Grande – 6º Distrito, Vila Inhomirim.

Muitos desafios estão postos para a gestão pública municipal, pois muitos moradores, dos mais diversos distritos, reclamaram da péssima infraestrutura urbana de Magé. Os seus patrimônios estão abandonados e depredados, como é o caso da réplica da locomotiva *Baroneza* na estação de trem Guia de Pacobaíba, apresentando várias inscrições, e a estátua de Othon L. de Bezerra Mello, onde se percebe na imagem ilustrada pela figura treze, já exposta neste trabalho, pinturas na cor branca em seu busto, localizado em uma área central em Santo Aleixo.

Não só os moradores deram ênfase a esse descuido da prefeitura, mas alguns proprietários de meios de hospedagem também. Em entrevistas feitas aos proprietários dos hotéis e pousada parceiros da agência Mirindiba Tour, foi possível constatar essa insatisfação.

Os proprietários do Hotel Canopus disseram que grande parte dos seus hóspedes reclama da precariedade dos equipamentos e serviços urbanos presentes em Magé. O seu público-alvo consiste em prestadores de serviços de empresas ligadas aos setores de petróleo e construção civil, assim como profissionais ligados aos eventos realizados na cidade. Este hotel está situado no 1º Distrito, Magé.

O Sr. Marcos, um dos proprietários, relatou que um ótimo evento que acontece em Mauá é o “Calçadão Cultural”, pois parte das pessoas que participam do evento se hospedam no hotel dele. Este evento inclui palestras, feiras, pinturas, vendas de artesanato local e a presença ilustre de um morador que utiliza um carrinho (figura 25) similar à locomotiva *Baroneza* para vender seus produtos, dos mais diversos, ao longo do calçadão.

O que nos chama atenção em seu carrinho são os crustáceos e os peixes do mar, pois Mauá possui uma orla de cujo calçadão podem ser avistadas as águas da Baía de Guanabara; assim como há, vez ou outra, a presença de pescadores no local. Apesar das águas estarem poluídas e até mesmo contaminadas, é dali que alguns moradores disseram tirar o seu sustento diário.



Figura 25: Vendedor ambulante em seu carrinho similar à locomotiva *Baroneza* da estação de trem Guia de Pacobaíba, 5º Distrito de Magé, Guia de Pacobaíba.

Fonte: elaborada pelo autor.

A proprietária do Espaço Acqua Hotel (figura 26), a Sra. Nancy Lessa, nos relatou que quase todos os seus hóspedes são da igreja católica, dos mais diversos locais do estado do Rio de Janeiro, e que vêm para o seu hotel a fim de realizar eventos religiosos e encontros de casais. Por ser uma clientela frequente e não muito aberta a se socializar com grupos diferentes ao grupo católico, a Sra. Nancy busca não diferenciar muito os seus clientes, pois entende o motivo de seus hóspedes fidelizados e, com isso, só quando eles não estão no hotel, é que ela abre as portas para outros grupos. Logo após os hóspedes religiosos, outro grupo frequente é o de estudantes, que se hospedam em busca de lazer interno e externo. Interno por causa das piscinas, salas de jogos e quadra de futebol, e externo por causa das cachoeiras, calçadão e restaurantes próximos.

O tratamento paisagístico adotado pela proprietária é baseado nos conceitos do Feng-Shui⁵, que harmoniza o homem à natureza. Apesar de o espaço possuir tal conceito, belas e ótimas instalações para o acolhimento do turista, a rua que dá acesso ao hotel não é asfaltada, o que traz sérios transtornos quando chove, pois a rua vira lama e alguns carros atolam. Como se não fosse o bastante, a companhia de lixo, às vezes, coloca entulho próximo ao seu portão de entrada. Há algum tempo a Sra. Nancy vem pedindo o asfaltamento da rua, mas nada ocorre.



Figura 26: Espaço Acqua Hotel em Mauá, 5º Distrito de Magé, Guia de Pacobaíba.
Fonte: elaborada pelo autor.

Em um de seus relatos, a proprietária do hotel menciona que Magé ainda precisa crescer muito em termos de opções de restaurantes e hotelaria no geral: “não há muita competitividade, pois não há nem turismo direito. A prefeitura tem que entender que há a necessidade de parcerias entre as secretarias públicas para que o cenário mude. O turismo não caminha sozinho”. Em conversa com Lúcio, percebemos que há conflitos internos entre os secretários de Magé e, por causa disso, há uma extrema dificuldade de se fazer algo em prol do cidadão mageense.

O proprietário da Pousada Pedra Laskada, o Sr. Niltom, em Santo Aleixo, recebe muitos estudantes e famílias que decidem aproveitar fins de semana de sol

⁵ Um termo de origem chinesa, cuja tradução literal é vento e água. Segundo esta corrente de pensamento, os ideogramas *Feng* e *Shui* representam o conhecimento das forças necessárias para conservar as influências positivas que supostamente estariam presentes em um espaço e redirecionar as negativas de modo a beneficiar seus usuários.

para se banhar nas cachoeiras próximas à pousada. A mais procurada é a cachoeira Pau a Pique, pois fica a pouquíssimos metros de distância da pousada e ainda conta com pequenos bares às margens do rio. A segunda mais visitada é a cachoeira do Monjolo, não muito distante também.

O período de alta temporada se encontra entre os meses de dezembro a março, por causa do verão, e a baixa temporada no inverno, de junho a setembro. O Sr. Niltom mencionou que a sua clientela é toda pautada no uso das cachoeiras do entorno e que, se não fosse por elas, não teria hóspede. Relatou a importância do trabalho do Lúcio na área: “se não fossem as atividades de ecoturismo promovidas pelo Lúcio, aqui em Santo Aleixo, eu teria menos clientes do que de costume”.

Os patrimônios vinculados à natureza e o uso humano deles são de extrema importância para a economia local. É o patrimônio de Magé se transformando em atrativo e/ou produto turístico. O valor de uso que a cachoeira tem, ou seja, o lazer dos moradores e visitantes passa a ser, também, valor de troca, pois troca-se a possibilidade de usufruir de um bem local por dinheiro. A lógica do turismo começa a adentrar na lógica dos comerciantes locais e penetra, assim, na paisagem, modificando-a.

A ação do poder público no turismo da cidade foi mencionada por todos os proprietários dos meios de hospedagem, assim como por grande parte dos moradores entrevistados ao longo dos distritos visitados. Os entrevistados relataram falta de interesse do poder público local tanto no que consiste em possibilidades para o desenvolvimento do turismo como em infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos, tão importantes e interdependentes. A nota dada à atuação do poder público em Magé foi muito baixa, apesar de alguns terem esperança de mudança com o atual prefeito, Rafael Tubarão.

Os moradores em sua maioria disseram que caso o turismo viesse a se desenvolver plenamente, as melhorias trazidas para o município seriam basicamente quatro: saneamento básico, visibilidade para atrair mais visitantes, emprego e infraestrutura para dar suporte às atividades. Alguns ainda acrescentaram, mas muito esporadicamente, outras possíveis melhorias, como maior conscientização ambiental; expansão do comércio e mais eventos para Magé.

Devemos ressaltar e enfatizar que pelo fato do município apresentar expressiva extensão territorial e politicamente constituir-se de seis distritos, as realidades espaciais são bem distintas. Os moradores, por exemplo, de Vila Inhomirim possuem anseios e vivem um cotidiano diferente daqueles que vivem em Santo Aleixo e em Guia de Pacobaíba.

Os moradores que estão em Vila Inhomirim são pessoas que vivem, semanalmente, uma intensa migração pendular, pois a maioria trabalha no município do Rio de Janeiro e retornam para Magé apenas para descansar. Convivem com as mazelas do entorno. Tanto o município de Duque de Caxias quanto o distrito de Vila Inhomirim, por serem limítrofes e por estabelecerem relações sociais frequentes, sofrem constantemente com a ação dos “grupos de extermínio”, como foi mencionado pelos moradores locais. Eles reivindicam pelo seu direito de ir e vir com segurança. Duque de Caxias e adjacências sofrem também com muita precariedade de serviços básicos, como foi constatado em campo.

Os patrimônios deste distrito estão sob condições bem precárias, em estado de total abandono e deterioração. Igrejas de cujas fachadas se veem os tijolos e cemitérios antigos sem muros ou grades de proteção. Até tumbas violadas pode-se constatar em visitas de campo.

Uma realidade diferente da de Vila Inhomirim é a de Santo Aleixo, como foi mencionado. Santo Aleixo, distrito mais arborizado e interiorano, possui uma população que vive, em seu cotidiano, com a Mata Atlântica e as cachoeiras. Uma área próxima de Guapimirim e Petrópolis. O acesso da população a este último é maior e, com isso, pode usufruir das vantagens que um município “Imperial” possui: bons restaurantes, emprego, pontos turísticos consolidados, área verde. Santo Aleixo está próximo da região turística chamada “Serra Verde Imperial”, no estado do Rio de Janeiro.

Os entrevistados de Santo Aleixo possuem suas atividades econômicas voltadas para o plantio de pequenas hortaliças e prestam pequenos serviços de costura, manutenção de peças de automóveis e marcenaria nos municípios vizinhos.

Já em Guia de Pacobaíba, uma atividade econômica que se destaca é a pesca. Por ser banhado ao sul pelo fundo da Baía de Guanabara, este distrito possui uma orla repleta de restaurantes cujos pratos principais envolvem

diferentes tipos de peixes e frutos do mar. Pela manhã ou ao fim da tarde podem ser vistos pescadores com suas redes esticadas à espera de um cardume. Este é um diferencial de um distrito litorâneo. A população expressa bem esta atividade pesqueira em eventos culturais que são realizados em Mauá, assim como na venda de artesanatos produzidos com matéria-prima local.

Estes três últimos exemplos nos mostram como o município de Magé, com seus distritos, não pode ser considerado homogêneo. Cada distrito possui a sua identidade territorial e se relaciona socialmente de forma diferenciada com seus espaços limítrofes.

A população depositou muita esperança na possibilidade do turismo se consolidar, mas o que nos foi revelado, mesmo que indiretamente, foram os seus anseios. O que deveria ser feito, independente do turismo ser realizado ou não em Magé, não é feito, devido a ações indevidas. Corrupção, falta de comprometimento e visões inovadoras, conflitos entre secretários públicos por mais capacidade de exercer poder, assim como despreparo técnico-profissional assolam o poder público do município, como alegam os próprios moradores. Este cenário dificulta o desenvolvimento do turismo em Magé.

Grande parte dos entrevistados eram pessoas acima de 40 anos e só possuíam o Ensino Médio completo, mas nem por isso deixaram de apontar os patrimônios importantes de Magé, para eles, e apontá-los como potencialidades turísticas.

Dentre os patrimônios selecionados pelos moradores se destacaram seis: a Igreja Nossa Senhora da Piedade, a árvore Mirindiba, a cachoeira do Monjolo, o Poço Bento, a Capela do Morro do Bonfim e a Fábrica de Tecidos em Santo Aleixo; todos estes patrimônios já mencionados na presente pesquisa. Os motivos para as escolhas foram os mais diversos. A Igreja foi eleita pelo fato dela ser uma referência na cidade, pela atuação do padre Ernandes com os fiéis – além de ser carismático, ele ajuda os mais necessitados com roupas de frio e alimentação – e pela santa ser a padroeira do município. A lenda da árvore Mirindiba foi o motivo de sua seleção. A cachoeira foi escolhida por ser uma opção de lazer e por suas belezas naturais. Enquanto o Poço Bento foi eleito por suas versões históricas e por ser um patrimônio da ordem dos jesuítas em Magé. A Capela do Morro do Bonfim foi mencionada por fiéis que moram próximos a ela, frequentam suas missas e disseram ficar deslumbrados com a bela paisagem vista de cima do

morro, principalmente ao entardecer. Por fim, a Fábrica de Tecidos também foi escolhida por ter sido de suma importância para a população da época e, hoje, por ser uma marca da identidade do povo mageense, mais precisamente do povo de Santo Aleixo, pois sempre falavam com muito entusiasmo e alegria da fábrica.

Os patrimônios acima mencionados, como também a primeira estação de ferro em Guia de Pacobaíba, o Caminho do Ouro e a casa que homenageia Garrincha, nos revelam quais são os espaços turísticos mais visitados, tanto pelos moradores quanto pelos turistas que vêm ao município. Todos eles se situam nos distritos de Magé, Guia de Pacobaíba, Santo Aleixo e Vila Inhomirim. Estes distritos oferecem as melhores, dentro da realidade de Magé, condições de visitação aos patrimônios, assim como são os mais bem preservados, com exceção de Vila Inhomirim, que como os demais distritos não mencionados, ainda precisa de muitas melhorias se pretende ter a atividade turística ocorrendo efetivamente em seu espaço.

A vida é um conjunto de experiências cumulativas, resultado da ação e reação de várias gerações em diferentes tempos, combinados no espaço. O patrimônio é um instrumento que aguça os indivíduos para a percepção da sua própria história. São reveladores dos fatos sedimentados no tempo em uma relação dialética e contínua entre o passado e o presente (FERRAZ, 2011).

As primeiras tentativas de se fomentar a prática turística em Magé, através de seus patrimônios, ainda são bem incipientes. A população, apesar de esperançosa, ainda é descrente com o turismo. Não obstante, existem equipamentos, ainda que insuficientes, para o desenvolvimento do turismo, o que já é um começo. Porém, devemos nos atentar para o fato de que a população precisa, de antemão, de assistência na saúde, na educação, na segurança, no transporte público, como alguns entrevistados salientaram. Primeiro devemos pensar a cidade para o seu cidadão, depois para o visitante, pois todo visitante também é um cidadão, mesmo que não seja do mesmo território, politicamente delimitado, é um cidadão e merece ter os seus direitos resguardados.

Para preservar, restaurar e manter um patrimônio é preciso, dentre vários aspectos, o recurso financeiro e a sensibilidade do cidadão, no sentido de perceber o quanto é necessária a presença do poder público, algo que foi bem visível nos depoimentos dos moradores, sua ausência, bem como a participação cidadã na fiscalização desses bens. A proteção do bem cultural e natural também parte do

cidadão. Como afirma Mesquita (2006), a participação efetiva da comunidade é fundamental no plano diretor da cidade, a fim de que os representantes políticos atendam as suas necessidades e contemplem as especificidades locais.

Neste sentido, o papel das escolas também se faz necessário quanto à conscientização dos problemas sociais da cidade e aos seus patrimônios. Uma das escolas de Magé vem se destacando quanto a isso, a Escola Municipal Modelo Padre Gilmar, no 5º Distrito de Magé, Guia de Pacobaíba. Em uma das visitas à escola foi possível conversar com a diretora, a Sra. Ana Lúcia, sobre as atividades pedagógicas feitas nas turmas de Ensino Fundamental II e, mais precisamente, sobre as atividades realizadas no Programa Mais Educação, de iniciativa do governo federal.

O Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentada pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral.

A escola fez adesão ao Programa e, de acordo com o projeto educativo em curso, opta por desenvolver atividades nos macrocampos de acompanhamento pedagógico: educação ambiental, esporte e lazer, direitos humanos em educação, cultura e artes, cultura digital, promoção da saúde, comunicação e uso de mídias, investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

A diretora, junto com alguns professores das áreas das ciências sociais e naturais, como também o guia de turismo Lúcio Amorim, no primeiro semestre de 2016, ministraram algumas aulas para os alunos da escola com o intuito de cobrir as metas estipuladas pelo seu projeto político-pedagógico e pelo Programa Mais Educação. O guia Lúcio trabalhava com os alunos na oficina Áudio e Vídeo, a história de Magé, seus patrimônios e as suas potencialidades turísticas. As oficinas ocorriam duas vezes na semana, terças e quintas, com duas horas de duração em cada dia, entre os turnos da manhã e da tarde, para poder, assim, atingir todos os alunos do Ensino Fundamental II. O projeto tem como duração um ano e se encerra em dezembro de 2016. O guia Lúcio teve que sair de sua função por ter tido que assumir a Diretoria do Conselho Municipal de Turismo.

Os alunos que participavam, pois não era obrigatório chegar antes do horário ou ficar depois dele, contribuíram e gostaram muito do conteúdo ensinado. As turmas não passavam de dez alunos.

Algumas das aulas do guia Lúcio eram feitas em campo, ou seja, os alunos tinham a oportunidade de conhecer *in loco* os patrimônios ditos em sala. Um ônibus os levava com mais alguns professores e eles desenvolviam trabalhos com cartolinas, vídeos, fotografias e expunham para a escola ver, nos murais que ficam nos corredores, assim como em feiras culturais, para que os responsáveis também pudessem ver e se interar do assunto.

A escola e os professores acreditam que é importante, desde cedo, ensinar aos alunos a história de formação de seu território, pois assim como toda a natureza e a cultura, expressos em forma de patrimônio, são elementos constituintes de uma paisagem dinâmica e repleta de simbologias que precisam ser reveladas a fim de entendermos as suas questões mais subjetivas. Tendo conhecimento da história de si mesmo e de seu espaço circundante, as futuras gerações poderão preservar e conservar os seus bens, a fim de usufruir deles com mais responsabilidade, pois saberão o valor real de cada patrimônio.

Determinar quais patrimônios podem vir a ser uma potencialidade turística não cabe a uma pessoa só, mas a um conjunto delas. A população, os cientistas – dentre eles os profissionais do turismo – e os representantes políticos, juntos, podem pensar no melhor para o município.

Podemos olhar o turismo não apenas como uma atividade econômica, mas também como um resgate da história e da memória coletiva de um povo, possibilitando aos sujeitos uma nova relação com o espaço, o que acaba produzindo conhecimento, de maneira que os diferentes atores repensem a sua relação com o espaço que habitam.

O turismo possui os seus prós e os seus contras, como toda atividade. Esta prática pode trazer o ressurgimento do encantamento pela vida, como menciona Mesquita (2006). Através das viagens feitas, os turistas podem se encantar e se deslumbrar ao depararem-se com outras culturas, paisagens e ímpares relações de sociabilidade. Pode até parecer um devaneio, mas há essa possibilidade real nas intrínsecas relações sociais no fenômeno turístico.

O turismo é resultado de um amplo processo de transformações não apenas espaciais, mas fundamentalmente identitárias, que transformam a paisagem e seus símbolos em patrimônio, o mesmo transformado em mercadoria.

Uma análise crítica se faz necessária quanto ao movimento do capital como um todo, tendo o turismo como uma de suas formas de manifestação. A

lógica do capital, conforme Harvey (2005) e Lefebvre (2006), tende a homogeneizar o espaço, através de sua mercantilização, a fragmentar, selecionando os espaços que devem ser investidos, e a hierarquizá-los, pois se constituem assim assimetrias de poder diferentes em cada fragmento. O turismo “vende” cada fragmento do espaço, evidenciando os seus patrimônios como potenciais riquezas a serem acumuladas pelo capital. O fato de haver investimentos, independente de sua natureza, faz com que em determinadas paisagens criem-se espaços potencialmente privilegiados em relação a outros, originando assim desigualdades espaciais.

Estes investimentos, trazidos pelo ou para o turismo, lançam “luzes” sobre certos espaços, o que faz com que estes, por exemplo, recebam mais incentivos fiscais do que outros espaços que não estão sob intenção de investimento. Quanto mais se acumula riqueza em um determinado espaço, mais poder este mesmo espaço consegue exercer sobre os demais (HARVEY, 2005). Não podemos, por exemplo, dizer que o município de Magé tem mais poder de influência e decisão que o município do Rio de Janeiro. A hierarquização de um espaço se configura através de significativas relações de poder efetuadas ao longo do tempo.

O processo de turistificação engloba essa tríade, homogeneização, fragmentação e hierarquização, expressão máxima do capital, que tende a criar espaços desiguais. Porém, esta tríade encontra sempre barreiras a seu desenvolvimento, pois os espaços são heterogêneos, cada fragmento responde diferente à homogeneização, uns a adotam, outros resistem. E é nesse espaço de tensões, conflitos e contradições que mostramos, mesmo que brevemente, as facetas do espaço e da paisagem de Magé.

É urgente a busca de um novo olhar que desperte novas potencialidades, assim como decisão, reflexão e diálogo entre os diferentes atores e agentes da sociedade, privados ou públicos, moradores e turistas.

Magé é um município cuja história e espaço, no decorrer do trabalho, nos possibilitou um encontro do velho com o novo. O velho, representado pelas marcas e rugosidades impressas na paisagem, explica um amplo processo de transformações que está em curso, revelando o novo como possibilidade que se coloca no presente em forma de tentativa de desenvolver uma atividade turística no município.

O turismo, em sua enorme complexidade, reveste-se de um tríplice aspecto, com incidências territoriais específicas em cada um deles. Trata-se de um fenômeno que apresenta áreas de dispersão (emissoras), áreas de deslocamento e áreas de atração (receptoras). São nestas áreas que se produz o espaço turístico ou reformula-se o espaço anteriormente ocupado. Assim como é aqui também que se dá o consumo do espaço.

O espaço turístico, como todo espaço geográfico, não pode ser definido por fronteiras euclidianas, mesmo porque pelo menos um dos seus elementos básicos lhe é exterior – a demanda. Embora sem fronteiras definidas a partir de alguns componentes dito abstratos, porque são difíceis de serem avaliados, tais como a fluência do capital financeiro ou a influência da mídia na sua composição imagética, não se pode negar a concretude do espaço turístico expressa pelo seu território, que, todavia, não representa a totalidade espacial (RODRIGUES, 1985).

Como nos apresenta Rodrigues (1991), sumariamente, os elementos básicos do espaço turístico são: oferta turística, demanda, serviços, transportes, infraestrutura, poder de decisão e de informação, sistema de promoção e comercialização. É evidente que estes elementos encontram-se em ação e interação recíprocas, não podendo ser compreendidos separadamente.

Outro caminho para os estudos de Geografia aplicada ao Turismo pretende captar a dinâmica do espaço turístico através da abordagem dos processos sociais que o engendram. Daí decorrem as categorias de análise, segundo Milton Santos (1985), que objetivam decompor e recompor a totalidade nas perspectivas sincrônica e diacrônica. De acordo com o autor, as categorias forma, função, estrutura e processo constituem os esteios do método de interpretação do espaço geográfico, no caso, do espaço turístico.

No que concerne a esta abordagem, Adyr Rodrigues (1991) converge suas ideias com as de Milton Santos (1985), ao mencionar que a *forma* refere-se ao aspecto visível – paisagem. Dentre as categorias de análise espacial é o estudo da forma que pretende expressar a “concretude” do espaço. Face ao exposto anteriormente, a abordagem desta categoria nos estudos de turismo tem uma conotação especial.

O estudo da *função* pretende decompor o espaço turístico nos seus elementos – oferta, demanda, transporte, infraestrutura, serviços, gestão e marketing – através de uma análise sincrônica, ou seja, captando sua participação

na totalidade, num determinado momento ou num lapso de tempo historicamente determinado. Nesta análise é fundamental a captação da *estrutura espacial*, que extrapola o estudo da forma, uma vez que pretende expressar a dependência mútua entre as partes do todo, ou seja, a funcionalidade espacial.

Como enfatiza Rodrigues (1991), o estudo do processo espacial corresponde a uma categoria diacrônica, objetivando investigar a evolução da estrutura que se metamorfoseia no seu todo ou em suas partes. Procura captar o dinamismo do espaço que pode apresentar fases de estabilidade, de pequenas mudanças ao se reestruturar ou, então, passar por completas transformações, produzindo-se novos espaços.

Com isso, percebemos como a Geografia está intimamente relacionada com o Turismo, pois suas atividades são espaciais. Através dos elementos do espaço, os agentes do turismo atuam a fim de transformá-los em adequados meios de deslocamento e atendimento para que os turistas possam conceber e perceber os patrimônios existentes, em cada território, como atrativos turísticos. Tanto a Geografia quanto o Turismo trabalham, acima de tudo, com e para as pessoas. Entender as intenções por detrás das ações das pessoas é uma tarefa árdua, mas importante da Geografia aplicada ao Turismo.

Face a sua complexidade o turismo deve ser abordado em âmbito multi/inter/transdisciplinar, particularmente pelo conjunto das Ciências Sociais, pois o que consideramos como Geografia aplicada ao Turismo necessita ainda aprofundar suas bases teórico-metodológicas.

De acordo com Rodrigues (1985), os estudos clássicos deste ramo geográfico davam muita ênfase aos dados estatísticos que relacionavam oferta e demanda, procurando sua adequação; tempo de permanência; tempo de deslocamento; rede de circulação interna e externa; ampliação de serviços; densidade de ocupação, dentre outros.

No Brasil, nos anos 70, os primeiros trabalhos publicados de estudos geográficos do fenômeno turístico tinham como métodos os quantitativos. Muitas pesquisas expressavam a preocupação em estabelecer modelos e tipologias de espaços turísticos. Os artigos de Langenbuch (1976) e Buss (1981), como também a tese de doutorado de Barbieri (1979) exemplificam este momento da produção científica nacional.

Seria de grande interesse, e já aparecem trabalhos neste sentido, investigar como o turismo se manifesta sobre as comunidades locais, ou seja, a relação que se estabelece entre a população fixa e a flutuante. Também relevante é avaliar o custo social das obras e da manutenção dos serviços públicos nos núcleos turísticos, o que vem onerar sobremaneira a população local.

Neste sentido, temos os trabalhos de Preau (1982) e Rodrigues (1989) que nos mostram alguns avanços teóricos e metodológicos na Geografia aplicada ao Turismo, retratando as questões mencionadas acima.

Numa perspectiva mais crítica, temos as dissertações de mestrado de Seabra (1979) e Scroferneker (1983), em que no primeiro trabalho a autora analisa o custo social da segunda residência, demonstrando que foi a sociedade que arcou com o ônus dessas imobilizações de capital cujo uso em si é improdutivo. Já na segunda pesquisa, a autora está interessada na segregação espacial dos loteamentos para segunda residência e no papel do Estado ao fazer investimentos públicos em infraestrutura para servir esses loteamentos.

O estudo da Ciência Geográfica envolve uma diversidade de temas que contemplam a relação sociedade-natureza, foco desta ciência. O diálogo com outras áreas do conhecimento sempre esteve presente nos debates e construções das categorias analíticas de estudo, conceitos-chave, metodologias de pesquisa, teorias e aplicações.

Esta trama de questões que conjugam o espaço geográfico (categoria de análise da Geografia) nos remete a procurar em outras ciências fundamentos e metodologias que auxiliem na construção epistemológica da Geografia.

O Turismo ao estudar as formas, organizações e impactos dessa atividade no contexto social e econômico, remete a Geografia, algumas noções e estratégias no uso do território, utilização da paisagem, além de questões relativas às políticas públicas e privadas do turismo e o espaço.

A Geografia caracteriza-se pelo estudo da relação sociedade-natureza ou homem-meio, sendo este o objeto de estudo dessa ciência. A forma como esta ideia/pensamento é colocada na teoria, é definida pela categoria *espaço geográfico*, ou seja, a referência teórica da Geografia está associada ao *espaço* e suas dinâmicas, relações e processos entre a sociedade e a natureza.

O Turismo como atividade dinâmica, representa um agente que interfere na construção do espaço geográfico, estando ligado com o objeto de estudo da

Geografia, além de estar intrinsicamente conectado a categoria *espaço geográfico*, pois alguns elementos conceituais como a paisagem, território e lugar são usados como elementos-chave para a realização da atividade turística.

O Turismo representa um elo entre diversas ciências entre essas conexões está a Geografia, que tem uma história epistemológica conflitante, por estar entre as ciências naturais, humanas e sociais.

A relação da Geografia com o Turismo se faz através da dimensão espacial, ou seja, das relações e práticas sociais que se realizam no espaço construído.

Para que haja a interdisciplinaridade requer um arranjo metodológico pertinente, que possa conduzir uma pesquisa entre várias áreas do conhecimento. A respeito deste assunto, Rejowski (2001) diz que o pesquisador precisa saber da existência de outros recursos metodológicos além daqueles de sua área acadêmica específica, os quais podem se revelar mais adequados ao estudo do tratamento de determinado tema em turismo. Daí a necessidade de um quadro referencial metodológico da pesquisa em turismo, para o desenvolvimento de trabalhos interdisciplinares.

A metodologia trazida por Silva (2006, p. 41-42), nos mostra o Turismo como um sistema, em que as relações entre atores e agentes compõem o Sistema do Turismo:

Turismo constitui-se como um sistema aberto, que influencia os locais onde se desenvolve, ao mesmo tempo que é influenciado por elementos endógenos e exógenos a ele, sendo que as relações e os processos decorrentes disso são, muitas vezes, mais importantes que o fenômeno em si.

Os pensamentos de Silva (2006) vão ao encontro de Adyr (1991) e Rejowski (2001) quanto a visão sistêmica. Para ambos, a análise do turismo como um sistema permite observar peculiaridades do todo e, ao mesmo tempo, propriedades específicas das partes que compõem esse todo.

Estas breves reflexões acerca da metodologia sistêmica no Turismo e na Geografia servem para fundamentar e consolidar a utilização desta abordagem no estudo da Geografia aplicada ao Turismo. Existem outras formas metodológicas que podem servir de base para as pesquisas desse sub-ramo geográfico, como a dialética, o estruturalismo, o funcionalismo entre outros. Todas essas formas

possuem as suas devidas importâncias e contribuições para a(s) ciência(s). Irá depender de como o pesquisador tratará o objeto investigado, ou seja, de qual viés estará seguindo, o método escolhido.

A divisão entre as áreas do conhecimento repele um maior entendimento dos fenômenos humanos e naturais. O estreitamento entre as ciências reforça a base teórica de cada disciplina, complementando com os atributos teórico-metodológicos das outras ciências. Entretanto, deve ficar claro, para que haja tal interdisciplinaridade é preciso que cada ciência tenha em evidência seus marcos teóricos, conceituais e metodológicos, para que possa auxiliar na evolução epistemológica.

O que há em comum entre a Geografia aplicada ao Turismo e o município de Magé são as suas mudanças constantes. Ambos se metamorfoseiam mantendo antigos elementos e atraindo outros novos. Assim é a realidade, um processo em permanente construção.

5

Considerações finais

O ser humano é um ser simbólico; sua relação com o mundo, trabalho, lazer e turismo é sempre revestida de significações e valorizações. As suas relações são mediadas pelo significado ou pela perspectiva simbólica.

Neste sentido, temos que a paisagem é uma construção do olhar do ser humano/observador, logo, é um mosaico de representações refletindo o aspecto cultural e simbólico do espaço. Portanto, a paisagem é fragmento de uma totalidade do espaço e um bem cultural, sendo desde logo uma concepção híbrida e construída socialmente.

Devemos ressaltar que todo conceito está em constante reelaboração a partir do mundo real. É a partir dele que são criados, por isso são datados e se transformam com a realidade.

A paisagem testemunha o caminhar do ser humano na superfície da Terra e qualquer marca por ele introduzida significa um diferente valor cultural. Técnica, crenças religiosas e ideológicas perpassam cada paisagem, por isso, as paisagens possuem significados simbólicos e estão, também, carregadas de ideologias. Não tão diferente, o espaço geográfico pode ser interpretado como espaço vivido, percebido e como consequência da prática social dos habitantes ao longo do tempo.

O ser humano, ao ocupar e alterar o espaço onde ele vive, produz um conjunto de bens, frutos de uma cultura, que estarão interagindo com a paisagem. A paisagem irá revelar os bens produzidos tanto pela ação dos agentes da natureza, quanto os bens fabricados através de conhecimentos adquiridos pelos seres humanos ao longo de sua existência. Esses bens podem ser compreendidos como patrimônios.

Devemos salientar que a cultura se refaz todos os dias, no jogo cotidiano das relações sociais, na luta pela sobrevivência, por meio do trabalho, da festa, do encontro, revelando distintas temporalidades bem como distintas espacialidades.

O patrimônio e suas categorias de análise possuem uma expressão espacial constituída na própria identidade. Quando o espaço transpõe o tempo na memória social ele torna-se patrimônio, campo conflituoso de representações sociopolíticas.

Temos assim que o patrimônio pode ser entendido como um conjunto de todos os bens que, pelo seu valor próprio, devem ser considerados de interesse relevante para a permanência e a identidade da cultura de um povo, podendo ainda ser classificado em dois grupos: bens materiais e bens imateriais.

O ato de tombamento está dentro de um conjunto de políticas de preservação que busca garantir para a sociedade o direito ao acesso à cultura, ao conhecimento e, mais do que isso, de reconhecer os elementos de sua formação identitária. Entretanto, há também de se reconhecer que, atrelada às ações de preservação do patrimônio, também se estabelece uma gama de conflitos. Sendo que esse conflito ocorre porque o conceito de valor é marcado por diferentes formas de interpretações e objetivos. É também produto de uma identidade de representação simbólica, e o que é de valor para um pode não ser para o outro, ou ainda, pode ter outro sentido de valor.

Para defender, proteger ou preservar um patrimônio tem que se considerar não só o valor histórico e cultural, mas também a relação que a sociedade tem com esses bens.

As paisagens conjugadas com os seus bens patrimoniais, sendo a paisagem um patrimônio também, revelam a potencialidade turística existente em um determinado local, no nosso caso, o município de Magé. Essas potencialidades despertam o interesse de viajar nas pessoas, a fim de descobrir ou saber um pouco mais sobre os elementos constituintes do local.

A aceleração contemporânea e a cada vez mais voraz competição por espaço são ingredientes a induzir, cada vez mais, a suposta necessidade de se proteger de uma iminente destruição de objetos considerados representativos de um tempo e de um espaço, o chamado patrimônio cultural.

Valores do passado vêm sendo resgatados de forma a propiciar uma espécie de caminho para a chamada invenção das tradições ou como mecanismo de reposicionamento dos lugares em um movimento de encontro dos sujeitos com um legado de herança histórica, apropriada pelo jogo de poder do capital. O passado é paradoxalmente apresentado a partir de referências do presente, tornando-o descolado de sua essência, perdendo originalidade, mas apresentando sob a forma de tradição inventada, transformando o legado histórico em atração, em espetáculo.

Arelado a este processo de construção e (re)afirmação de identidades, o patrimônio, no momento contemporâneo, rompe com sua estrutura original de representação e passa a desempenhar também a função econômica, principalmente a partir de atividades turísticas e de investimentos públicos e privados, cujo objetivo central remete ao consumo e à visitação do espaço. O patrimônio, desta forma, estaria sofrendo processo de (re)significação, alterando, portanto, suas bases elementares de representação, visível a partir fundamentalmente da paisagem.

Em todo o mundo temos paisagens diferentes e ímpares, produto de outra lógica de produção e técnica, de outros tempos, e a estas paisagens está se agregando valor, e vem ocorrendo a recuperação das mesmas pelo “comércio de paisagens”, artefato *sine qua non* da atividade turística. No turismo, o valor simbólico e as representações de tal ou qual grupo passam a possuir um valor econômico.

O turismo é um fenômeno comunicacional e seria explicado pelo desejo humano de novas experiências, portanto de vislumbrar as diferenças, o que só ocorre quando há mudança de espaço, desde logo, de paisagem, proveniente da movimentação que proporciona a excitação dos sentidos. “No turismo, a singularidade atrai o olhar, e encanta por sua natureza específica” (WAINBERG, 2003, p. 15-16).

O turismo, assim como outras atividades econômicas, não se desenvolve uniformemente nos territórios. Algumas áreas se apresentam mais favoráveis ao desenvolvimento das atividades turísticas que outras, por possuírem fortes atrativos; contudo, quando os atrativos naturais, por exemplo, não estão presentes, podem ser construídos os artificiais.

Nas paisagens de Magé há muitas belezas e riquezas, tanto naturais quanto culturais, mas também há muitas desigualdades socioeconômicas que cortam transversalmente as atividades turísticas. As paisagens expressam não somente as formas espaciais, resquícios de um passado, mas também as manifestações culturais, dentre elas as de fruições religiosas, muito presentes em Magé.

O fato de o turismo ser altamente seletivo, com tendência a se alocar em espaços privilegiados, faz com que alguns o vejam como um gargalo para as questões sociais. Sobre o turismo pesam muitas queixas: acusam-no de

modificação cultural dos polos visitados, desestruturação moral das comunidades, segregação espacial e degradação ambiental.

O turismo não poderia ser diferente do que existe no conjunto de nossa sociedade. Se o modelo macro de desenvolvimento é injusto, segregador, elitista e neoliberal, fica muito difícil fugir desse esquema, mas não é impossível. O turismo só pode mudar juntamente com nosso modelo de sociedade.

A imaginação humana precisa encontrar saída(s). Se tem sido difícil transformar o modelo macro, ligado ao capital, que se criem modelos micros, voltados para as comunidades, pequenas cidades e municípios, porém deve-se salientar que uma escala está ligada a outra e vice-versa.

Uma das principais preocupações referentes ao turismo é realizá-lo de forma a desenvolver uma distribuição melhor da riqueza e renda, aumentar empregos e ajudar a diminuir as desigualdades.

O turismo se tornou ainda mais importante com o fenômeno da globalização, pois os lugares se tornaram de fácil acesso e, acima de tudo, quando conhecidos, o diferente, o exótico, o longínquo já não são tão diferentes, exóticos e longínquos. De alguma forma, já ouvimos falar, já vimos através da mídia, o que nos dá uma sensação de familiaridade e conhecimento.

A noção de imagem, muito divulgada pelos meios de comunicação, ajuda a explicar a relação dos turistas com o meio visitado. A imagem ou representação internalizada do lugar passa a ser negada ou confirmada pela experiência do contato nas viagens.

A “sacralização” de paisagens é mais um negócio, recria-se resíduos culturais e “marketizam-se” o ambiente natural e cultural escolhido para o turismo, de acordo com a demanda.

A avaliação do nível de eficiência da promoção turística, que ocorre a partir da imagem produzida sobre o espaço a ser visitado e leva à construção do espaço imaginado, só se completa após a viagem turística, com a imagem do espaço consumido.

A coerência entre os níveis de atratividade gerados na interface da imagem do espaço imaginado com a realidade do espaço consumido é um dos principais fatores de sustentação da dinâmica do crescimento turístico nacional, regional ou local.

Nota-se que os agentes ligados ao turismo, em Magé, desenvolvem ações no conflituoso e contraditório processo que é a produção do espaço, a partir dos seus interesses de preservação e transformação do patrimônio cultural em atrativo turístico, ou seja, em mercadoria a ser vendida.

Como também, não há possibilidade de pensar o turismo sem pensar antes nas necessidades mais imediatas da população, como instância primeira. O cidadão deve ser a prioridade na gestão pública, para só assim pensar no turismo e atender bem o turista. Uma cidade bem planejada para o visitante é aquela que também é assim para o seu cidadão.

Com relação à infraestrutura turística, o patrimônio de uma localidade pode ser extraordinário, mas tem seu potencial de atração reduzido se existem problemas de transporte, hospedagem, segurança, entre outros serviços complementares ao receptivo turístico.

Os guias de turismo ajudam no processo de interpretação do patrimônio, pois possuem o desafio de “ensinar” ao visitante, por meio de informações sobre a história local, tornando o patrimônio mais do que um objeto de mera contemplação, e sim um meio de conhecer a cultura e a identidade a partir da percepção do local visitado.

Apesar de se apresentar como uma grande potencialidade turística, através de seus patrimônios materiais e imateriais, Magé ainda precisa de muitas mudanças para poder pensar em, de fato, promover e consolidar um turismo de sucesso. Como a própria noção de potencialidade turística nos indica, o espaço mageense pode vir a ser um espaço turístico, ou seja, um espaço que tem um grande potencial para obter os equipamentos turísticos necessários à consolidação da atividade, pois a mesma ainda é embrionária. Há sempre a possibilidade, porém ainda é preciso que algumas providências sejam tomadas para que se efetive, caso o turismo seja de fato uma atividade adequada para os cidadãos. As suas participações e opiniões são de extrema importância na gestão do município.

O município precisa de muitos investimentos em várias áreas sociais e, sem eles, muito dificilmente o turismo irá progredir. Não há vontade política. Deveria-se incentivar a atividade de veraneio, proporcionar eventos e trabalhar a imagem do município na mídia, através de propagandas. Muitos desafios e conflitos ainda estão por vir neste longo caminho de turistificação da paisagem de Magé.

6

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Maria Geralda de. **Cultura: invenção e construção do objeto turístico**. Espaço Aberto 3 – Turismo e Formação Profissional. AGB – Seção Fortaleza, 1998, pp. 17-33.

_____. Paisagens Culturais e Patrimônio Cultural: contribuições introdutórias para reflexões. In: **Maneiras de Ler: Geografia e Cultura**. Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar Cultura. 2013, pp. 186-194.

ALONSO, José Inaldo. **Notas para a História de Magé**. Niterói, Ed. do Autor. 2000.

AMORIM, Lúcio. Entrevista concedida a Jonathan Duarte da Silva. Rio de Janeiro, 06 nov. 2016.

BARBIERI, Evandro B. **O fator climático nos sistemas territoriais de recreação**. São Paulo, 1979. 187p. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo. São Paulo.

BARROSO, Niltom. Entrevista concedida a Jonathan Duarte da Silva. Rio de Janeiro, 05 nov. 2016.

BASTARZ, C. **Análise da preferência da paisagem do município de Morretes, Paraná, como subsídio ao planejamento do turismo**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Mais Educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=41181>. Acesso em: 23 nov. 2016.

BRASIL. Legislação. **Constituição de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 28 out. 2016.

BERQUE, Augustin. Paisagem Marca, Paisagem Matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. IN: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

BERTOLI, Daiane. **Da paisagem da imagem a imagem da paisagem e vice-versa**. Revista Geosul, Florianópolis, v. 27, n. 53, p 7-22, jan./jun. 2012.

BERTONCELLO, R.; CASTRO, H.; ZUSMAN, P. Turismo y patrimonio: una relación puesta em cuestión. In: BERTONCELLO, Rodolfo & CARLOS, Ana Fani A. (Orgs.) **Processos Territoriales en Argentina y Brasil**. Buenos Aires, 2003, pp. 277-292.

BURDA, Naomi Anaue.; MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. URBE – **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba: v.3, n.1, p. 115-123, jan./jun.2011.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 117-140.

BUSS, Maria Dolores C. **Classificação ambiental do Sul Catarinense para fins turísticos**. GEOSUL, Florianópolis, 3 (2). 1987, pp. 104-112.

CASTRO, Ruy. **Estrela Solitária: um brasileiro chamado Garrincha**. Rio de Janeiro: Ed. Companhia das Letras, 1995.

CIFELLI, G. **Turismo, patrimônio e novas territorialidades em Ouro Preto (MG)**. Campinas, 2005. Dissertação de Mestrado, UNICAMP.

CORIOLOANO, Luzia. O real e o imaginário nos espaços turísticos. IN: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs). **Paisagem, Imaginário e Espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Processo, Forma e Significado – uma breve consideração**. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2009.

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. IN: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

CRUZ, Rita de C. A. da. **Política de turismo e (re)ordenamento de territórios no litoral do Nordeste do Brasil**. 1999. 214f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo.

_____. **Introdução à geografia do turismo**. 2ª Ed. São Paulo: Roca, 2003.

_____. **“Patrimonialização do patrimônio”: ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço**. Revista GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, nº 31, pp. 95-104, 2012.

DAVIDOVICH, Fany R. **Estado do Rio de Janeiro: singularidades de um contexto territorial**. Território: Revista do Laboratório de Gestão Territorial da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n.9, jul./dez.2000.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FALCO, Débora de Paula. **Múltiplas identidades na atividade turística: uma discussão teórica**. CULTUR: Revista de Cultura e Turismo, ano 3, n. 3, jun.2009.

FARIA, Marcílio. Entrevista concedida a Jonathan Duarte da Silva. Rio de Janeiro, 04 nov. 2016.

FERRARA, L. D'A. Os lugares improváveis. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002, pp. 65-82.

FERRAZ, Rafael de Abreu. **Paisagem e Patrimônio: a atividade turística no município de Vassouras (RJ)**. Rio de Janeiro, 2011. 103p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia e Meio Ambiente. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

FERREIRA, Toti. Entrevista concedida a Jonathan Duarte da Silva. Rio de Janeiro, 05 nov. 2016.

FIGUEIREDO, Lauro César. **Novos olhares sobre a dimensão geográfica da cultura: o patrimônio cultural**. In: Maneiras de Ler: Geografia e Cultura. Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar Cultura. 2013, pp. 206-219.

FRIDMAN, Fania. **Freguesias do Rio de Janeiro ao final do século XVIII**. Anais. Encontro Internacional de História Colonial. Revista de Humanidades. UFRN, Caicó (RN), 2008.

GONÇALVES, J.R.S. O patrimônio como categoria do pensamento. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (org.). **Memória e Patrimônio**. Ensaios Contemporâneos. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 25-33.

HAESBAERT, Rogério. Por uma constelação geográfica de conceitos. In: **Viver no Limite: território e multi/territorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014, p. 19-51.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HEWISON, R. **The heritage industry**. London, Methuen, 1987.

HOLZER, Wether. **Paisagem, imaginário e identidade: alternativas para o estudo geográfico: manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 149-168.

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço**. Trad. Grupo “As (Im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea” do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: La production de l'espace. 4ª Ed. Paris: Editions Antrophos, 2000). Primeira versão: início – fev. 2006.

LANGENBUCH, Juergen R. **Apuração e análise do movimento turístico de áreas receptoras a partir de dados de contagem diária de veículos: o caso do litoral paulista**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 38 (3). 1976, pp. 122-185, jul/set.

LESSA, Nancy. Entrevista concedida a Jonathan Duarte da Silva. Rio de Janeiro, 06 nov. 2016.

LISBOA, Perla dos Santos. **Apogeu e declínio da pesca artesanal em Guia de Pacobaíba, Magé – RJ**. Monografia. Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2016.

LUCHIARI, M. T. D. **A re-invenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades**. Revista Geosp – espaço e tempo, nº17, 2005, pp. 95-105.

MARAFON, Gláucio. J.; RIBEIRO, Miguel Ângelo. (Orgs.). **Revisitando o território fluminense V**. Rio de Janeiro: Ed. Gramma, 2015.

MAUTONE, M. (org.). **I Beni culturali**. Risorse per l' organizzazione del territorio. Bologna: Pàreon Editore Bologna, 2001.

MELO, Vera Lúcia Mayrinck de Oliveira. **A paisagem sob a perspectiva das novas abordagens geográficas**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina: Universidade de São Paulo, 2005, 20p.

MESQUITA, Érika. Um olhar sócio-geográfico sobre o Turismo. In: **Em Questão**. Porto Alegre, v.12, nº 2, jun/dez 2006.

MÖASS, Marcelo. **Gestão em Turismo e Hospitalidade**. Rio de Janeiro: Didatix Educacional e Editorial, 2008.

MORIN, Karen M. Landscape and environment: representing and interpreting the world. In: HOLLOWAY, Sarah L.; RICE, Stephen P.; VALENTINE, Gill (Ed.). **Key Concepts in Geography**. 6 ed. London; Sage, 2007. 342p.

MOURA, Cláudia Danielle Neves; *et al.* **Irineu Evangelista de Souza, o Visconde de Mauá: um exemplo de empreendedorismo**. Sítio Eletrônico Livre, s/local, s/d.

NIGRO, Cintia. As dimensões culturais e simbólicas nos estudos geográficos: bases e especificidades da relação entre patrimônio cultural e geografia. In: PAES, M. T. D.; OLIVEIRA, M. R. da S. (Orgs.). **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Annablume, 2010. p. 55-80.

OLIVEIRA, Marcos. Entrevista concedida a Jonathan Duarte da Silva. Rio de Janeiro, 05 nov. 2016.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. **Os eixos de transporte e as transformações na organização espacial do Recôncavo da Guanabara entre os séculos XVIII e XIX: os exemplos de Iguaçu e Estrela**. Revista do Mestrado em História. Vassouras, v.9, pp. 129-166, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Organização Mundial do Turismo**. 2003.

PAES, Maria T. D. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais: um olhar geográfico. In: BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; SAN SOLO, D. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Ed. Letra e Imagem, 2009. p. 162-176.

_____. Apresentação e Introdução. In: PAES, M. T. D; OLIVEIRA, M. (Org.). **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Annablume, 2010. p. 13-32.

PIZARRO, Monsenhor José Azevedo. **O Rio de Janeiro nas visitas pastorais. Inventário da Arte Sacra Fluminense**. Rio de Janeiro. INEPAC/SESC, 2008.

PREAU, Pierre. **Tourisme et urbanisation en montagne: le cas de la Savoie**. *Révue de Géographie Alpine*. Grenoble, 70 (1-2), 1982, pp. 137-151.

RAINHA, Felipe Andrade; FONSECA, Priscilla Rodrigues. **Morro da Providência e Porto Maravilha: caminhando entre a realidade e a ilegalidade jurídica**. Anais: Encontros Nacionais da ANPUR 15, 2013.

REJOWSKI, M. **Turismo e pesquisa científica: pensamento internacional x situação brasileira**. 5 ed. Campinas: Papirus, 2001.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2008.

RIO DE JANEIRO. **Caderno de turismo do Estado do Rio de Janeiro**. Org. GOMES, João Carlos. Rio de Janeiro: Fecomércio, 2010. 82 p.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Magé. Disponível em: <http://mapadecultura.rj.gov.br/cidade/mage>. Acesso em: 20 nov. 2016.

RODRIGUES, Adyr A. B. **Águas de São Pedro – Estância Paulista. Uma contribuição à Geografia da Recreação**. São Paulo, 1985. 286 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia da FFLCH. Universidade de São Paulo. São Paulo.

_____. **Tempo livre como objeto de consumo e lazer dirigido como oportunidade de manipulação**. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, 67, 1989, pp. 17-26. 1º semestre.

_____. Enfoque geográfico do espaço turístico. Algumas reflexões. In: **Memória del III Encuentro de Geógrafos da América Latina**. Toluca. Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática. UAEM. Tomo I, 1991, pp. 75-87.

RUA, João. Desenvolvimento, espaço e sustentabilidades. In: RUA, João (Org.). **Paisagem, espaço e sustentabilidades**. Rio de Janeiro: Edpuc, 2007.

SANSOLO, D.G. **Significado das paisagens como categoria de análise geográfica**. Niterói: ANPEGE, s.n.t. 2007.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nekl, 1985.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Renato Peixoto dos. **Magé, a terra do Dedo de Deus**. Magé. Ed. IBGE, 1957.

SANTOS, Sandra. Entrevista concedida a Jonathan Duarte da Silva. Rio de Janeiro, 20 jan. 2016.

SCIFONI, S. **Patrimônio mundial: do ideal humanista à utopia de uma nova civilização**. Revista Geosp – espaço e tempo, nº 14, 2003, pp. 77-88.

SCROFERNEKER, Cleusa Maria A. **Proposição de uma tipologia turística e de um modelo de avaliação qualitativa do espaço turístico**. Porto Alegre, 1983. 98p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – PROPUR. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul.

SEABRA, Odette C. L. **A muralha que cerca o mar: uma modalidade de uso do solo urbano**. São Paulo, 1976. 122p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo. São Paulo.

SILVA, C.A. **Análise sistêmica, turismo de natureza e planejamento ambiental de Brotas: proposta metodológica**. Tese (Doutorado em Geografia). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2006.

SILVA, Carlos Henrique Costa da. **O Turismo e a Produção do Espaço: Perfil Geográfico de uma Prática Socioespacial**. Geografia Ensino & Pesquisa, vol.16, n. 2, maio/ago. 2012.

SILVA, Marcelo Werner da; *et al.* **A implantação ferroviária no Estado do Rio de Janeiro:1854-1900**. Anais. 4º Seminário de Pesquisa do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense/UFF, Campo dos Goytacazes/RJ, 2010.

SILVA, Márcia Regina Turra. **As implicações da nova configuração da assistência social para a intervenção dos assistentes sociais**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Serviço Social, 2005. 164f.

SILVA, Raquel Ribeiro de Souza. **A contribuição do turismo cultural e do uso do patrimônio para a valorização do espaço e do sentimento de lugar**. GEOUSP – Espaço e Tempo (Online), São Paulo, v. 18, n. 1, p. 129-139, 2014.

SOLORZANO, A.; OLIVEIRA, R.R. & GUEDES-BRUNI, R.R. **Geografia, História e Ecologia: criando pontes para a interpretação da paisagem.** Ambiente e Sociedade, Campinas, vol. XII, n.1, p. 46-66, jan-jul. 2009.

SORRISO. Entrevista concedida a Jonathan Duarte da Silva. Rio de Janeiro, 19 jan. 2016.

SOUZA, Marcelo Lopes. Paisagem. IN: **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

VALLBONA, M. C.; COSTA, M. P. **Patrimônio Cultural.** Madrid: Editora Síntesis, 2003.

WAINBERG, J. O movimento turístico: olhadelas e suspiros em busca da singularidade alheia. In: GASTAL, S. e CASTROGIOVANNI, A. C. (orgs.). **Turismo na pós-modernidade (des) inquietações.** EDIPUCRS: Porto Alegre, 2003.

ZILIO, Rodrigo López. **Potencialidade, gravidade e proporcionalidade: uma análise do art. 22, inciso XVI, da Lei nº 64/90.** Revista Diálogos Eleitorais, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, dez. 2012, p. 124-142. ISSN 2238-6831. Disponível em: <http://portaleleitoral.com/publicacoes/revista>. Acesso em: 22 out. 2016.

Apêndices

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais - CCS
Departamento de Geografia



Agência de Viagem: Mirindiba Tour, Magé/RJ

Endereço:

Inauguração:

Proprietários:

Colaboradores conveniados (guias de turismo e agentes de viagem):

Parceiros (meios de hospedagem; agências de transporte, publicidade e propaganda):

1 – O poder público incentiva e contribui para as atividades turísticas da agência e/ou do município?

2 – Quais pacotes de viagem são promovidos e vendidos pela agência?

() Locais () Regionais () Nacionais () Internacionais

3 – Qual é o período de maior e menor fluxo de vendas?

Maior: _____ Menor: _____

4 – Quais pacotes são mais vendidos?

5 – Os moradores de Magé procuram e costumam viajar pela agência?

() Sim () Não () Não respondeu () Não soube opinar

Se a resposta for afirmativa, quais são as suas preferências de destino turístico dentro e fora do município?

Dentro:

Fora:

Observações Gerais

Obrigado!

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais - CCS
Departamento de Geografia



Dados Pessoais

Grau de Instrução:

- () Ensino Fundamental I; () Ensino Fundamental II; () Ensino Médio;
 () Ensino Superior incompleto; () Ensino Superior; () Pós-Graduação

Faixa Etária:

- () 20 – 30; () 31 – 40; () 41 – 50; () 51 – 60; () 61 – 70; () 71 – 80

Sexo: () Masculino

() Feminino

1 – Você é a favor do desenvolvimento da atividade turística no município de Magé?

- () Sim () Não () Não respondeu () Não soube opinar

Se a resposta for afirmativa, quais melhorias poderiam ocorrer a partir do turismo?

Se a resposta for negativa, quais problemas poderiam ser gerados a partir do turismo?

2 – Com relação à infraestrutura, aos equipamentos e aos serviços urbanos do município de Magé, você os considera propícios para o desenvolvimento da atividade turística?

- () Sim () Não () Não respondeu () Não soube opinar

3 – O poder público do município é atuante no setor de Turismo? Quais medidas vêm sendo realizadas? Qual nota você daria ao poder público de Magé de 0 a 10?

☐ Sim ☐ Não ☐ Não respondeu ☐ Não soube opinar

☐ 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8 ☐ 9
☐ 10

4 – Dentre os diversos patrimônios existentes nas paisagens de Magé, qual deles seria o mais representativo da cultura do povo mageense? Por quê? Poderia ser considerado, por você, como uma potencialidade turística?

☐ Sim ☐ Não ☐ Não respondeu ☐ Não soube opinar

Observações Gerais

Obrigado!